

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**A NOÇÃO DO DESPERDÍCIO: NARRATIVAS DOCENTES  
EM TRÊS NÍVEIS DO ENSINO BÁSICO**

JAIRO BRASIL VIEIRA

Orientador: Prof. Dr. Áttico Inácio Chassot

São Leopoldo – RS, 2008

**JAIRO BRASIL VIEIRA**

**A NOÇÃO DO DESPERDÍCIO: NARRATIVAS DOCENTES  
EM TRÊS NÍVEIS DO ENSINO BÁSICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Áttico Inácio Chassot

**SÃO LEOPOLDO**

**2008**

Vieira, Jairo Brasil.

A noção do desperdício: narrativas docentes em três níveis do ensino básico / Jairo Brasil Vieira. – Porto Alegre, 2008.

140 p.

1. Educação Ambiental. 2. Meio Ambiente – Tecnologia sem desperdício – Ensino Fundamental. I. Título

CDU - 504.064.4:373.32

## AGRADECIMENTOS

A possibilidade de realização deste sonho possui a interferência de várias pessoas, que se uniram muitas vezes a mim nesta caminhada em busca da qualificação de Mestre em Educação. Uma caminhada como esta, certamente, não se faz sozinho. Há todo um conjunto de circunstâncias camufladas em nossas realidades, em nossa imaginação e em nossos sonhos que, muitas vezes, foge a compreensão de algumas pessoas. Mas aqueles que compartilharam desta jornada comigo, desde a avaliação inicial até a apresentação final, aos quais faço meus agradecimentos nesse instante, por certo tem noção do significado deste projeto. Mesmo exercitando a memória para não me olvidar de todas as pessoas que foram importantes neste processo, de antemão peço desculpas se algum nome aqui não destacar.

À minha filha amada Adriana que, como o aroma de uma pequena flor, plantada em nosso jardim há dezesseis anos, torna o ambiente familiar renovado a cada manhã, principalmente pela jovialidade e espírito crítico.

À querida Leodi, companheira de todas as horas, cujo apoio foi substancial nesse empreendimento de tornar-me mestre. Foi solidária em todas as dificuldades pelas quais passei durante esse período, trazendo-me conforto e entendimento nas horas em que mais deles necessitei.

À Diretora do Colégio Espírito Santo, Irmã Sonia, pela abertura da Instituição ao meu exercício como pesquisador, proporcionando que eu resgatasse recordações de momentos intensos ali vividos como aluno.

À coordenadora pedagógica Sandra do Colégio Espírito Santo, pela gentileza e amabilidade com que me tratou desde os primeiros momentos de nosso contato.

Às professoras do Ensino Básico do Colégio Espírito Santo, por mim entrevistadas, que não se furtaram de me proporcionar suas visões sobre a noção do desperdício, tema essencial de minha pesquisa.

À Direção da Escola Profissional Unipacs de Esteio, na pessoa do Sr. Antonio Nazário que, ao me oportunizar as atividades de docente e coordenador do curso Técnico de Segurança do Trabalho da instituição, muito contribuiu para meu crescimento intelectual e profissional.

Às queridas colegas e parceiras da Linha de Pesquisa Currículo, Cultura e Sociedade, Elisete, Fabiane, e Aline, pela contribuição trazida em nosso compartilhar semanal.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação, especialmente à Saionara e à Loi, pelo carinho que sempre demonstraram quando delas necessitei o atendimento.

Aos docentes da Linha de Pesquisa Currículo, Cultura e Sociedade, especialmente às professoras Maura Corcini Lopes e Gelsa Knijnik, que em momentos de vacilação ou dúvida se colocaram a disposição, trazendo significativas contribuições.

Ao meu orientador Áttico Inácio Chassot, pelo carinho e compreensão demonstrados ao longo desta jornada e de cujo aporte intelectual me deixei impregnar desde os primeiros contatos. O apoio incontestado, a prudência na orientação e os sábios aconselhamentos foram determinantes para o sucesso deste projeto de pesquisa. Obrigado, mestre Chassot! Sou-lhe eternamente grato!

Enfim, a meu pai Avelino e à minha mãe Diva, pela forma como conduziram meu aprendizado, dedicando boa parcela de suas vidas na sensibilização de que o sucesso pode ser construído com dedicação e honestidade. Esse trabalho é consagrado especialmente a vocês dois.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	09
<b>ABSTRACT</b> .....	11
<b>COMO ABERTURA ou APRUMANDO CAMINHOS</b> .....	13
<b>1 A NOÇÃO DO DESPERDÍCIO: MOVIMENTOS HISTÓRICOS</b> .....	29
1.1 Populações em movimento e primórdios discursivos em defesa da natureza .....	30
1.2 Desperdício: entendendo origens e a coexistência pacífica com a sociedade pós-moderna.....	38
1.3 A Educação Ambiental como uma possibilidade de combater a cultura do desperdício.....	60
1.4 Globalização: O Brasil no contexto do mercado de consumo mundial.....	66
1.5 A presença dos currículos em uma rede de conhecimentos.....	76
<b>2 ENTENDENDO COMPORTAMENTOS EM NARRATIVAS DOCENTES</b> .....	82
2.1 A identificação de um espaço adequado para a pesquisa.....	82
2.2 Sobre a formação e atuação docente e sua identificação com a Educação Ambiental.....	89
2.3 Sobre o papel de educadores e da Escola no processo educativo.....	94
2.4 Sobre a visão docente da noção do desperdício.....	98
2.5 O comportamento discente e a interferência da família no espaço da Escola.....	101
2.6 Meu aprendizado enquanto pesquisador na área da Educação.....	108
<b>3 SUGESTÕES PARA UM CURRÍCULO QUE TRANSFORME ALUNOS EM CIDADÃOS</b> .....	111
3.1 O sujeito da ação ambiental.....	112
3.2 Será a educação panacéia para todos os males?.....	117
3.3 Alternativas de uma ação pedagógica para um currículo que eduque para evitar a cultura do desperdício.....	121
3.3.1 As Interrogantes Capitais.....	122
3.4 Como pesquisador: uma postura visionária.....	135
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	138

## RESUMO

Este trabalho de pesquisa surge de uma ansiedade do autor, trazida desde a especialização em História, realizada no ano de 2004, em Brasília, quando teve contato com estudiosos da história ambiental e com conceitos mais ampliados da educação ambiental. Na elaboração do trabalho final pôde, então, perceber uma identificação entre a ciência histórica e a educação ambiental, pela escolha de um importante e polêmico personagem da vida brasileira como tema central: José Antonio Lutzenberger. O envolvimento com a história do ambientalista proporcionou inquietações, dentre elas, a forma pela qual a educação é capaz de transformar às questões ambientais, cruciais quando se avaliam os resultados da ação humana sobre recursos que o planeta disponibilizou para a humanidade. Enquanto discente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, o autor buscou entender de que forma poderia elaborar propostas para um currículo transformador do comportamento de alunos que cursam diferentes níveis da Educação Básica. Para resgatar atitudes e posturas que se observam em sala de aula foram entrevistadas professoras desses discentes. A metodologia utilizada foi a de entrevistas semi-estruturadas. As narrativas docentes possibilitaram melhor entendimento dos conceitos que transitam o espaço escolar e o contexto no qual o educador ambiental poderá atuar. Esta dissertação de mestrado, amparada em expertises na área, apresenta desperdícios presentes no cotidiano de um país globalizado. As narrativas das entrevistadas respaldam a abordagem do problema de pesquisa, proporcionando uma visão docente do que ocorre na Escola, evidenciando as ações presentes em estabelecimentos envolvidos com a Educação Básica. Com confessa ousadia, o autor sugere propostas para um currículo que transforme alunas e alunos em cidadãos que saibam ler melhor o mundo em que estão inseridos, e que sejam capazes de transformar esse mundo para melhor.

**Palavras-chave:** Desperdício / Educação ambiental / Recursos naturais / Educação básica / Currículo

## ABSTRACT

This research is the result from an anxiety of the author. It was brought from the Post-Graduation in History, carried out in 2004, in Brasília, when he had contact with authors of the environmental history and with more expanded concepts of environmental education. In the elaboration of the final monograph the researcher could understand that there is identification between history science and environmental education by the choice of an important and controversial character of the Brazilian life as central theme: José Antonio Lutzenberger. The involvement with the history of the environmentalist Lutzenberger provided some uneasiness, among them, how education can change environmental issues, which are crucial when the results of the human being action on the natural resources that the planet gives for the humanity are evaluated. As an academic student at UNISINOS, in the Post-Graduation Program in Education, the researcher tried to understand how he could elaborate proposals for a transforming curriculum of students' behavior who are in the different levels at Basic Education. In order to rescue the attitudes and postures that are observed in classroom, teachers of these students were interviewed. It was used as methodology the semi-structured interviews. The narratives of these teachers provided better comprehension about the concepts that transit in the school space and the context in which the environmental educator acts. This Master work, supported by experts in the area, presents wastefulness in day-by-day of a globalized country. The narratives of the interviewed teachers support the approach of the research problem, providing a teaching vision of what occurs at school, making evident the actions at the establishments involved with Basic Education. The researcher confess his audacity and suggests proposals for a curriculum that become students into citizens who can read better the world where they are inserted, as well as they can change this world better for a better one.

**Keywords:** Wastefulness/ Environmental education/ Natural resources/ Basic Education/ Curriculum.

## COMO ABERTURA ou APRUMANDO CAMINHOS

Se a humanidade e a civilização sobreviverem aos próximos 50 anos, os historiadores apontarão nossa época como talvez o momento mais anormal de toda a História do Homem e os biólogos considerarão este o momento mais crítico da longa História da Evolução Orgânica. Nunca antes o homem pôde comportar-se como hoje se comporta e nunca no futuro poderá repetir o atual delírio.

*J. A. Lutzenberger (1980)*

Não há quem não tenha um dia se envolvido em alguma discussão ou reflexão relacionada ao *desperdício*. A palavra, embora conhecida e utilizada por muitos de nós, parece não possuir aprofundamento mais significativo em nível de pesquisa acadêmica. Sabemos significados. Alguns julgam saber o que pode ser feito para reduzir o desperdício. Sabemos o que significa descartar aquilo que exigiu muito sacrifício em sua elaboração, tanto da natureza quanto da habilidade manual. Para quem possui filhos em idade escolar ou adolescentes na geração consumidora pós-moderna, o tema penetra o cotidiano, gerando inclusive acaloradas discussões. Há aqueles que criticam o consumo exagerado da atual sociedade, e que não vêem sentido na aquisição de bens capazes de suprir uma necessidade imediata não tão relevante. Por outro lado, uma grande parcela da sociedade, embora reconheça os prejuízos do desperdício, sente-se dominada pelo avanço tecnológico ou pelas novidades do mercado. A justificativa maior para este comportamento é a necessidade de manter-se na moda, de movimentar o mercado, de impulsionar o crescimento econômico e de gerar empregos. Ou seja, a polêmica gerada pela temática do desperdício denota a existência de uma preocupação de curto prazo, em relação aos resultados deste comportamento, mas, por outro lado, a resistência ao consumo impõe inadequação aos padrões vigentes, onde a atualização constante predomina.

A tendência, sempre que nos deparamos com uma palavra de cujo sentido se tenha dúvida, é buscarmos sua etimologia. Esta parte da lingüística que trata da origem das palavras propicia conhecer os fundamentos de formação da língua falada e escrita. É essa busca que facilita o entendimento de como se formaram / formam / formarão as palavras e de quais idiomas, e em que contexto histórico, as mesmas surgiram e se inserem. Muitas vezes, elas são oriundas de uma junção de expressões gregas ou latinas, e também árabes, que deram origem às línguas da Península Ibérica, ou que, em nosso país, sofreram a influência do idioma africano, dos ancestrais troncos lingüísticos indígenas e, mais recentemente, dos surtos migratórios que buscaram branquear o Brasil.

No caso do termo *desperdício*, não há uma etimologia direta que nos permita desvendar a origem da palavra, pois todas as fontes pesquisadas nos remetem ao verbo *desperdiçar*, e por conseqüência, *esperdiçar*, que também remete ao verbo *perder*, de origem latina *perdere*. É bem possível que, influências sofridas no uso da língua tenham levado a uma possível *corruptela*, corrupção da palavra por maneiras erradas de escrever ou pronunciar e, que, acaba fornecendo-lhe sentido ao longo do tempo.

Para o Aurélio<sup>1</sup>, o substantivo masculino *desperdício* possui significados diversos, tais como: ato ou efeito de desperdiçar, esbanjamento, desbaratamento, desbarato, desbarate. Também pode ser entendido como desaproveitamento, extravio, perda, resto, refugo e sobra. Já o Houaiss<sup>2</sup>, propõe como sinônimo o “uso sem proveito” ou “perda”, ao trazer a etimologia da palavra, com sua possível datação de 1505 e, derivada do latim *disperditio*, que significa 'perdição, destruição, ruína'. Ainda com relação ao verbo “desperdiçar”, o Houaiss o destaca como verbo transitivo direto, cujo significado é “gastar com exagero, esbanjar, malbaratar, usar sem proveito, perder”.

Tantos conceitos demonstram que há certa dificuldade em estabelecer significado mais apropriado para a expressão, embora seja de conhecimento popular que quem joga fora alguma coisa aproveitável ou desfaz-se de algo com utilidade para outrem, está, por certo, *desperdiçando*.

E foi assim que tentei elaborar um conceito próprio sobre o desperdício: *o uso descomedido de um determinado recurso, sem levar em conta sua disponibilidade natural ou limitações à produção, distribuição adequada, equilibrada e racional para atendimento de outras demandas ou da necessidade de outrem.*

<sup>1</sup> A referência é ao Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1995.

<sup>2</sup> Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, versão 1.0 de Antônio Houaiss, Rio de Janeiro: Objetiva, dezembro de 2001.

Difícilmente alguém contesta que o desperdício tem sido uma das grandes marcas da atual geração, principalmente pela utilização excessiva de *descartáveis* e dos nossos conhecidos *supérfluos*. Ou seja, os produtos descartáveis, cujo significado pode ser entendido como produtos que se pode deixar de usar ou jogar fora após o uso, estão intimamente identificados com o desperdício, tal como os *supérfluos*, palavra cuja etimologia se origina do latim *superfluus*, significando inútil por excesso ou desnecessário. Então, por serem utilizados somente uma única vez ou, em não havendo necessidade de sua existência, também se pode classificar ambos como um desperdício.

Por falar em desperdício e produção de descartáveis e *supérfluos*, resgato aqui as ponderações de José Lutzenberger (1926-2002) a respeito da quantidade de “produtos de um uso só” em seu Manifesto Ecológico Brasileiro. Na época da introdução das primeiras embalagens descartáveis para acondicionamento de produtos, o ambientalista visualizava o impacto destas na natureza. Todavia, nota-se pouca importância fornecida às latas de alumínio, importante material que na atualidade tem proporcionado rendimento a famílias que sobrevivem da reciclagem. Isto fica patente quando o mesmo sinaliza a lata de alumínio como “objeto de um uso só”. Diz ele que,

Além da criação de necessidades fictícias, as necessidades reais são atendidas de maneira a maximizar os custos em recursos e em poluição. A garrafa de leite [sic] – [*hoje em dia esta embalagem sumiu do mercado, trocada pela caixa de papel “kraft”*] – ou de cerveja significa uma fração apenas do impacto ambiental do saquinho de plástico ou da lata de alumínio de um uso só. Todo objeto de um só uso significa esbanjamento criminoso de preciosa matéria prima, além de criar detritos desnecessários, tanto no processo de sua fabricação, como no lixo após o uso. Até seringas, isqueiros e objetos de precisão já são feitos para um só uso (LUTZENBERGER, 1980, p. 37 e 38).

Os objetos de um uso só também são destacados em excelente texto disponível na rede mundial<sup>3</sup> e que, inicialmente, foi atribuído a Eduardo Galeano, criando significativa atribuição ao renomado escritor uruguaio, autor de “As veias abertas da América Latina”. Posteriormente, seu artífice, o articulista uruguaio Marciano Duran, assumiria a autoria. Aliás, Duran tem pedido reiteradas desculpas por ter causado tamanha celeuma ao escritor. – Da mesma forma, peço desculpas e assumo o risco das críticas em relação a trazer produções extra-acadêmicas em minha pesquisa, cujos conteúdos não se assentam em teses ou dissertações renomadas. Todavia, creio que seja também um dos papéis do pesquisador explorar outras fronteiras e integrar estes saberes ditos populares aos saberes acadêmicos, já que estes na verdade são oriundos daqueles na maioria das vezes. – No texto, Marciano Duran recupera os hábitos antigos de guarda e reaproveitamento de objetos que compartilham

---

<sup>3</sup> O texto “Desechando lo desechnable” circulou em 2007 na internet, e tem a autoria do jornalista uruguaio Marciano Duran –, disponível em: <[www.marcianoduran.com.uy](http://www.marcianoduran.com.uy)>. Acessado em: 13.out.2007.

conosco o cotidiano e que, por exigência das novas tecnologias ou por questão de moda, se tornaram decadentes. Duran também destaca que as coisas, os objetos, eram adquiridos para toda a vida ou, até mesmo, para a vida dos que vinham depois de nós. Diz ele pertencer a um tempo em que as pessoas herdavam relógios de parede, jogos de copos e de louças. Destaca que hoje tudo se gasta, se quebra e se enferruja para que possamos trocá-los. É o envelhecimento premeditado dos produtos, trazido por LUTZENBERGER (1980) como a filosofia da “obsolescência planejada”. Duran diz ainda que demorava muito para que decretássemos a morte de nossos pertences, pois tudo era sempre passível de aproveitamento. E assim, traz ele exemplos dos cuidados com que tratava esses objetos.

Y cuando nos vendieron helados en copitas cuya tapa se convertía en base y nos dijeron: 'Cómase el helado y después tire la copita', nosotros dijimos que sí, pero, ¡minga que la íbamos a tirar! Las pusimos a vivir en el estante de los vasos y de las copas.

Las latas de arvejas y de duraznos se volvieron macetas y hasta teléfonos. Las primeras botellas de plástico se transformaron en adornos de dudosa belleza. Las hueveras se convirtieron en depósitos de acuarelas, las tapas de bollones en ceniceros, las primeras latas de cerveza en portalápices y los corchos esperaron encontrarse con una botella.

Da mesma forma que Duran e Lutzenberger destacam a morte precoce dos objetos, BAUMAN (2007a) demonstra que a vida líquida é uma vida de consumo, projetando o mundo e seus fragmentos animados e inanimados como objetos de consumo que perdem a utilidade – o viço, a atração, o poder de sedução e o valor – enquanto são usados. Para ele, estes objetos

têm uma limitada expectativa de vida útil e, uma vez que tal limite é ultrapassado, se tornam impróprios para o consumo; já que “ser adequado para o consumo” é a única característica que define sua função. Eles são totalmente impróprios e inúteis. Por serem impróprios, devem ser removidos do espaço da vida de consumo (destinados à biodegradação, incinerados ou transferidos aos cuidados das empresas de remoção de lixo) a fim de abrir caminho para outros objetos de consumo, ainda não utilizados (BAUMAN, 2007a, p. 17).

Mas o caminho aberto aos objetos de consumo, destacado por BAUMAN neste excerto, é certamente interessante para quem os fabrica, a indústria de transformação, e toda a cadeia de marketing e logística que a cerca. Por isso, é importante referir que o desperdício possui diferentes nuances se levarmos em consideração o lado empresarial e o social. Foi essa advertência que ouvi da professora Gelsa Knijnik, durante sua intervenção quando na banca de qualificação de minha dissertação. Apropriadamente, ressaltava ela que era necessário observar com bastante atenção que o desperdício nas empresas está associado diretamente à redução do lucro, enquanto que o desperdício dos recursos naturais do planeta está associado à conservação do meio ambiente. Aliás, extraí a frase a seguir de sua fala naquela oportunidade: “Na empresa o desperdício de material e de tempo é a destruição do lucro, a ruína do empresário. Já na outra visão, o desperdício de água, de alimentos, de madeira, é a

destruição e a ruína do planeta’<sup>4</sup>. Assim, é possível perceber a diferença nas duas formas de observar o desperdício. Tratarei com mais adequação desta temática no terceiro capítulo, onde dedico maior espaço para uma reflexão mais apropriada.

É importante verificar também, que a noção de desperdício surge muitas vezes na abordagem da educação formal, toda vez que o educador traz reflexões sobre o tema ou chama a atenção para atitudes inconvenientes, como a folha de papel subutilizada para escrever ou enviar recados a colegas. Em minhas entrevistas, foi possível observar a atenção das docentes em relação a esses comportamentos. Na educação não formal, também nota-se que a noção de desperdício tem ocupado lugar de destaque. Verifica-se que alguns comportamentos outrora relevados, agora, em função das contumazes críticas empreendidas pelos meios de comunicação, pelas organizações não governamentais e pelas escolas, através da sensibilização constante de seus alunos, são vistos como altamente perniciosos. Alguns exemplos que podemos citar são: o uso da mangueira para molhar o jardim ou para lavar o carro ou a calçada em tempos de escassez de chuvas, a deposição do lixo em locais onde possa ser carregado para o sistema de águas pluviais das cidades, ocasionando possíveis alagamentos e enxurradas, as sobras de alimentos de residências, lancherias e restaurantes. Alguns destes hábitos vêm sendo modificados paulatinamente, sem que se perceba, tornando o ser humano mais cuidadoso com o uso racional dos recursos disponíveis.

O hábito de descartar o lixo em recipientes separados, um exclusivo para o lixo orgânico e outro para o lixo seco, vem se constituindo num dos pontos primordiais da educação ambiental. É cada vez maior a quantidade de prefeituras que adotam o sistema de coleta seletiva em seus municípios, com relativo apoio da população. As cooperativas de reciclagem do lixo seco estão em ascensão e tornam-se alternativas importantes na geração de empregos informais, além de uma forma de sobrevivência de inúmeras famílias das periferias das cidades<sup>5</sup>.

Em contraponto ao desperdício, a postura da parcimônia parece não ter muitos adeptos na sociedade atual. O uso racional dos recursos disponíveis não é uma prática comum em nossos dias. Um grande exemplo é a utilização de sacos plásticos para embalagem de compras em supermercados. Os empacotadores na saída dos caixas costumam subutilizar os sacos plásticos, de forma a que os clientes deixem a loja sobrecarregados desses invólucros. Algumas pessoas, ao chegarem em casa, acabam utilizando os mesmos nos cestos de lixo, o que até certo ponto pode-se considerar um uso parcimonioso. Entretanto, há aqueles que

---

<sup>4</sup> KNIJNIK, Gelsa. Banca de qualificação em 25 de junho de 2007.

<sup>5</sup> Com relação a esse assunto, Layrargues (2002) traz reflexões apropriadas em texto de sua autoria denominado “O cinismo da reciclagem”, e do qual estarei trazendo uma análise no capítulo subsequente.

simplesmente descartam sacos e sacolas plásticas misturados aos resíduos orgânicos, criando um sério problema para os aterros sanitários e lixões. Assim como o saco plástico e a sacola plástica, outro grande poluente e que pode ser visto em grande volume nos riachos e lagos próximos às grandes cidades é a garrafa plástica, mais conhecida como “pet”, abreviatura de ‘politereftalato de etila’, composto químico que é matéria prima para o fabrico das embalagens. Sabe-se que plásticos são produtos que possuem período de degradação muito extenso. Por isso, a adoção da coleta seletiva tem amenizado um pouco a poluição desencadeada pelo uso sem parcimônia de componentes derivados do petróleo. Uma alternativa para a reciclagem das garrafas “pet”, recentemente apresentada no mercado, foi a produção da malha ecológica, produzida a partir da fibra extraída desse resíduo. Esta malha possibilita a fabricação de peças do vestuário, demonstrando que há possibilidades de se pensar futuramente em um ciclo fechado de produção. O invento augura novos tempos em termos de preocupação ambiental, manifestando uma aspiração por mudança na forma de tratar os resíduos e trazendo contribuições significativas para um mundo sustentável.

O ano de 2007 teve uma acentuada marca: um comportamento até então pouco conhecido na relação entre homem e natureza, principalmente no que se refere aos recursos que ela disponibiliza. Várias empresas propuseram aos clientes que, em troca da aquisição de seus produtos, plantariam árvores para promover o seqüestro do dióxido de carbono por elas produzido durante os processos e, assim, amenizariam as conseqüências que seus produtos pudessem trazer ao meio ambiente. Iniciava-se, assim, a prática dos *créditos de carbono*. À essa prática, Marcelo Leite<sup>6</sup>, jornalista e doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, denominou de “indulgências verdes”, uma referência às abusivas doações a que eram obrigados os cristãos católicos no século XV, e que, ao serem contestadas por Martinho Lutero (1483-1546), se transformaram na referência maior do movimento protestante do início do século XVI. Uma grande empresa fornecedora de combustível e lubrificantes, por exemplo, compromete-se, a cada quantidade abastecida em sua rede, a plantar árvores nativas em quantidade suficiente para compensar o dióxido de carbono gerado pela queima daqueles litros. E o assunto está realmente na ordem do dia. Editoras de revistas semanais estão plantando árvores para neutralizar a emissão de gás carbônico produzido quando da confecção destes periódicos e, até mesmo, uma rede de televisão a cabo brasileira, autora de famosos programas de reportagens ambientais, anunciou que a cada quantidade de dióxido de carbono gerada na produção de seus documentários estará realizando o plantio de árvores em favor do meio ambiente.

---

<sup>6</sup> Caderno Mais, **Folha de S. Paulo** 09SET2007.

Posso afirmar de forma convicta, e não sem uma ponta de orgulho de quem preza o ambiente natural, que minha vida sempre esteve envolvida com ações na busca de diminuir o desperdício; e isso se deu desde os primeiros anos da infância, por contingência de haver nascido numa família de escassos recursos, em que era necessária uma postura parcimoniosa na forma de consumir, assim como, na idade adolescente, onde a Escola<sup>7</sup> assumiu papel pedagógico importante na conscientização do uso racional destes recursos.

Outras memórias da minha infância justificam a preocupação desde cedo com a questão do desperdício, seja ao observar o comportamento familiar em relação ao uso dos recursos disponíveis, seja no resgate de comportamentos e atitudes característicos daquelas décadas de 50 e 60 do século passado.

Tal qual o significativo número de habitantes que hoje circundam as grandes capitais, meus pais deixaram o campo em busca de melhores oportunidades em meados de 1950, momento em que o governo Getúlio Vargas implementava um programa nacional de desenvolvimento, com as benesses extraídas do apoio aos países aliados durante a Segunda Guerra Mundial. A grande diferença entre o momento atual e a época descrita é que a população era menor e, por conseqüência, havia mais oportunidades de trabalho disponíveis. Uma das grandes molas propulsoras do desenvolvimento ocorrido nesse período foi a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, marco inicial do parque industrial brasileiro. Este empreendimento foi importante na produção do ferro, matéria-prima para as empresas produtoras de bens duráveis, e que, posteriormente, forneceriam suporte às primeiras linhas de montagem da indústria automobilística da Era JK. A produção desses bens, de cuja maioria o país se abastecia por meio da importação até então, trouxe uma demanda significativa de mão-de-obra nas grandes cidades.

Em proporção contrária aos dias atuais, o país possuía, naquela época, 80% da população habitando o meio rural e 20% habitando o meio urbano; e uma peculiaridade da população rural era a falta de qualificação para trabalhar com máquinas e equipamentos, até então, quase totalmente desconhecidos. Para qualificar este contingente de mão-de-obra, tão imprescindível ao desenvolvimento industrial do país, o governo Vargas criou em janeiro de 1942, através do decreto-lei número 4.048, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SENAI. Nessas escolas técnicas foram formados os primeiros profissionais capacitados a operar as máquinas do moderno processo industrial, coisa que até então era exclusividade de

---

<sup>7</sup> Escola – sempre que grafada com inicial maiúscula – está na acepção de instituição que faz ensino formal, em qualquer nível de escolarização, que significar nas considerações destes tempos de globalização, um amplo espectro, desde a Escola infantil até a Universidade.

alguns imigrantes originários do continente europeu, acostumados com as tecnologias implementadas pela Revolução Industrial.

Nasci em 1956, dois anos após meus pais chegarem a Porto Alegre. Ali nos estabelecemos até 1958, entre carcaças de motores e radiadores de veículos do transporte coletivo urbano, numa antiga oficina mecânica da região, onde meu pai, em sociedade com um amigo, trabalhava na manutenção deles. Quando eu contava com dois anos de idade, mudamos para o município de Canoas, cidade vizinha à Porto Alegre, onde meu pai adquiriu pequeno terreno e construiu uma modesta casa para fugir do aluguel. Nessa época, foi então admitido como mecânico de manutenção de uma das maiores empresas aéreas do país à época. Esta nova realidade trouxe perspectivas de melhores tempos e de melhoria financeira para todos. Aliás, esta empresa, como tantas do mesmo segmento nos últimos anos, teve suas aeronaves paralisadas por problemas administrativo-financeiros e, somente há poucos dias lhe foi permitido o retorno a alguns dos trechos por onde então voava.

Os hábitos do interior, como o uso parcimonioso de recursos, foram de lá trazidos por meus pais e continuaram compartilhando o ambiente familiar. Torneiras não podiam ficar gotejando desnecessariamente, o banho de chuveiro não devia exceder de dez minutos, tudo o que se servia no prato das refeições deveria ser consumido, as luzes internas só eram acesas onde se fizessem necessárias e assim por diante.

No ano de 1962, com seis anos de idade, tive minha estréia na Escola. Frequentei o primeiro ano do Curso Primário no Educandário Espírito Santo, uma instituição de irmãs missionárias criada no ano de 1959 pela paróquia Nossa Senhora das Graças, e que, ainda possui participação efetiva junto à comunidade local. Foi nesta Escola que, aliado ao aprendizado familiar no uso racional de todos os recursos, aprendi muitos dos hábitos que hoje permeiam meu comportamento.

Assim, o combate ao desperdício esteve sempre presente em minha trajetória, desde a infância, atravessando a adolescência e chegando à idade adulta, como resultado dos ensinamentos de meus pais e da Escola. Também é um resultado do aprendizado de minha convivência com parentes, amigos e colegas. Lembro até mesmo da economia de papel higiênico, que éramos, meu irmão e eu, obrigados a praticar. Meu pai ameaçava substituí-lo pelo jornal dos domingos – o tradicional Correio do Povo dominical, com seu imenso caderno de classificados –, caso aquele papel não tão macio e sedoso, frustrasse a expectativa do planejamento mensal. Tudo isso também era parte de um aprendizado: o de evitar o desperdício.

Estas práticas adotadas no lar, e que acabaram por invadir o espaço da Escola, não surgiram por acaso. Elas possuem uma origem e dizem muito daqueles sujeitos que estiveram / estão / estarão envolvidos no nosso cotidiano, pois também estes por certo possuem histórias que se assemelham àquelas relatadas por mim recentemente. Da mesma forma que o meu comportamento foi impregnado pelas atitudes de parcimônia herdadas de meus pais, o espaço escolar sofreu / sofre influências das práticas absorvidas do passado e presente de cada um. É o que CHASSOT (2003) também observa, ao destacar que se a Escola não mudou, ela foi mudada. Para ele, essa Escola – na acepção de instituição que faz ensino formal, em qualquer nível de escolarização – está sendo mudada por estes tempos “globalizados”, desde a Escola Infantil até a Universidade. E essas mudanças são visíveis “quando olhamos as fantásticas transformações nos cenários do trabalho, onde a cada dia nos surpreendemos com inovações e com o alijamento de homens e mulheres de postos de trabalho” (p. 22).

Nota-se que há um currículo informal dentro da Escola que influencia e modifica comportamentos e atitudes. E foi assim que aprendi a utilizar até o último pedaço de borracha, a apontar o lápis até os centímetros derradeiros disponíveis, a utilizar as folhas do caderno em frente e verso até a última linha e, muitas vezes, escrevendo até na contracapa, e me valer das lâminas de barbear usadas de meu pai para apontar o lápis. São alguns dos hábitos que fizeram com que a noção de desperdício estivesse presente até os dias atuais em minha realidade.

O lanche que levávamos à Escola era totalmente produção caseira. A cantina que fornece lanches em horários de recreio é uma realidade recente. A *lancheira* ou *merendeira* era parte integrante do nosso cotidiano, normalmente abastecida com pão caseiro recheado com manteiga ou margarina, e entremeando uma fatia de mortadela. Os produtos lácteos eram ainda pouco conhecidos à época, não só pela disponibilidade escassa no comércio local, como pelo preço acima das possibilidades financeiras da maioria das famílias. Como bebida, a alternativa era o suco de laranja natural que, posteriormente seria substituído pelos sucos artificiais, sendo a maior estrela deles, o refresco em pó *Q-Suco*. Algumas vezes, o cardápio alternava entre o pão caseiro com recheio de carne moída e o pão com doce preparado por minha mãe, doce que tinha como matéria prima as frutas cujo amadurecimento precoce ameaçava perda total. Aliás, costumo dizer que minha mãe sempre foi adepta da Lei de Lavoisier, onde *nada se cria, nada se perde, tudo se transforma*. Todavia, é plausível analisar aqui uma transformação social importante ocorrida nas últimas décadas: a inserção da mulher no mercado de trabalho. Essa transformação pode explicar a impossibilidade de uma maior

atenção maternal em nossos tempos, seja na elaboração do lanche, seja no acompanhamento diário das lições de casa, características marcantes de minha época.

A influência da imigração alemã nos hábitos da região, além das bebidas e comidas tradicionalmente conhecidas em festas regionais, muitas vezes é desconhecida. Um doce caseiro preparado à base de frutas da região, tornou-se famoso no Estado, a “schmier”<sup>8</sup>, uma espécie de pasta doce para passar no pão, muito comum nos populares “cafés coloniais” da Serra Gaúcha. Muito a propósito, vale registrar que nestes ambientes também se observa desperdícios de alimentos, tal como nos “espetos corridos” ou “rodízios” das churrascarias, das pizzarias, das casas de massas e das galeterias. Aliás, estes últimos estão identificados com a colonização italiana, denotando assim que o desperdício também não possui marcas de etnias. Em alguns dos estabelecimentos comerciais implicados na alimentação de turistas foi implantada uma taxa, onde o cliente que extrapolar os anseios da gula pode ser convidado a arcar com sua insensatez. No preço final pode ser incluída uma ‘taxa de desperdício’ que venha ressarcir o proprietário do exagero cometido pelo cliente. Todavia, amparados pelo Código de Defesa do Consumidor, muitos clientes, ao sentirem-se lesados, têm procurado a Justiça, e já há jurisprudência a respeito.

Meu contato com a questão ambiental sofreu um substancial amadurecimento graças à convivência acadêmica, possibilitando uma análise mais aprofundada do desenvolvimento do país. Observando o contexto histórico, conclui-se que grande parte desse desenvolvimento foi à custa da extração de nossas riquezas naturais. Desta forma, os bens naturais daqui extraídos, de forma sistemática, e que geraram riqueza e dividendos para uma elite minoritária desde os idos tempos do Brasil Colônia e do Brasil Império, também abasteceram e fortaleceram a economia das metrópoles européias. Aliás, em relação à retirada dos últimos exemplares de madeiras nobres de nossas florestas, matéria prima na confecção de móveis luxuosos para decorar moradias do outro lado do Atlântico, parece que a antiga prática ainda se faz presente. Foi assim, que a graduação na ciência da História me permitiu a inquietação em relação aos caminhos percorridos pelo nosso país em direção ao futuro; caminhos que muitas vezes estiveram identificados com o esbanjamento de nossos bens naturais. Para uma administração pública subvertida pela elite econômica metropolitana, com forte representação na Colônia, a expropriação desses bens pouco significava, principalmente pela presumida fartura com que aqui ocorriam. Pelo menos foi a essa conclusão que pude chegar. Posteriormente, uma

---

<sup>8</sup> Designação dada aos doces de frutas de origem alemã introduzidos na cultura gaúcha e brasileira pelos imigrantes alemães. Chassot (2006, p.182), em Alfabetização Científica, anota que a expressão se refere a uma geléia para passar no pão e que, segundo o professor Dr. Egídio Francisco Schmitz, da UNISINOS, a origem da palavra é do vocábulo alemão “Schmiere”, cujo significado é graxa. Para ele a designação se deve à semelhança na consistência entre o referido doce e a graxa que os colonos costumavam passar no eixo das carroças. (p.182).

especialização em História da Formação do Brasil Contemporâneo, possibilitou-me reavaliar a transformação sofrida pelo país durante a chamada Era Vargas. O curso abordava conteúdos históricos desde o advento do parque industrial brasileiro do pós-guerra, atravessando os anos dourados do período Kubistcheck, até as implicações da renúncia Janista que facilitou o golpe militar da década de 1960. Trazia ainda reflexões sobre os tensionamentos do período militar e a inevitável *abertura lenta e gradual* do governo Figueiredo, destacando os primeiros movimentos de instalação da democracia e concluindo com a abertura do mercado brasileiro às indústrias multinacionais, durante o governo Collor na década de 1990, numa repetição do primeiro ato de D. João VI, quando aqui chegou, abrindo os portos ‘às nações amigas’. Talvez um dos maiores motivos do primeiro “impeachment” aplicado a um presidente brasileiro, ocorrido no ano de 1992, tenha sido essa exagerada abertura do mercado brasileiro.

Durante o processo de escolha do tema da monografia de conclusão do curso de especialização, eu e meu orientador, professor José Luiz de Andrade Franco, tratamos de buscar algum que se relacionasse ao mesmo tempo a questões históricas e ambientais. As questões históricas pela identificação com minha graduação, e as questões ambientais porque se alinhavam com a atuação dele como pesquisador junto ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, e assunto de sua recente tese de doutoramento na instituição. Por isso, surgiu a idéia inicial de abordar as viagens dos cientistas franceses do início do século XIX, por ocasião da vinda da Família Real para o Brasil, observando os desdobramentos das visitas de cientistas como Auguste Saint Hilaire (1779-1853), sob a perspectiva de uma espécie de biopirataria. Mas, em função do enfoque da especialização ter sua direção para o mundo contemporâneo, não podíamos retroceder ao século XIX. Portanto, deveríamos escolher um tema mais recente e que estivesse identificado com a temática geral do curso. Assim, resolvemos focar nossa pesquisa na atuação de um personagem polêmico da recente história ambiental brasileira, recentemente falecido: José Lutzenberger. Foi assim que me dediquei a pesquisar a vida do ambientalista e ex-secretário especial do meio ambiente do governo Collor, numa tarefa que possibilitou o trabalho de conclusão do referido curso. E foi com a obra de Lutzenberger que, pela primeira vez, me envolvi acentuadamente com a noção de desperdício. Uma palestra proferida em universidades da América Latina e, posteriormente, transformada em artigo para publicação, chamou minha atenção. Primeiramente pelo nome, *La bacanal del despilfarro*, depois, pelo conteúdo, o desperdício dos recursos naturais e suas conseqüências para o futuro da planeta. No Brasil, este artigo, depois publicado em jornais, ficou conhecido como “A Farra do Desperdício”. Nele, o autor destaca a importância de um cuidado maior da humanidade com os recursos naturais ainda

disponíveis no planeta. Discute a quantidade de desperdícios que a concepção moderna de crescimento tem produzido sob a forma de supérfluos e descartáveis, se tornando necessária a criação de um número significativo de aterros sanitários, com suas montanhas de toneladas de lixo. Foi dessa forma que me envolvi na questão do desperdício e por ele estou muito motivado desde então.

A inquietação que o tema despertou em mim, suscitou a curiosidade de tratá-lo sob o enfoque da educação, assim como, do currículo que perpassa a Escola na atualidade.

Minha trajetória profissional, como gerente de produção por mais de dez anos, possibilitou-me estar a frente de corporações onde o desperdício sempre foi combatido de forma persistente. Mas, ressalto que não é nesse sentido, mesmo que o aceite como válido e até necessário, que minha dissertação estará direcionada e, sim, analisando a noção de desperdício no âmbito das práticas escolares e de como a mesma perpassa o ambiente da Escola em seu dia-a-dia, sensibilizando através da prática docente alunos e alunas para observarem com outros olhos as questões ambientais que envolvem o planeta.

Para entender como essa noção de desperdício atravessa o espaço escolar e contribui na formação de um currículo informal, utilizo-me da estratégia da entrevista estruturada como metodologia. É sobre esta metodologia que estarei tratando com maior detalhamento em capítulo específico. As entrevistas foram realizadas com três docentes que atuam em momentos diferentes do Ensino Básico. Uma docente de Ciências do Ensino Fundamental, atuando nas séries iniciais, traz a realidade dos primeiros anos do contato dos alunos com o espaço escolar, demonstrando de que forma reagem à convivência com práticas adotadas pela Escola e aquelas vivenciadas no relacionamento com os colegas. Outra docente, da disciplina de História no Ensino Fundamental, trará contribuições percebidas na convivência entre alunos de turmas das séries finais daquela etapa. Nessa atmosfera, as docentes relatam a forma como são levadas a perceber a reação de alunos e alunas frente à noção do desperdício e ao aproveitamento racional dos recursos disponíveis, num momento extraordinário em que caráter e personalidade de cada um e cada uma estão em acentuado processo de formação. Já no ambiente do Ensino Médio, será possível avaliar a eficiência obtida nos ensinamentos anteriores, através do depoimento de uma professora de Português. Numa análise da relação professor- aluno, já no ocaso do Ensino Básico, é possível avaliar a eficiência daqueles currículos ditos informais, onde são evidenciadas práticas relacionadas ao uso parcimonioso dos recursos disponíveis. Nesses três momentos, será possível observar, na visão das docentes, a forma pela qual a noção de desperdício perpassa o espaço escolar e influencia alunos e alunas.

Grande parte do referencial teórico, escolhido para estruturar essa pesquisa, está identificada com meu passado acadêmico, principalmente com aqueles autores com os quais convivi em minha formação na ciência da História. Outra parte se identifica com meu ingresso no Programa de Pós-graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, no início de 2006, onde pude conhecer, entre outros, teóricos da educação e dedicados estudiosos da realidade pós-moderna. O contato com docentes do programa e a participação em seminários da linha de pesquisa Currículo, Cultura e Sociedade possibilitou avaliar que autores e suas contribuições seriam significativos na estruturação de minha pesquisa.

Para trazer subsídios demonstrando que o desperdício não é coisa recente na história de nosso país, utilizei dois teóricos comprometidos com esta questão: Warren DEAN e José Augusto PÁDUA. Na questão da história ambiental, dos motivos que levaram / levam à destruição dos recursos naturais, principal fonte de suprimento na produção de descartáveis e supérfluos e, por conseqüência, preocupação acentuada sempre que se busca uma noção de desperdício, primeiramente trago o brasileiro Warren DEAN (1932-1994), estadunidense que em sua trajetória de pesquisa em terras brasileiras contribuiu para desvendar a história da devastação de um dos maiores patrimônios naturais brasileiros: a Mata Atlântica. A morte prematura deste autor, num acidente trágico em Santiago do Chile, impossibilitou-o de concluir a história do planalto andino. Todavia, antes de seu passamento, legou aos brasileiros e aos estudiosos da causa ambiental do país, obra de grande significado, *A Ferro e Fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. Publicada no ano de 1995, com o título original de *With broadax and firebrand: The destruction of the Brazilian Atlantic Forest*, foi traduzida por Cid Knipel Moreira e contou com a revisão técnica do professor José Augusto Drummond. *A Ferro e Fogo* relata a forma pela qual os vários modelos econômicos adotados na história política e econômica do país, inicialmente pela metrópole portuguesa e posteriormente pela República, estabeleceram, na visão do autor, um portentoso processo de desperdício e destruição da fauna e flora desse ecossistema, determinando assim uma luta intensa entre exploradores e conservacionistas ao final do século XX. A obra destaca ainda as características de cada modelo econômico implantado no país e a demanda exercida pelos mesmos sobre os recursos naturais. A princípio observa a influência dos povos nômades sobre a floresta e a presença dos sambaquis junto à costa, desde a formação da vegetação litorânea brasileira. Depois, com a denominação de *A segunda leva de invasores*, traça um perfil do colonizador e da intenção que o mobilizou em terras conquistadas, para em curto espaço de tempo amealhar a maior quantidade de bens possíveis, enriquecendo não somente a metrópole, mas a si também. Numa etapa posterior, DEAN (1996) descreve as implicações do

processo minerador sobre o meio ambiente, além das contribuições negativas advindas da pecuária que necessitava de campos para expansão. Já sob a autoridade do governo brasileiro, mostra que as facetas da cultura do café e sua influência sobre a floresta serão de grande nocividade para o ecossistema. Warren DEAN (Idem) trata ainda da influência da instalação do parque industrial brasileiro, em meados do século XX, na redução da cobertura vegetal da Mata Atlântica, o descaso do governo militar com a poluição e a demanda cada vez maior das empresas de siderurgia por madeiras da floresta para a produção de aço. Aliás, essa realidade ainda permanece em voga nos dias atuais, contando com a passividade das instituições públicas responsáveis pela fiscalização.

A história ambiental brasileira assume identidade própria com diferentes contribuições de renomados autores, das quais destaco aquela trazida pelo professor José Augusto PÁDUA. Sua mais recente obra, *Um sopro de destruição*, publicada no ano de 2002, resgata e analisa os discursos do debate ambiental produzidos por mais de 50 autores entre os séculos XVIII e XIX, tais como José Bonifácio, Joaquim Nabuco, Baltasar da Silva Lisboa e Francisco Freire Alemão. É importante observar, por meio das críticas dos primeiros pensadores brasileiros descritas nesta obra, que muitos perceberam que a superação das práticas devastadoras, a partir de um esforço consciente de modernização tecnológica, passava necessariamente pela implementação de reformas socioeconômicas profundas, que rompessem com o legado do colonialismo: o tripé escravidão-latifúndio-monocultura. Além de analisar textos de discursos de crítica ambiental das últimas décadas do Brasil Colônia, por meio dos quais se observa a ocorrência de uma exploração descontrolada dos recursos naturais, mais especificamente da madeira, PÁDUA (2002) resgata o pensamento de José Bonifácio, influenciado pelo princípio pedagógico iluminista que defendia a multiplicidade de conhecimentos, já que sua especialidade era a mineralogia. Também o autor destaca a importância das sociedades imperiais fundadas no Brasil monárquico e a vertente não-abolicionista da crítica ambiental.

Como marco inicial de minhas buscas no entendimento da questão ambiental, me utilizo em alguns momentos dos tensionamentos trazidos por José LUTZENBERGER, muitas vezes considerados radicais por sua abordagem preservacionista em relação ao tema. Parece-me salutar manter a visão de LUTZENBERGER, em contraponto a outras visões com posturas mais amenas em relação às questões ambientais. Embora não fosse um dedicado escritor, LUTZENBERGER teve seus escritos resgatados de artigos endereçados a inúmeros periódicos e de palestras proferidas durante sua atuação como ativista ambiental. Sendo assim, ficaram como legado o *Manifesto Ecológico Brasileiro* (1980), *Gaia – o planeta vivo* (1999) e *Do jardim ao poder* (2001).

No entendimento da superficialidade das relações entre sujeito e objeto no contexto pós-moderno, motivo acentuado pelo qual os humanos demonstram pouco apego aos bens disponíveis e, por este motivo, os desperdiçam, tomo por referência o pensamento do sociólogo polonês Zygmunt BAUMAN. Autor de obras referenciais como *Globalização: as conseqüências humanas* e *O mal-estar da pós-modernidade*, BAUMAN é essencial na contribuição teórica de elucidação do comportamento consumista do homem pós-moderno e sua relação com o mercado produtor de bens descartáveis e supérfluos e, até mesmo, de vidas ou existências supérfluas, como é o caso de *Vida Líquida* e *Vidas Desperdiçadas*.

Como fonte essencial no entendimento de importantes conceitos relacionados ao sujeito identificado com a questão ambiental, fruo dos estudos de Isabel Cristina de Moura CARVALHO, autora de *A Invenção Ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. Nesta obra, meu maior interesse repousa sobre o capítulo terceiro onde CARVALHO (2002) traz *A invenção do sujeito ecológico*, sua ação educativa e o ambiente histórico de um novo campo social onde este sujeito estará se movimentando. Esta visão torna-se fundamental para analisar as ações pelas quais se destacam os sujeitos em sua atuação docente, e de que fontes se impregnam de conhecimentos para atuarem como transformadores nestes espaços.

Na avaliação dos currículos formais e informais que perpassam o espaço escolar, e principalmente, na avaliação de currículos legais e ilegais possíveis para este espaço, utilizo o pensamento de CHASSOT em obras de significado para uma educação transformadora: *Alfabetização científica: questões e desafios para a Educação*, *Educação consciência* e *Para que(m) é útil o ensino?* CHASSOT (1995, p.74) ressalta que há uma grande responsabilidade por parte da Escola, de que o currículo seja algo de real utilidade para a sociedade. É algo que seja proveitoso e de serventia; ou seja, “diz-se que é útil tudo que serve para satisfazer necessidades humanas, individuais ou coletivas”. Em *Educação consCiência*, CHASSOT propõe uma avaliação da Escola, com maior ênfase sobre as mudanças a que a Escola se submeteu / submete nas últimas décadas. Busco amparo teórico também em Tomaz Tadeu da SILVA, para observar a Escola agora invadida por uma teorização social e cultural mais ampla, mais liberta e mais prazerosa, onde o currículo é, de forma até mesmo pueril, observado como prática de significação, como representação e, por sugestão do próprio autor, como fetiche.

De minha parte reconheço exigências de um maior conhecimento de formas investigativas para buscar respostas à minha questão de pesquisa. Todavia, meu ingresso no programa de pós-graduação da UNISINOS foi primordialmente em busca de melhor aporte

para esta tarefa. Por isso, os seminários freqüentados no mestrado foram de importância fundamental na construção epistemológica adequada e num embasamento mais sólido como pesquisador. Admito que, através da pesquisa empreendida, pude me apropriar melhor da noção de desperdício, tomando sempre o cuidado de não reificar o tema e nem assumir uma postura crítica eivada de preconceitos, tal como foi observado pelos membros da banca quando de minha qualificação. Aquele momento serviu-me como balizamento sobre a necessidade de isenção ao tratar um assunto de pesquisa, deixando de lado os preconceitos e assumindo uma postura apropriada durante a execução da mesma. Foi assim que entendi as críticas empreendidas pelas professoras Gelsa Knijnik e Isabel Cristina Carvalho que compuseram minha Banca de Qualificação, além do orientador Attico Chassot.

Assim, depois dessa visão panorâmica da dissertação, que quer servir como uma introdução, anuncio aqui e agora os três capítulos que a complementam. No primeiro (Teorização) ensaio algumas tessituras a partir de três dimensões: o desperdício na Educação Ambiental, a olhada da situação do Brasil no contexto globalizado e sua adesão ao consumismo e como os currículos se fazem presentes nessas redes de conhecimentos. No segundo capítulo trago os relatos de entrevistas realizadas na Escola como pesquisador, antecedendo algumas discussões acerca das opções metodológicas. Conto também do que significou fazer-me pesquisador na área de Educação. No terceiro capítulo trago alguns resultados de pesquisa e (a)venturo-me a fazer algumas sugestões, de como a noção de desperdício perpassa o ambiente da Escola e impregna os currículos formais e não formais.

Entretanto, deixo claro que não pretendo com essa pesquisa trazer soluções momentâneas ou definitivas para o desperdício, nem mesmo propor medidas milagrosas para a redução do desperdício dos recursos naturais. Minha proposta nesta dissertação é tão somente identificar em quais situações a noção de desperdício adentra e ocupa o espaço da Escola, interpenetrando os currículos formais e informais e modificando ou não comportamentos e atitudes dos sujeitos por ele envolvidos. Para tanto, busco uma forma de relato simples que facilite ao leitor o entendimento de tema bastante atual e, ao que parece, com pouco aprofundamento acadêmico.

## 1 A NOÇÃO DO DESPERDÍCIO: MOVIMENTOS HISTÓRICOS

É importante compreender que a destruição ambiental não foi algo de fortuito e pontual, mas sim um elemento constitutivo da própria lógica da ocupação colonial do Brasil. Foi através da “ventura”, especialmente da adaptabilidade e do pragmatismo que a acompanharam, que um pequeno país europeu tornou-se capaz de encontrar uma fórmula histórica viável para implantar seu domínio sobre um vasto território tropical.

*J. A. PÁDUA*

Neste capítulo trago algumas tessituras relativas à noção de desperdício, elaboradas a partir de três dimensões: a *primeira* a partir da Educação Ambiental, onde tenho amalhado importantes conceitos sobre a relação do ser humano com a preservação dos recursos disponibilizados pelo Planeta, e onde procuro expor as variadas formas de como o desperdício se apresenta em nosso cotidiano. Antes ainda, aproveito para citar algumas fontes relacionadas a ciência da História, onde é possível perceber e entender episódios que marcaram a realidade brasileira na redução dos recursos naturais disponíveis em nosso país, desde remotos tempos. Desta forma, é possível perceber que não é de hoje a existência de uma relação predadora entre homem e natureza, já que os preceitos religiosos cristãos baseados nos textos bíblicos sempre acentuaram a disponibilidade da natureza para exploração infinita pelo rei da criação, pois o ser divino havia criado tudo para deleite e uso da raça humana. Numa *segunda* dimensão quero olhar o país incluído neste tão propalado ambiente de globalização – esta nova maneira de convivência mundial que aproxima inescapavelmente o local do global e faz com que os problemas que atingem o Sul estejam diretamente relacionados com o Norte, e vice-versa – e o advento da geração de consumo que se estabelece com maior evidência a partir desta nova realidade. Na visão de BAUMAN (2001), é esta a geração que convive nos ambientes domesticados dos “templos de consumo”

de George Ritzer<sup>9</sup>, onde as diferenças “foram amansadas, higienizadas e garantidas contra ingredientes perigosos – e por isso não são ameaçadoras” (p. 116) Estes lugares oferecem o que outras realidades externas normalmente não proporcionam: o equilíbrio quase perfeito entre liberdade e segurança. Na *terceira* dimensão, quero fazer uma mirada sobre os currículos na Escola e observar o quanto estes encharcam e são encharcados de realidades destas redes de conhecimento e daquelas legitimadas pela sociedade, e que, por consequência, proporcionam sustentação para a adoção de práticas e atitudes relacionadas à noção de desperdício, tema central de minha pesquisa.

### **1.1 Populações em movimento e primórdios discursivos em defesa da natureza**

Desde os mais remotos tempos o ser humano busca formas de sobreviver em segurança, livre das mais variadas ameaças; perigos estes representados não só pelo ambiente inóspito que a natureza quase sempre reservou à vida humana: repentinas mudanças climáticas, riscos ocultos em suas florestas e a agressividade dos animais selvagens, mas, também, e principalmente, pela incerteza na busca diária de recursos.

Não é raro ouvirmos queixas da existência de conhecimentos inúteis que nos são aplicados na educação formal e para os quais não conseguimos uso até o final de nossas vidas. Isso também aconteceu comigo durante os anos onde me fiz aluno do tradicional Curso Ginásial. Houve um conteúdo de Biologia apreendido neste curso, e que jamais pude esquecer. Ele sempre me vem à lembrança quando há um assunto relativo à sobrevivência das espécies: o conceito de cadeia alimentar. Ao exemplificar esta cadeia, onde a luta entre presa e predador muitas vezes é desigual, nosso professor trazia exemplos práticos de um leão – o predador – que devorava um pequeno coelho que havia se alimentado de algumas gramíneas. Depois mostrava que a mesma cadeia podia ser exemplificada com um gavião – o predador – que devorava o coelho que havia consumido as mesmas gramíneas. Ao ouvir os dois exemplos, me impressionava o quanto era perversa essa tal cadeia alimentar, pois não dava qualquer oportunidade de defesa para o pobre coelho – a presa. Desta forma, também entendo o quanto o homem muitas vezes serviu de banquete, como presa, dentro da famigerada cadeia alimentar e, em outras oportunidades, ao descobrir armas e ferramentas para defesa e ataque,

---

<sup>9</sup> Sociólogo e professor universitário estadunidense nascido em 1940 e que ficou conhecido na comunidade acadêmica por seus estudos relacionados ao consumo, à globalização e às teorias social moderna e pós-moderna. Sua fama está identificada com a monografia publicada em 1993 e transformada em livro posteriormente: *A Macdonaldização da sociedade*. Foi nesta obra que cunhou a expressão “templos de consumo”, referindo-se aos shoppings centers.

posicionou-se como predador, função hoje ocupada na maioria das oportunidades em que se relaciona com a natureza. Esta predominância certamente advém de observações e da posse do conhecimento, passando o ser humano a entender o mundo e as transformações à sua volta e tornando sua jornada mais amena e menos arriscada.

O advento do fogo e da roda, além de trazer conforto e menor esforço na busca pelos recursos imprescindíveis, reduziu sua inquietação em relação ao futuro. Utilizando-se da habilidade de observar costumes e comportamentos de outras espécies que conviviam no mesmo ambiente, os humanos extraíram lições até então desconhecidas. Assim, construíram uma vida social moldada pela busca incessante do conforto e das facilidades no tocante aos recursos indispensáveis, tanto para si quanto para os seus. E, por conseguinte, utilizá-los de maneira adequada e parcimoniosa era imprescindível.

Mais tarde, depois de abandonar a prática nômade e trocá-la pelo sedentarismo, o ser humano careceu da construção de abrigos para alojar a família, mantendo-a protegida de perigos. Neste momento, mais uma vez, utilizou-se dos recursos naturais para a construção de habitações. Além do barro, utilizado das mais variadas formas, teve na madeira também artefato essencial. Transformou a floresta na grande fonte de onde extrairia não só o alimento, como também a matéria prima para a sobrevivência, seja sob a forma de estruturas de sustentação, seja para a produção de ferramentas, que eram extensões de suas mãos. E assim, por muitos milhares de anos as habitações foram se multiplicando e sofrendo aperfeiçoamentos, juntamente com os móveis construídos a partir das dádivas da natureza.

Sobre a realidade dessas sociedades, SAHLINS (1972) contextualiza a questão de coletores e caçadores, ressaltando que a maioria de nossos manuais transmite a idéia de uma vida muito dura, principalmente no paleolítico, e que a luta pela sobrevivência era uma constante. Destaca ainda a existência de concepções errôneas a respeito dessas sociedades, tais como: “mera economia de subsistência”, “lazer limitado, salvo em circunstâncias excepcionais”, “busca incessante de comida”, recursos naturais “pobres e relativamente incertos”, “ausência de excedente econômico”, “máximo de energia de um máximo de pessoas”. Ao traçar comparativos entre as sociedades coletoras e caçadoras e as sociedades capitalistas modernas, o autor observa o comportamento dessas em relação a escassez. Relata ele que, embora ricamente dotadas, as sociedades capitalistas

Consagram-se à proposição da escassez. O primeiro princípio dos povos mais ricos do mundo é a ineficiência de meios econômicos. O aparente *status material* da economia não parece indício de perfeição. [...] O sistema de mercado industrial institui a escassez de modo jamais visto em qualquer outra parte. Onde a produção e distribuição são organizadas através do comportamento dos preços, e todos os meios de vida dependem de ganhar e gastar, a insuficiência dos meios materiais torna-se o ponto de partida explícito e calculável de toda atividade econômica. O empresário é colocado frente a

investimentos alternativos de um capital finito; o trabalhador (esperançosamente) frente as escolhas alternativas de emprego remunerado, e o consumidor... O consumo é dupla tragédia: o que se inicia com insuficiência terminará em privação (SAHLINS (1972), p. 08).

Sendo assim, a sociedade de caça e coleta é a primeira sociedade de afluência; ou seja, uma sociedade onde todas as vontades materiais das pessoas são facilmente satisfeitas. Ao conceber o conceito de afluência, SAHLINS (Idem) sugere a existência de duas formas possíveis, salientando que as necessidades podem ser facilmente satisfeitas, seja produzindo muito, seja desejando pouco. Segundo ele,

a concepção vulgar, de Galbraith, constrói hipóteses apropriadas particularmente à economia de mercado: as necessidades dos homens são grandes, para não dizer infinitas, enquanto seus meios são limitados, embora possam ser aperfeiçoados. Assim, a lacuna entre meios e fins pode ser diminuída pela produtividade industrial, ao menos para que os produtos ou bens indispensáveis se tornem abundantes. Mas, há também uma concepção Zen da riqueza, partindo das premissas um pouco diferentes das nossas: que as necessidades humanas materiais são finitas e poucas, e os meios técnicos invariáveis mas, no conjunto, adequados. Adotando-se a estratégia Zen, pode-se usufruir de abundância sem paralelo – com baixo padrão de vida (p. 06).

SAHLINS (Ibidem) associa essa segunda forma de afluência – a afluência na concepção Zen – ao modo de vida daquelas sociedades dedicadas à caça e à coleta, sendo talvez a forma adequada de explicar um de seus comportamentos mais curiosos, a prodigalidade – a inclinação para consumirem de uma só vez todos os estoques disponíveis, como se lhes fossem dados. Também, ao explicar a facilidade com que as necessidades na esfera dos produtos não-alimentares desses povos são atendidas, o autor destaca que

Em parte, tal “abundância material”, depende da facilidade de produção e, em parte, da simplicidade da tecnologia e da democracia da propriedade. Os produtos são rústicos: de pedra, osso, madeira, couro – materiais estes, que “existem em abundância à sua volta”. Como regra, nem a extração de matérias-primas, nem sua elaboração envolvem grande esforço. O acesso aos recursos naturais é tipicamente direto – “livre acesso para qualquer um” – mesmo a posse das ferramentas necessárias, sendo geral, e o conhecimento das habilidades exigidas, comum. [...] É crucial que quantidades normais de bens de consumo (bem como o número de consumidores) sejam colocadas culturalmente em lugar modesto. Poucas pessoas sentem-se satisfeitas com um número reduzido de objetos fáceis de produzir... (p. 10).

Observa-se ainda na análise de SAHLINS, o questionamento sobre a pouca exigência de bens materiais e seu atrelamento a uma espécie de escravização determinada pela busca incessante de alimentos. Para ele, há etnógrafos que comprovam que essa busca é tão bem sucedida nessas sociedades, que “na metade do tempo as pessoas parecem não saber o que fazer”. Entretanto, a mobilidade se torna condição essencial para o êxito dessa tarefa, seja maior ou menor, segundo o caso, mas sempre suficiente para depreciar rapidamente as satisfações de propriedade. Ou seja, a riqueza do caçador é a carga. Assim, os bens podem se transformar em uma carga excessivamente dolorosa e opressiva, em função da distância a que tenham de ser transportados. Alguns coletores de alimentos possuem canoas e, outros ainda, trenós puxados por cachorros, mas a grande maioria “carrega nas costas tudo o que possui”,

todavia, somente aquilo que pode confortavelmente carregar. Por isso, LATTIMORE apud SAHLINS (1972) destaca que um nômade puro é um nômade pobre, comprovando que “mobilidade e propriedade são deveras contraditórios”.

Também a questão da acumulação ou da armazenagem de alimentos está diretamente relacionada com a mobilidade dos coletores. Por isso, “as vantagens de armazenar comida devem ser pesadas contra os retornos decrescentes da coleta, dentro dos limites de local determinado”. Para os caçadores

A tendência incontrolável para diminuir a capacidade local de transporte está no fundo de tudo: uma condição básica de sua produção e a causa principal de seu movimento. A desvantagem potencial da armazenagem é justamente envolver a contradição entre riqueza e mobilidade. Ela fixaria a aldeia em uma área que rapidamente veria esgotada as fontes naturais de alimentos. Assim sendo, imobilizados pelos estoques acumulados, o povo sofreria, em comparação com pequenos caçadores e coletores de qualquer outro lugar, onde a natureza, por assim dizer, fez a própria armazenagem possivelmente de alimentos mais desejáveis em diversidade e em quantidade do que os que os homens possam guardar (SAHLINS, 1972).

Por fim, SAHLINS conclui que, embora os mais primitivos povos da terra possuam poucas posses, não se pode afirmar que são pobres. Para ele, a pobreza não é uma certa relação de bens, nem simples relação entre meios e fins; é sim, acima de tudo, uma relação entre pessoas. Na verdade ela é um estatuto social, invenção da civilização. “Cresceu com a civilização, como relação tributária – que pode tornar os agricultores mais suscetíveis às catástrofes naturais do que qualquer aldeamento de inverno de esquimó do Alasca”.

Sabe-se que a formação da sociedade brasileira prescindiu do uso sistemático de florestas, seja na desconhecida convivência entre as tribos que habitavam nosso espaço territorial antes da chegada dos portugueses, seja na posterior extração de madeiras para abastecer o comércio internacional e as necessidades da frota náutica ibérica a partir de suas colônias. Para estes fins, grande parcela da Mata Atlântica foi derrubada, sendo uma das maiores fontes de riqueza da metrópole portuguesa no período inicial de ocupação.

Ao resgatar a história da importante floresta tropical que margeava / margeia o litoral brasileiro e da pequena porcentagem que restou de sua cobertura original, Warren DEAN (1996) inicialmente relata a chegada dos primeiros caçadores-coletores há mais de treze mil anos. Posteriormente, as tribos indígenas trariam o costume da agricultura itinerante, interferindo mesmo que de forma indelével na estrutura ciliar. Quando se transferiam, normalmente após duas ou três temporadas de mandioca, tinham como pretextos principais a invasão acentuada de ervas daninhas e pragas, assim como, os conflitos sociais internos e a rivalidade entre aldeias. E cabe salientar que foi ainda na etapa da ocupação humana da floresta que se observou o costume das queimadas, onde a coivara era uma prática

disseminada entre os indígenas. Eis um relato do abalizado historiador de nossa Mata Atlântica, Warren DEAN.

Desde o começo, a agricultura na região da Mata Atlântica – de fato, em todas as áreas de baixada do continente – exigiu o sacrifício da floresta. A técnica era extremamente simples: perto do fim da estação seca, a macega de uma faixa de floresta – um hectare mais ou menos – era cortada e deixada secar, e, por meio de machados de pedra, retirava-se um anel da casca dos troncos das árvores maiores. Então, um pouco antes da chegada das chuvas, a área era queimada, fazendo com que a enorme quantidade de nutrientes na biomassa da floresta caísse sobre a terra na forma de cinzas. Algumas das árvores maiores que houvessem resistido ao incêndio permaneciam, chamuscadas, mas em pé (DEAN, 1995, p. 44 e 45).

Observa-se assim, que a intervenção das tribos indígenas também não era de todo benéfica para a floresta. Apesar das constantes transferências de territórios, as marcas deixadas pela permanência eram evidentes e nos colocam a refletir de uma forma diversa em relação à passividade de seu contato com a floresta, demonstrando que não eram sempre tão ‘ecologistas’ como se retrata. A noção romântica da questão da relação do selvagem com a natureza trouxe-nos por muito tempo uma visão errônea de um ideário natural edênico. Estudos mais atualizados têm proporcionado uma nova visão. É o caso de CARVALHO (2002), quando considera que, aos séculos que se seguiram ao descobrimento, predominou, além de uma atitude de expulsão dos nativos da cultura e da história, a identificação destes com a natureza e fazendo parte do quadro de uma grande paisagem natural. Relata ela que há ainda uma marca de origem que identifica tanto a América do Sul, de forma global, quanto o Brasil, em particular, como um reservatório de biodiversidade do planeta, sendo assim reconhecido como um lugar natural por excelência.

Essa não é apenas uma visão de fora para dentro, ou seja, das sociedades do norte para o sul, mas também constitui o próprio imaginário local. Uma expressão contundente dessa condição de natureza pode ser encontrada no irônico dramaturgo Nelson Rodrigues: “Ah, o Brasil não é uma pátria, não é uma nação, não é um povo, mas uma paisagem”.

O historiador José Murilo de Carvalho (1998), discutindo algumas pesquisas recentes de opinião pública, aponta a vitalidade do motivo edênico, que associa a natureza paradisíaca (Éden) como marca distintiva do País, segundo o imaginário brasileiro (p. 65 e 66).

CARVALHO (Idem) ainda destaca a referência de José Murilo de Carvalho ao edenismo presente na Canção do Exílio, do poeta Gonçalves Dias, e que foi transmutada para as estrofes do hino nacional brasileiro (Nosso céu tem mais estrelas / nossas várzeas têm mais vida / nossa vida mais amores). Segundo ela, a motivação edênica “parece ainda ocupar um lugar de destaque quando nas pesquisas de opinião a natureza aparece como principal motivação do orgulho que os brasileiros sentem de seu país”.

Mas, a chegada dos portugueses trouxe mais impactos à cobertura florestal da Mata Atlântica. Primeiramente, se utilizarem do índio como guia para sobrevivência e para penetração na mata. Por consequência deste contato, surgiu uma geração mestiça, tal era o grau de dependência dos portugueses em relação ao conhecimento do índio. A concessão de

terras por parte do governo e a plantação de cana-de-açúcar consumiu, até o ano 1700, cerca de mil quilômetros quadrados da Mata Atlântica. DEAN (2002) destaca a relação entre a produção do açúcar e o consumo da lenha.

A produção de açúcar também consumia floresta na forma de lenha, queimada debaixo dos tonéis nos quais o caldo da cana era cristalizado. Cerca de quinze quilos de lenha eram queimados para cada quilo de açúcar produzido, o que daria a média de 210 mil toneladas de matas secundárias e florestas de manguezais de enseada cortadas anualmente para esse fim. Além disso, as moendas precisavam de cinza de madeira para purgar o açúcar de suas impurezas; os manguezais das baías eram os preferidos para esse material. Calculando-se duzentas toneladas de lenha por hectare, as moendas teriam consumido mais 1200 km<sup>2</sup> no curso de 150 anos... (p. 96 e 97)

E assim, cada vez mais o crescimento do país iria importar na redução da cobertura florestal da Mata Atlântica. A cultura do café também seria responsável por boa parcela de corte e queima da vegetação. Mas, a introdução das primeiras ferrovias, com suas locomotivas a vapor, desencadearia uma nova etapa na exploração da madeira da floresta, às vezes sob a forma de dormentes, berço de assentamento dos trilhos, ou, na maioria das vezes, sob a forma de combustível sólido a ser queimado nas fornalhas. DEAN (Idem) relata que a introdução deste equipamento de transporte, considerado parte integrante do progresso do século XIX, também trouxe conseqüências para a Mata Atlântica.

A ferrovia foi um imenso avanço na paisagem desembaraçada de quaisquer rastros além dos de pés humanos e cascos de gado e montaria. Embora estes tivessem necessariamente evitado caminhos dentro da floresta, a locomotiva era indiferente: procurava apenas os declives mais planos e os traçados mais diretos: a derrubada da floresta era uma despesa menor. A Mata Atlântica estava, pois, diretamente na trilha do que era tomado como progresso no século XIX. As pressões que as imensas tropas de mulas colocavam aos pastos agora eram um pouco aliviadas. A derrubada de floresta, porém, se aceleraria, agora que esse instrumento de penetração da fronteira se tornaria acessível. [...] As ferrovias fariam suas próprias demandas à floresta, porque exigiam grandes quantidades de dormentes, para os quais se preferiam as madeiras de lei da floresta primária. Embora as vias férreas que corriam para os portos queimassem carvão importado, as do interior normalmente queimavam lenha. O corte de lenha tornou-se, portanto, uma boa oportunidade econômica para proprietários de terra ao longo das vias (p. 226).

Nota-se aí, o quanto até hoje o consumo da madeira da Mata Atlântica<sup>10</sup>, cuja cobertura atual contém menos de 7% do estado original, é visto como um dos grandes desperdícios de nossos recursos naturais e motivo de muitas campanhas por parte dos organismos ambientais, na intenção de preservar o que restou.

Mesmo que o resgate histórico das origens brasileiras seja recente, se comparado à história de outros países, e não se tenha contemplado relatos de nossos antepassados, o mau uso e o desperdício dos recursos naturais já foi motivo de várias querelas. Historiadores dedicados ao estudo da história ambiental brasileira são poucos e raros. Permito-me dar destaque, no cenário nacional, a José Augusto PÁDUA, professor pesquisador da

<sup>10</sup> De seu nome, inclusive, surgiu a Organização Não Governamental *S.O.S. Mata Atlântica*, fundada em 1986 e com prestígio internacional. A organização é símbolo do cuidado com o bioma local, visando à preservação da floresta litorânea brasileira. Realiza diversos trabalhos de conscientização e de Educação Ambiental por meio de seus voluntários, junto a Escolas e instituições públicas e privadas.

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ao analisar os conteúdos de cerca de 150 textos de crítica ambiental dos séculos XVIII e XIX, PÁDUA (2002) resgata reflexões profundas e consistentes de pensadores nacionais entre 1786 e 1888, sobre questões ambientais que suscitaram inquietações naquele período. A pesquisa trouxe à tona discursos realizados durante um período de 102 anos, que discutiam as conseqüências sociais da destruição das florestas, da erosão dos solos, do esgotamento das minas, dos desequilíbrios climáticos entre outros. Na pesquisa empreendida pelo autor, há nomes ilustres como Manuel Arruda da Câmara, Baltasar da Silva Lisboa, José Gregório de Moraes Navarro, Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira, João Severiano Manoel da Costa e José Bonifácio de Andrade e Silva. Destaque para uma expressão crítica mais profunda e sistemática por parte deste último, conhecido como o Patriarca da Independência.

Inicialmente, PÁDUA (Idem) evidencia a existência de uma relação direta entre a destruição ambiental e o tipo de colonização aqui implantada pelos colonizadores portugueses. Para esta compreensão, se apropria da contribuição de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), que destaca o espírito aventureiro adotado pelos lusitanos durante a ocupação.

É importante compreender que a destruição ambiental não foi algo de fortuito e pontual, mas sim um elemento constitutivo da própria lógica da ocupação colonial do Brasil. Sérgio Buarque de Holanda chamou a atenção para o sentido “aventureiro” dessa lógica, denotando um tipo ideal de ação humana caracterizada pela ousadia, pela busca de horizontes largos e riquezas fáceis, pela instabilidade, imprevidência e imediatismo (em oposição ao trabalho constante e planejado). Foi através da “aventura”, especialmente da adaptabilidade e do pragmatismo que a acompanharam, que um pequeno país europeu tornou-se capaz de encontrar uma fórmula histórica viável para implantar seu domínio sobre um vasto território tropical.

[...] Uma colônia de exploração é sempre um empreendimento brutal e imediatista. A lógica de longo prazo é, ou deve ser, própria da idéia de nação, do ideal de continuidade histórica de uma comunidade política. Seria ingênuo esperar esse tipo de lógica da parte dos colonizadores. Eles foram pragmáticos, valendo-se das possibilidades mais evidentes e menos trabalhosas que a realidade histórica apresentava a cada momento (p. 79).

Nos textos analisados por PÁDUA (Ibidem), a temática central se torna evidente: a condenação do modelo predatório herdado do colonialismo na agricultura. Até mesmo os colonos alemães que se estabeleceram no sul do país, a partir do início do século XX, abandonaram a prática tradicional do arado e adotaram as queimadas típicas dos agricultores brasileiros.

Em 1627, frei Vicente Salvador (1564–1635), em sua História do Brasil, critica a falta de estabilidade e prosperidade da colônia brasileira após cem anos de sua fundação. Justifica o mau desempenho da colônia pela troca do nome original de Terra de Santa Cruz para Brasil –

nome de um pau de cor abrasada e vermelha<sup>11</sup> –, segundo ele, por influência de forças demoníacas e que havia atraído uma sina negativa para o futuro do país.

O retorno dos estudantes que fizeram seus cursos superiores na Europa marcou de forma decisiva o início de críticas ao que acontecia no cenário ambiental brasileiro. Um deles foi Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), que escreveu obra de crítica ambiental em 1784, onde denunciava dois problemas básicos: o corte indiscriminado de árvores úteis por parte dos colonos, baseado na legislação conservacionista que se difundia à época na Europa, e a utilização do sistema de queimadas para a plantação da mandioca no Pará. Posteriormente, elaborou críticas incisivas à pesca predatória, como no caso das tartarugas, aprisionadas vivas em currais e dessa forma levadas à morte desnecessariamente. Não era a favor da proibição da pesca, mas ao seu aperfeiçoamento de forma a evitar o desperdício.

Arruda da Câmara (1752-1810) foi dos que primeiro alertava para a extinção de espécies arbóreas no país, embora demonstrasse em suas palavras certo fatalismo. Chamou a atenção para a derrubada indiscriminada da almécega<sup>12</sup> e a pouca utilização de sua preciosa resina, além das queimadas de capoeiras que acabavam atingindo estas espécies ainda em fase de desenvolvimento. PÁDUA destaca que a apelação ao Estado e à razão era uma constante nos textos, “na esperança de conseguir, fosse pela educação ou pela coerção, reduzir a ignorância e o desperdício que vigorava no trato com o mundo natural no Brasil, desde os engenhos de açúcar ao labor diário dos sertanejos” (p. 92).

Mas os escritos que mais chamam a atenção no trabalho de PÁDUA, são, por certo, os de José Bonifácio de Andrada e Silva (Santos, 1763 – Niterói, 1838). Atribui ele enorme relevância à relação entre as sociedades e os territórios, no sentido de apontar as conseqüências sociais negativas da destruição do ambiente natural. Todavia, sua preocupação com a questão ambiental foi considerada por muitos como uma idiossincrasia, assumindo um aspecto periférico em relação ao seu pensamento político. Mas, José Bonifácio transitava não somente pela ciência política. Desenvolveu estudos na Suécia e na Noruega, a partir de 1796, caracterizando, em jazidas locais, quatro espécies minerais novas e oito variedades que se incluíam em espécies já conhecidas – a todos esses minerais descreveu pela primeira vez e deu nome, um dos quais a *andradina*. Ocupou a cátedra de Metalurgia, especialmente criada para ele, na Universidade de Coimbra. Sobre as qualidades intelectuais de José Bonifácio, PÁDUA relata ainda que

<sup>11</sup> *Pau-brasil*, segundo o *Dicionário Aurélio Século XXI*. Árvore da família das leguminosas (*Caesalpinia echinata*), de matas mais ou menos secas, e cuja madeira é vermelho-alaranjada e depois vermelho-violácea, pesada, dura e incorruptível; arabutã, brasil, ibirapitanga, orabutã, pau-de-pernambuco, pau-de-tinta, pau-pernambuco, pau-rosado, sapão

<sup>12</sup> *Almécega* segundo a mesma fonte da nota anterior, Resina de aroeira ou de lentisco amarelado, que se usa em mistura de tintas e como condimento.

Embora o eixo dos seus estudos tenha sido a mineralogia, ele foi levado a percorrer praticamente todos os campos do conhecimento, tanto nas humanidades quanto nas ciências naturais, a partir do princípio pedagógico iluminista segundo o qual a multiplicidade de matérias estudadas não fragmentava a inteligência, pois em todas elas se cultivava a razão como fonte única da energia do conhecimento. [...] As lições de Vandelli certamente lhe transmitiram uma visão condenatória da destruição da natureza, assim como uma visão positiva do progresso econômico calcado na produção primária, em concordância com a doutrina francesa (PÁDUA, 2002, p.131).

A atuação de José Bonifácio na corte brasileira foi de grande importância, pois trazia experiência de ter vivido intensamente em Paris quando da Revolução Francesa (1789). Participou plenamente dirigindo ações políticas e militares que iriam assegurar a independência de forma definitiva. Além disso, teve contribuição significativa na elaboração de projeto relacionado a uma unidade nacional que pudesse trazer sólida estrutura na construção de um novo país. Por tudo isso, foi cognominado posteriormente como o “Patriarca da Independência”. É possível perceber a relevância de suas idéias, a partir das observações de PÁDUA, com destaque para o projeto nacional amplo e coerente, transformador de todas as instituições, proposto por Bonifácio, sem esquecer da proteção dos recursos naturais sob ameaça.

Esse projeto se fundamentava, a meu ver, em duas diretrizes básicas: em primeiro lugar, era preciso fazer daquela população heterogênea, fragmentada e dispersa uma sociedade nacional integrada e dotada de sentido de unidade. A solução para esse problema incluía políticas graduais de emancipação e incorporação dos escravos, assimilação dos índios, promoção da imigração estrangeira e educação popular. Em segundo lugar, era necessária uma política geral de proteção dos recursos naturais no Brasil, pois esse era o grande trunfo com o qual o país podia contar para o seu progresso futuro. Tal política passava essencialmente pela superação do modelo agrícola implantado pelo sistema colonial, calcado no latifúndio, na monocultura e na destruição florestal (PÁDUA, Idem, p. 147).

Nota-se o quanto José Bonifácio estava preocupado na integração da população ao território nacional, de forma harmoniosa e, porque não dizer, “sustentável” e equânime, já que sua visão detectava uma relação entre a destruição ambiental e a dicotomia latifúndio / monocultura. Embora a expressão “sustentável” não fosse habitual para a época, o pensamento de Bonifácio parece levar em conta o conceito intrínseco. Será que deste ponto de vista, não se poderia considerar que uma das preocupações que angustiava Bonifácio era o desperdício, tendo em vista sua apreensão em relação ao futuro do país?

## **1.2 Desperdício: entendendo origens e a coexistência pacífica com a sociedade pós-moderna**

Nota-se que o desperdício não é uma questão recente na realidade humana; convive conosco desde tempos remotos. Entretanto, a relação entre os recursos disponíveis e a

densidade demográfica do planeta tem elevado a preocupação com o uso desmesurado daqueles, principalmente no tocante à produção de bens supérfluos ou descartáveis. Deixo claro que, não terei de tratar dos desperdícios que possam ser observados em empresas ou outras instituições, cujo resultado principal no combate ao uso inadequado dos recursos disponíveis seja a lucratividade. Os desperdícios que permeiam este trabalho são aqueles que se fazem presentes em nossa realidade diária, podendo ser identificados como os mais significativos, e que, comumente, parecem trazer relativa preocupação para boa parcela da população. Dentre eles, pode-se citar a água, a energia elétrica, os alimentos, as embalagens plásticas, o papel e, até mesmo, o tempo. A este último tem sido dedicado um espaço considerável pelo mundo pós-moderno, inclusive com cursos específicos de capacitação de “como evitar o desperdício de tempo” ou “como tornar seu tempo mais produtivo”, ou ainda “como otimizar seu tempo”. Aliás, esta tem sido a maior preocupação da atual geração: saber aproveitar o tempo disponível para não desperdiçá-lo.

Entretanto, todos esses desperdícios podem se tornar irrelevantes se percebermos a exclusão humana criada pela falta de oportunidades, pelos conflitos étnicos, pelas guerras civis; principalmente nos países onde a presença secular europeia legou uma herança interminável de conflitos. É desta forma que BAUMAN (2005) chama a atenção para a parcela redundante da humanidade, que vagueia em busca de horizontes, considerada por ele como desperdício. Em *Vidas Desperdiçadas*, o autor destaca o crescimento acentuado do que ele denomina “refugo humano” ou seres humanos redundantes, que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar. Enfatiza que este “é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade”, podendo ainda ser também considerado “um inescapável efeito colateral da construção da ordem e do progresso econômico” (p. 12). Entende ele que

a nova plenitude do planeta significa, essencialmente, uma crise aguda da indústria de remoção do refugo humano. Enquanto a produção de refugo humano prossegue inquebrantável e atinge novos ápices, o planeta passa rapidamente a precisar de locais de despejo e de ferramentas para a reciclagem do lixo. [...] A globalização se tornou a terceira – e atualmente a mais prolífica e menos controlada – “linha de produção” de refugo humano ou de pessoas refugadas. Também deu nova roupagem ao velho problema e encheu-o de um novo significado e de uma urgência sem precedentes (BAUMAN, 2005, p. 13 e 14).

A forma de vida moderna movimentou uma quantidade enorme e crescente de “seres humanos destituídos de formas e meios de sobrevivência”. A situação atual denota uma pressão populacional inversa do período colonialista pós Segunda Guerra mundial, sem que hajam escoadouros prontamente disponíveis, tanto para a “reciclagem” quanto para a

“remoção” segura destes excedentes. Para BAUMAN, são estes excedentes que acabam soando o alarme e amplificando os “temores relacionados à segurança”.

Os problemas do refugio (humano) e da remoção do lixo (humano) pesam ainda mais fortemente sobre a moderna e consumista cultura da individualização. Eles saturam todos os setores mais importantes da vida social, tendem a dominar estratégias de vida e a revestir as atividades mais importantes da existência, estimulando-as a gerar seu próprio refugio *sui generis*: relacionamentos humanos natimortos, inadequados, inválidos ou inviáveis, nascidos com a marca do descarte iminente (BAUMAN, 2005, p. 15).

Aqui não tratarei deste desperdício, o de vidas. Trago a questão como uma forma de convocar a todos para reflexão a respeito, pois embora tenhamos uma preocupação com o bom uso dos recursos disponíveis, é razoável que estejamos atentos também aos problemas que atingem a sociedade.

Antes de pormenorizar os desperdícios anteriormente ressaltados, quero utilizar minha habilidade no lidar com a ciência da História para trazer momentos da convivência com meus pais, onde percebi preocupações no uso dos recursos disponíveis e, portanto, uma acentuada busca no combate ao desperdício. Pelo menos é o que pude notar nos comportamentos de gerações anteriores à nossa, comportamentos estes significativamente diferentes. Diferentes por possuírem marcas como aquelas descritas por Marciano Duran, onde a maioria dos objetos era passível de aproveitamento, e a morte custava a ser decretada. Talvez, ao trazer esses relatos, esta seja uma forma de mostrar a razão pela qual este problema de pesquisa tornou-se de grande importância para mim.

Meu pai nasceu no meio rural, mais propriamente na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, no ano de 1928. Precocemente perdeu seus pais e, por isso, foi criado por um fazendeiro da região que poucas oportunidades de educação lhe proporcionou, restando-lhe tão somente os saberes populares da época. Todavia, posteriormente migrou para a cidade grande, Santa Maria da Boca do Monte, onde conseguiu melhor oportunidade em uma concessionária de veículos. Além de estudar até a quarta série do extinto Curso Primário, ali aprendeu de forma autodidata e empírica os primeiros elementos da Mecânica, o que futuramente lhe serviria de base para uma evolução profissional e financeira. Minha mãe, também nascida no meio rural, desde cedo esteve envolvida com o uso parcimonioso dos recursos disponíveis. Uma das três filhas de uma família de sete irmãos, minha mãe conta que até a água para o banho naquele recanto era regulada, pois sua escassez era sinônimo de preocupação para todos. Mas, essa realidade não era exclusividade de meus pais. As primeiras décadas do século XX em nosso país foram caracterizadas por uma marca indelével: a maioria da população vivia no campo e a cidade era reduto de uns poucos privilegiados de boas condições financeiras. Somente com o advento da industrialização do país é que esta realidade

sofeteria transformações. A instalação das primeiras fábricas no país, depois da vitória aliada na Segunda Guerra Mundial, paulatinamente reverteria os dados estatísticos da realidade campo-cidade. Aos poucos, a migração em busca de oportunidades de emprego e o conforto da cidade grande deslocaria grande parcela de famílias para os arredores das fábricas. Pouco diferente das condições atuais, onde o televisor e até mesmo o computador são instrumentos que impõem novidades pela imagem e transformam comportamentos, o aparelho de rádio era o portador dessas novidades e também impunha decisões, fazendo com que muitas famílias procurassem a cidade em busca de melhores condições. E a história de meus pais não seria diferente daquela vividas por muitas famílias<sup>13</sup>.

Desde seus antepassados, homens e mulheres auscultaram / auscultam maneiras confortáveis de desfrutar a vida. Facilitar a busca de recursos imprescindíveis à sua sobrevivência, como água e alimentação, foi sempre a grande preocupação dos humanos. A construção de habitações, além de servir de resguardo das intempéries e dos animais selvagens que habitavam as florestas, trouxe mais conforto e o surgimento de uma vida em comunidade. As grandes distâncias a serem vencidas, o grau de dificuldade de altitudes e profundidades e a disputa com outros animais, fizeram com que se pensassem alternativas para minimizar o esforço e o risco aí implícitos. Ao manter-se, desde seus primórdios, de forma ereta visualizando horizontes e antecipando perigos, ao empregar as mãos como ferramentas de coleta em lugar de simples patas de locomoção e defesa, e ainda, posteriormente, ao fazer uso de galhos de árvores ou de ossos, extensão dos membros superiores, o homem obteve inúmeras vantagens em relação aos seus adversários nesta busca<sup>14</sup>. CHASSOT (2004), além de referenciar a importância dessas descobertas, salienta que “em uma determinada etapa de nossa história, nossos ancestrais, talvez há dez mil anos, deixaram de ser caçadores [...] e coletores para se estabelecerem como cultivadores da terra e criadores de animais domésticos. Em vez de [...] apropriarem-se [...] da natureza, passaram a interferir nela.” (p.15) Evidenciando a busca de uma situação que lhes proporcionasse conforto, relata o autor que

a transformação dos humanos em pastores e agricultores exigiu grandes modificações na sua postura, o que lhes proporcionou certo domínio sobre a natureza e facilitou-lhes a obtenção de alimentos com uma crescente independência das condições geralmente adversas do meio ambiente. [...] Com o aperfeiçoamento de técnicas agrícolas, homens e mulheres foram capazes de obter de menores extensões

<sup>13</sup> Raymond Williams (1921-1988) em sua obra “O campo e a cidade” analisa apropriadamente estes dois espaços, oferecendo leituras de poemas bucólicos relatando o efetivo desenvolvimento da sociedade rural e as reações aos centros urbanos a partir dos séculos XVI e XVII. Analisa também as mudanças decisivas ocorridas em Londres no século XVIII. No caso da Inglaterra, há uma peculiaridade interessante, pois naquele país a Revolução Industrial operou muito cedo e em grau bastante acentuado uma alteração sem precedentes nas relações entre o campo e a cidade, substituindo ao campesinato tradicional um capitalismo agrário altamente desenvolvido.

<sup>14</sup> Permito-me aqui trazer uma visão evolucionista darwiniana da raça humana, contrariamente ao conceito criacionista de cunho religioso. A Teoria da Evolução das Espécies de Charles Darwin (1809-1882) introduziu a idéia de evolução das espécies a partir de uma ancestral comum e que, por meio da seleção natural, proporcionava somente aos mais hábeis condições de sobrevivência.

de terra uma maior quantidade de alimentos em relação ao antes obtidos da caça ou coleta em extensas zonas. (CHASSOT, 2004, p.16).

A partir desse *modus vivendi*, que trouxe facilidade e conforto na obtenção dos recursos necessários à sobrevivência humana, é possível sugerir a identificação dos primeiros traços do comportamento de desperdício. Paralelo a uma situação de fartura dominante, o desperdício teve seu embrião, ao que parece, na despreocupação com a necessidade da busca incerta pelos recursos imprescindíveis; já que agora estes estavam à disposição em local certo, seguro e confiável<sup>15</sup>. Mas, também não se pode afirmar que a adoção da prática do consumo em demasia, onde o desperdício é marca proeminente, seja um comportamento com aspectos tão somente negativos. Numa rápida reflexão é possível aquilatar o quanto a geração de novidades tecnológicas gerou necessidades e, desta forma, ampliou o volume de empregos no mercado de trabalho, colocando em ação uma quantidade enorme de pessoas que, sem a ação mercadológica do marketing, e por consequência o consumo, ficariam desempregadas.

O advento da *moda*, com seus *estilos e tendências*, alavancou um mercado que hoje movimentava altas cifras em todo o mundo, não só na comercialização de roupas e produtos de beleza, como também na geração de empregos para “modelos” que desfilam em passarelas do mundo todo. Além disso, o culto ao corpo escultural tem também possibilitado uma gama enorme de empregos no mundo estético pós-moderno. Dietas em série são oferecidas a todos aqueles que se vêem compelidos a reduzir peso e manter a silhueta dentro do padrão estabelecido, ou, pelo menos, que consigam atender aqueles padrões ditados pela sociedade como protótipos perfeitos da raça humana. Esses padrões têm suscitado enormes preconceitos em relação à obesidade e a antigos conceitos de beleza.

A literatura dos cuidados com o corpo registra recordes de vendas. Da mesma forma, um surto de academias para cultivar a forma física e a contratação de treinadores pessoais – os famosos “personal-trainers” – têm alterado a rotina de muitas pessoas. O corpo passou a ter um maior significado e, por mais que o tempo seja escasso para outras tarefas, não se vê como desperdício gastar tempo para tratar da forma física e buscar uma silhueta mais alinhada ao estilo greco-romano. Até porque, o sinônimo de saúde tem sido preconizado pela ciência médica como o cuidado do corpo de forma harmoniosa. Por isso, a busca por alguns anos a mais de existência e pelo retardamento da velhice, requer uma corrida frenética a exercícios

---

<sup>15</sup> Um dos momentos mais frutíferos no entendimento das dificuldades dos humanos na busca da sobrevivência foi quando tive a oportunidade de assistir à película “A Guerra do Fogo”, produção francesa que retrata a vida dos primeiros grupos nômades de caçadores coletores nos primórdios da humanidade. O filme mostra as inúmeras dificuldades das tribos no acesso à comida, no acesso ao conforto das habitações e a presença cotidiana do medo. Ou seja, a busca da sobrevivência sempre trouxe / traz intranquilidade aos humanos. A produção destaca ainda os contatos iniciais entre grupos rivais e o aprendizado originado destes envolvimento. Não que possa se afirmar categoricamente a inexistência do desperdício naquele tempo, até porque não convém tratar tal assunto de forma anacrônica.

físicos em sofisticados aparelhos, onde poderíamos entender, aqui no nosso caso, como um desperdício de energia. Na acepção do despêndio de força muscular, entende-se que todo o prodigalizar de energia tem como resultado final algum trabalho; ou algum produto que resulte desse trabalho. Afinal, mesmo que se desperdice algum tempo com esses cuidados, o que interessa é a boa forma e um corpo que atenda aos padrões estabelecidos; resultado final dessa demanda de energia.

Em relação à denominada “boa forma”, BAUMAN (2007a) entende que, na atual sociedade dos consumidores, esta situação é similar ao que a “saúde” significava para o produtor na sociedade dos produtores. É uma certificação de estar incluído, de “fazer parte”. Para ele, o ideal de “boa forma” refere-se à capacidade de absorção do corpo e ao seu grau de sintonia com as delícias que estão sendo ou logo serão oferecidas. É uma espécie de “jihad” pela boa forma, cuja duração é uma vida toda e impensável de ser vencida, reformulando o mundo externo ao corpo como um local de perigos assustadores e terríficos, indizíveis e incognoscíveis. “Mesmo que nenhum dano direto se tenha produzido, qualquer coisa que você ingira ou inale, tudo que se infiltra em sua pele sem ser convidado ou penetre o interior de seu ser [...] pode interferir no regime que você planejou para o seu corpo a fim de mantê-lo em forma” (p. 125). Sendo assim, a “boa forma”

não conhece limite superior; na verdade, é definida pela ausência de limites – mais especificamente, por sua inadmissibilidade. Seu corpo pode estar em excelente forma, não importa – sempre será possível melhorar. Não importa a forma em que esteja neste momento, sempre há misturada uma dose irritante de “má forma”, a qual aparece ou é deduzida quando você compara o que vivenciou com os prazeres insinuados pelos rumores e pelas visões de alegrias de outras pessoas que você até agora não conseguiu experimentar e que só pode imaginar e sonhar. Na busca da boa forma, diferentemente do que ocorre com a saúde, não há um ponto em que se possa dizer: agora que a alcancei, posso muito bem parar e mantê-la e usufruir do que tenho. Não há uma “norma” da boa forma que se possa estabelecer como objetivo e finalmente atingir. A luta pela boa forma é uma compulsão que logo se transforma em vício. Como tal nunca termina. Cada dose precisa ser seguida de outra maior (BAUMAN, 2007a, p. 123).

Mais do que se manter em forma, parece haver uma necessidade de que o corpo encerre um determinado significado nos tempos pós-modernos. Uma análise da construção desses significados é realizada por CANCLINI (1999), em “Consumidores e Cidadãos”. Para ele, a existência de fatores como a globalização, o mercado e o consumo, e as transformações decorrentes deles, se justificam pelo relacionamento entre os homens e a construção de significados em sociedade. Embora se coloquem frequentemente as questões de mercado e de consumo, como de simples eficiência comercial, e a globalização como uma busca no aumento das vendas, essas interpretações são possíveis “por que os homens vivem juntos e vêem tudo do ponto de vista dos negócios e da publicidade” (p. 44).

Um instrumento muito forte na determinação do consumo e, porque não dizer, uma das grandes invenções da economia moderna, foi a obsolescência planejada. Foi ela que

determinou o tempo de vida útil dos bens comercializados no mercado, assim como, a durabilidade das peças que o compõem. Esses bens já deixam a produção das fábricas com um tempo limite de duração, assim como, são considerados ultrapassados pelas campanhas mercadológicas que estipulam o que é atual e o que está fora de moda. Este, também, pode ser considerado um ingrediente extraordinário na geração de oportunidades de trabalho no mundo pós-moderno, já que a durabilidade dos bens foi percebida pelos empresários como uma ameaça nefasta ao crescimento da economia. Desta forma, criaram-se os departamentos de marketing das empresas, com suas estratégias de mercado e lançamentos constantes de novidades. É incessante nessas empresas, os estudos de novos lançamentos, novas cores, novos modelos, novos designs, novas tendências. São palavras e expressões que ocupam o cotidiano dos profissionais de Vendas e Marketing. Aquilo que agora é considerado atual, novo, reluzente, daqui a poucos dias pode ser classificado como desatualizado e obsoleto. Quem adota uma postura de resistência na atualização de seus objetos, pode ser taxado de conservador ou tradicional. Desta forma, pode estar se furtando em participar do que BAUMAN (2005) classifica como “cultura do cassino”, onde para ser admitido é necessário ser desprezioso e onívoro, abstendo-se da rigidez da preferência ou da adesão a algo por muito tempo, assim como, estar sempre pronto a provar e aproveitar ofertas, sendo pouco coerente e estável nas predileções. Com relação à dicotomia novo/velho, atual/obsoleto, moderno/ultrapassado, BAUMAN (Idem) destaca o comportamento atual do mercado, onde

A rejeição do novo é de mau gosto, e quem rejeita os riscos se arrisca a ser rejeitado. Mas igualmente incorreta e perigosa é a lealdade ao antigo. E o envelhecimento do novo, antes um longo processo, leva cada vez menos tempo. O “novo” tende a ficar “velho”, a ser alcançado e ultrapassado, instantaneamente (BAUMAN, 2005, p. 145).

Com isso, há uma mudança imperceptível e decisiva no significado de “beleza”, cujo conceito tomou inúmeras horas de filósofos e agora, notadamente, se esboroa. Não há mais o vínculo costumeiro entre beleza e eternidade, valor estético e durabilidade. Para BAUMAN, a mudança vertiginosa da moda implica em que o consumidor seja dependente de opiniões externas, aceitando as imposições das garantias ofertadas pelos produtos.

O mercado de consumo e o padrão de conduta que ele exige e cultiva são adaptados à “cultura do cassino” líquido-moderna, que, por sua vez, é adaptada às pressões e seduções do mercado. Os dois se dão bem entre si, se abastecem e se reforçam mutuamente. Para não desperdiçar o tempo de seus clientes, nem prejudicar ou impedir suas futuras, mas imprevisíveis alegrias, o mercado de consumo oferece produtos destinados ao consumo imediato, de preferência para um único uso, seguido de rápida remoção e substituição, de modo que os espaços de vida não fiquem congestionados quando os objetos hoje admirados e cobiçados saírem de moda. Os clientes, confusos pelo turbilhão da moda, pela atordoante variedade de ofertas e o ritmo vertiginoso de sua mudança, não podem mais recorrer à capacidade de aprender e gravar – e assim precisam (e o fazem com gratidão) aceitar as garantias de que o produto atualmente em oferta é “a coisa”, “a coisa mais quente”, o “must”, aquilo “(com/em) que devem ser vistos” (BAUMAN, 2005, p. 146).

Outra ferramenta poderosa da economia é a publicidade através da mídia televisiva. É ela, muitas vezes, que cria os símbolos que norteiam e direcionam o consumo para os mais variados produtos. É o que comumente se tem denominado de “marca”. E não quero aqui buscar de forma aprofundada o conceito de “marca”, nem mesmo trazer estudiosos de tendências de mercado para uma abordagem específica, mas mostrar unicamente o quanto esta palavra está associada ao cotidiano da Escola, principalmente dos adolescentes, pelo menos nas palavras das entrevistadas durante nossos encontros. Está na moda o aluno que usa o tênis com amortecedores de impacto, com a marca do “bichinho” tal, e ele só é original se possuir três costuras na lateral esquerda do pé direito e na lateral direita do pé esquerdo. Só o olhar atento destes consumidores é capaz de perceber a adulteração de produtos oriundos do continente asiático, ou que tenha atravessado a Ponte da Amizade. Consumidor menos detalhista, como eu, dificilmente haverá de observar tamanha ‘fraude’. É o que BETTS In ZILLOTTO (2003) estabelece quando analisa o consumo e o valor do objeto. Diz ele que

somos o que consumimos. Ou melhor, tentamos ser. E não basta consumir objetos. O valor, ou o poder de dizer quem somos, depende do *status da marca*, que se tornou mais importante que o próprio objeto. O valor se desloca do objeto para a grife. É a grife que dá seu valor ao produto e não ao contrário. Daí a quantidade de imitações de menor custo do objeto ícone de marca (p. 98).

A lógica da propaganda televisiva associa inúmeras imagens de sucesso para instigar o telespectador no reconhecimento de suas necessidades, mesmo que elas não existam. PEREIRA In ZILLOTTO (2003) ainda destaca que, a gratuidade em assistir aos programas televisivos pode ter um preço implícito que, muitas vezes, não percebemos. Para ele,

todo o telespectador sabe muito bem que os comerciais são os patrocinadores dos programas de televisão. É a publicidade que garante as verbas que remuneram as produções televisivas. E os anunciantes, por sua vez, esperam que os produtos anunciados sejam comprados pelos telespectadores. E para isso eles usam alguns recursos como contratar atores conhecidos, esperando exercer maior influência sobre o público consumidor. E também veiculam os anúncios em horários já estudados para que atinjam seu público-alvo (p. 81).

Dessa forma, nasceu a publicidade implícita, aquela que aparece por dentro da trama do filme, da novela, do seriado ou do programa de auditório. Ou seja, aquele carro que o ator principal utiliza para apanhar sua amada na saída do escritório, o tênis que a atriz exhibe em suas sessões de academia, o refrigerante que o rapaz experimenta enquanto aguarda o acesso ao espetáculo de música, e assim por diante. Toda a movimentação de cenário é minuciosamente elaborada de forma a determinar comportamentos e atitudes relacionadas com marcas e estilos.

CANCLINI (1999), ao analisar os aspectos simbólicos e estéticos da racionalidade consumidora, destaca a lógica existente na construção dos signos de status e nas maneiras de comunicá-los. Argumenta, baseado em textos de BORDIEU, APPADURAI e EWEN que, nas

sociedades contemporâneas, boa parte da racionalidade das relações sociais se constrói, mais do que na luta pelos meios de produção, na disputa pela apropriação dos meios de distinção simbólica. Para tanto, crê ele que

há uma coerência entre os lugares onde os membros de uma classe se alimentam, estudam, habitam, passam as férias, naquilo que lêem e desfrutam, em como se informam e no que transmitem aos outros. Essa coerência emerge quando a visão socioantropológica busca compreender em conjunto tais cenários. A lógica que rege a apropriação dos bens enquanto objetos de distinção não é a da satisfação de necessidades, mas sim a da escassez desses bens e da impossibilidade de que outros os possuam (CANCLINI, 1999, p. 80).

Dentro das entrevistas realizadas com os educadores, foi possível observar o quanto as “marcas” estão presentes no espaço da Escola, participando de embates sem levar em consideração o poder aquisitivo das famílias. Estas, na maioria das vezes, se vêem solapadas pela cultura do consumo e da moda, e buscam, de todas as formas, atender às necessidades dos filhos; para que os mesmos não sejam enquadrados como antiquados ou fora de moda. E para isso, muitas vezes, assumem dívidas em crediários fora de suas possibilidades financeiras. Aliás, o crediário parece ter sido mais uma alternativa importante, criada pelo sistema econômico, para movimentar e alavancar o mercado de produção e consumo.

Não é minha intenção trazer aqui uma abordagem que signifique a reificação do desperdício. Também não pretendo trazer fórmulas mágicas ou receitas prontas, para que educadores e educandos consigam estabelecer no espaço da Escola práticas e atitudes direcionadas ao estabelecimento de um comportamento padrão em relação ao desperdício. Porque, também há aqueles identificados com uma postura avarenta e que se coadunam com o dito popular de “não comer a banana para não jogar a casca fora”. Não é nesse sentido que busco responder às perguntas de meu problema de pesquisa, perguntas como: de que forma a noção do desperdício perpassa o espaço da Escola? Como os educandos são levados a entender a necessidade de utilizar de forma parcimoniosa os recursos naturais disponíveis? Que papel desempenham os educadores nesse processo? O que busco é perceber nas narrativas docentes, hábitos e atitudes de sujeitos no espaço onde a educação transforma comportamentos, e entender de que forma se dá esse processo.

Pode-se afirmar que o mundo está repleto de exemplos de desperdício, pelo menos nesta visão pós-moderna de preocupação com a questão ambiental. Basta que se preste atenção e teremos muitas evidências. Já referidos anteriormente, alguns são comentados e conhecidos de muitos de nós: a água, a energia elétrica, os alimentos, as embalagens plásticas, o papel e até mesmo o desperdício de tempo. É desses desperdícios, de forma individual, que estarei tratando no segmento a seguir.

A água, muito provavelmente, ostenta há vários anos o título de campeã dos desperdícios e, dificilmente, outro ou outra irá despojá-la. Este recurso natural, que já tem sido motivo de contenda entre nações, ocupa espaço nas discussões sobre a estabilidade das condições de vida na Terra. Há cálculos bem estruturados e confiáveis, disponíveis para quem quiser ver e ler a qualquer momento, nos inúmeros instrumentos de divulgação e comunicação. Ninguém refuta a importância e a preciosidade desse líquido para todos os seres vivos, e muitos, são capazes de citar incontáveis oportunidades em que apreciaram a malversação desse recurso. O uso de água tratada, com recursos subsidiados, para lavar carros e calçadas, para molhar gramados e jardins ou banhos de chuveiro demorados, são alguns dos desperdícios mais propalados pelos órgãos de tratamento e distribuição da água. Há casos de prefeituras, que instituíram multas para moradores que desperdiçarem água em períodos de seca e de baixo nível das estações de captação, tratamento e distribuição<sup>16</sup>.

Muito se tem dito também que a água assumirá o lugar de importância do petróleo, em futuro breve. Conflitos em países africanos e árabes já são comuns pela posse das reservas da água. Aliás, uma grande discussão tomou conta de nosso país recentemente, sobre tema relacionado à escassez de água e envolvendo autoridades de todos os matizes: a transposição das águas do rio São Francisco. Políticos da região defendem a viabilidade do projeto, que, segundo eles, seria a *panacéia* para os problemas da seca do Nordeste. Os que contestam a idéia – potencialmente os defensores do meio ambiente – argumentam que, se a disponibilidade da água do velho Chico, como é chamado carinhosamente o rio São Francisco, resolvesse o problema da seca e da miséria na região, não existiriam tantos ribeirinhos em situação de penúria às margens do mesmo, como se percebe atualmente. Além disso, trouxeram ponderações sobre o quanto a diminuição do nível e o assoreamento do leito importariam em situação catastrófica, não somente para a navegação, quanto para a pesca, refletindo nas condições de sobrevivência da população local. Uma das conclusões de ambientalistas a respeito do assunto foi de que, o demasiado interesse pela transposição se deve à utilização das águas para irrigação de grandes monoculturas. Sendo assim, parece não muito favorável nosso país figurar na atualidade como um dos cinco maiores produtores de grãos do mundo, pois a demanda de água para sustentar tal posição, certamente possui um alto

---

<sup>16</sup> A manchete de Zero Hora de 28.02.07 destaca: “Desperdício terá multa em São Leopoldo”. O periódico chama a atenção para o peso que o desperdício de água terá no bolso do contribuinte do município gaúcho de São Leopoldo. O prefeito Ary Vanazzi assinou um decreto válido por 90 dias (período de previsão do predomínio de seca) que prevê uma multa de R\$107,00 para aqueles moradores que forem flagrados desperdiçando água potável. Já há um telefone para denúncias que recebe de 15 a 20 ligações diárias. Uma equipe da prefeitura percorre o município para flagrar os excessos e orientar num primeiro momento. Em caso de reincidência, a próxima medida é multar. Segundo o jornal, o dado preocupante é que 47% da água tratada em estações de saneamento é desperdiçada. (Zero Hora, 28.02.07 – Caderno ‘Pelo Rio Grande – Região Metropolitana’)

custo. Houve, até mesmo, representante da Igreja Católica<sup>17</sup> que realizou greve de fome em protesto contra o referido projeto. A atitude de um bispo, somada a vários questionamentos sobre a viabilidade econômica e ambiental do projeto, fez com que o mesmo fosse retirado da pauta de prioridades do Congresso Nacional e do governo Lula em 2007. Todavia, com o encerramento da greve do religioso e com a decisão favorável do Supremo Tribunal de Justiça à liberação das obras, o projeto foi retomado novamente em 2008.

De acordo com estudos realizados recentemente pela Sabesp<sup>18</sup>, empresa de água e saneamento do município de São Paulo, em conjunto com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas e a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, o consumo de água no Brasil varia de 150 a 400 litros por pessoas por dia. Entre os maiores vilões no consumo doméstico está o chuveiro, que com meia volta de abertura da torneira consome 135 litros em 15 minutos. Também nos Estados Unidos, de reconhecida extravagância na utilização de recursos, além de ser obrigatório o limite de 6 litros para a descarga, a legislação limitou a vazão de chuveiros e torneiras em 9 litros de água por minuto, o que resultou numa redução de 30 por cento no consumo de água.

Em países de recursos hídricos escassos como o Japão, cujo formato insular e a exígua disponibilidade determina restrições de acesso à água, os hábitos e costumes sofreram modificações ao longo dos anos, principalmente com o aumento da população. Por isso, a água tornou-se artigo relevante. Evita-se o uso indiscriminado deste recurso. A água utilizada em chuveiros e banheiras é drenada para as caixas de descarga dos vasos sanitários, ocasionando uma redução no consumo. Em algumas cidades japonesas, esta água é ainda utilizada em processos industriais antes de ser descartada.

A água também participa de toda a cadeia produtiva dos alimentos, assim como, naqueles produtos exportados para outras regiões, e que, na maioria das vezes, se constituem matéria prima na produção de comida para animais. Para se ter uma idéia do uso da água na produção de alimentos, somente a agricultura, nos processos de irrigação, é responsável pela demanda de 70% de toda a água doce do Planeta. Depois vêm as atividades industriais com 20% da demanda, incluindo também seu emprego na produção de energia. Finalmente, o uso doméstico, que consome 10% deste recurso, nas tarefas humanas de beber, cozinhar e

---

<sup>17</sup> Em 26 de setembro de 2005, o bispo católico Dom Luiz Flavio Cappio iniciou uma greve de fome a favor da revitalização do rio São Francisco e pela revogação do projeto de transposição de suas águas para o semi-árido nordestino. A revista Veja edição 1926 de 12 de outubro de 2005, cuja capa tem como manchete “A Terra no limite”, tratou do assunto e cognominou o religioso como “o bispo-bomba”, numa alusão aos estragos realizados pelos terroristas árabes em suas missões suicidas e comparados ao estrago realizado pelo religioso na popularidade do presidente da república.

<sup>18</sup> Disponível em:

[http://www.sabesp.com.br/CalandraWeb/CalandraRedirect/?temp=2&temp2=3&proj=sabesp&pub=T&nome=Uso\\_Racional\\_Agua\\_Generico&db=&docid=2D04C37872F89EF8832570D100654E6A](http://www.sabesp.com.br/CalandraWeb/CalandraRedirect/?temp=2&temp2=3&proj=sabesp&pub=T&nome=Uso_Racional_Agua_Generico&db=&docid=2D04C37872F89EF8832570D100654E6A). Acessado em 20.ago.2007.

higienizar<sup>19</sup>. Porém, dificilmente se contabiliza a quantidade de água impregnada nessas produções e pouco valor se confere ao seu preço final. Cabe salientar que, além do consumo de água nas irrigações responsáveis pela produção de grãos, frutas, verduras e legumes, seu uso também se dá nos sistemas de criação ou confinamento e no abate de animais para a industrialização de carne. Uma mesma análise se poderia fazer acerca da instalação dos sistemas de reflorestamento das poluidoras ‘papeleras’<sup>20</sup>, que não apenas desertificarão o solo para produção da matéria prima, mas também consumirão toneladas de água para produção da celulose.

Um novo conceito surgiu nos últimos anos para identificar a quantidade de água despendida na produção destes produtos. É o conceito de “Água Virtual”, introduzido em 1993 pelo professor Tony Allan<sup>21</sup>. Durante dez anos ele tentou expor sua teoria, visando obter reconhecimento da importância do tema, que envolve disciplinas de meio ambiente, engenharia de alimentos, engenharia de produção agrícola, comércio internacional e áreas correlatas. Na atualidade esse tema está sendo abordado como um instrumento estratégico na política da água. Informações da UNESCO dão conta que o comércio mundial movimenta um volume de água estimado em 1.000 a 1.300 km<sup>3</sup> de água virtual, sendo: 67% com o comércio de produtos agrícolas, 23% com o comércio de produtos animais e 10% com produtos industriais. Para se ter uma idéia da magnitude desses valores, eis alguns dados do estudo da Sabesp: um quilo de arroz consome de 1400 a 3600 litros de água; um quilo de soja consome de 2300 a 2750 litros; um quilo de carne de frango consome de 2800 a 4500 litros; um quilo de carne suína consome de 4600 a 5900 litros e um quilo de carne bovina consome de 13500 a 20700 litros. Então, considerando uma dieta com uso de carne, uma pessoa consome cerca de 4000 litros de água virtual por dia. A dieta vegetariana requer em torno de 1500 litros. Apenas um café da manhã chega a consumir 800 litros de água virtual. Segundo o 3º Fórum Mundial da Água, ocorrido em 2003 nas cidades de Kyoto, Shiga e Osaka no Japão, o Brasil ocupa a 10ª posição como exportador de água virtual, sendo superado por Estados Unidos, Canadá, Tailândia, Argentina, Índia, Austrália, Vietnã, França e Guatemala. Pode-se compreender assim, a razão da existência de movimentos ambientais identificados com a adoção de dietas vegetarianas.

---

<sup>19</sup> PETRELLA, Ricardo. *A água. O desafio do bem comum*. In: NEUTZLING, Inácio (org.). *Água: bem público universal*, São Leopoldo: Unisinos, 2004.

<sup>20</sup> A expressão ‘papeleras’ ficou conhecida após os protestos realizados por ambientalistas argentinos em 2006 contra a implantação de duas fábricas de celulose na cidade uruguaia de Fray Bentos, junto ao rio Uruguai, na região onde o mesmo divide os dois países.

<sup>21</sup> O professor Anthony Allan, do Kings College de Londres, foi o criador do conceito de Água Virtual em 1993, quando era responsável pelo Departamento de Geografia daquela instituição. Ele definiu o conceito como a quantidade de água contida nas chamadas “commodities”, que são os produtos agrícolas mundialmente comercializados e que possuem preços regulados pela Bolsa de Valores de Chicago, tais como o soja, o café, etc... Esse conceito foi consagrado em 2003, durante o III Fórum Mundial da Água ocorrido em Kioto no Japão.

Para que possamos entender a profundidade da crise deste que atualmente é considerado um bem público universal, mas que já se percebe assumir uma posição privada, a comercialização de uma água de qualidade para o consumo humano é já uma realidade na maioria das cidades. Os serviços de tele-entrega de água misturam-se aos de gás de cozinha e de pizza, num tresloucado zigue-zague para atender aos consumidores domésticos, sem que se dêem conta da duplicidade no pagamento ao órgão público responsável pelo fornecimento e à empresa engarrafadora. Nota-se, cada vez menor a responsabilidade assumida pelo Estado na qualidade de fornecimento deste recurso, tendo em vista a disposição cada vez mais acentuada, por parte dos consumidores, em adquirir água de fontes privadas. A atitude da população exige aos poucos o Estado de responsabilidades básicas, como o fornecimento de água tratada adequada para o consumo. Parece crescer também as atitudes repressivas em relação ao desperdício da água, seja para a lavagem de calçadas e de automóveis, seja no uso em jardins e gramados de forma perdulária. Neste caso, o combate ao desperdício fica bastante evidente.

Outro fator relevante em relação à água é que ela parece não possuir substitutos ou alternativas. Desde nossos primórdios, sabe-se que, como fonte de vida, a água é elemento insubstituível. Seu acesso não é problema de escolha e está ligada à própria vida. É o que PETRELLA in NEUTZLING (2002) destaca.

O carvão pode ser substituído pelo petróleo; o petróleo, pela energia solar. Podemos substituir o arroz pelo trigo, utilizar o trem em vez do avião. É possível, também, praticar uma economia sem moeda ou até sem preços (situação de gratuidade), mas não conseguimos substituir a água para viver. A essencialidade e o fato de ser insubstituível no que diz respeito à vida fazem do acesso à água um direito individual e coletivo, humano e social (p. 12).

Sendo assim, é possível entender porque, em curto espaço de tempo, a água poderá assumir o nível de relevância proporcionado ao petróleo, pois contrariamente ao que se pensava, a água não é um bem que possa ser repostado. É um bem finito, da mesma forma que os demais recursos naturais disponíveis às espécies que habitam nosso planeta.

Outra forma de desperdício, onde fontes de sustentação da vida são conduzidas ao lixo ou perdidas em sistemas de conservação e estocagem inadequados, é a de alimentos. Pode ocorrer, seja por descuido no transporte ou no consumo, seja por desequilíbrio nas demandas do mercado<sup>22,23</sup> ou ainda, por desídia de quem detêm a possibilidade de manter-se saciado. O

---

<sup>22</sup> Aqui cabe lembrar o exemplo do município de Guarapuava, no oeste do Paraná, onde uma empresa local foi denunciada em janeiro de 2007, em jornal televisivo de grande penetração nacional, por despejar diariamente no lixão municipal cerca de dez toneladas de batatas. Segundo o proprietário da empresa o descarte era parte de uma estratégia de valorização do produto, já que o estoque excessivo desvalorizava o mesmo e provocava decadência nos preços de comercialização. Após a denúncia, o secretário municipal da saúde, mesmo contestado pelos fiscais sanitários locais, liberou o produto para distribuição nas vilas mais pobres do município.

<sup>23</sup> Também ocorre desperdício de alimentos por demanda de mercado, onde as sobras de restaurantes em função da queda de público em ocasiões inesperadas, ou naquelas em que a previsão de demanda foi superestimada, são o resultado de uma produção excessiva para um público abaixo da expectativa.

desperdício de alimentos é uma realidade brasileira que ninguém pode negar. Segundo a Secretaria de Abastecimento e Agricultura do Estado de São Paulo, os alimentos não aproveitados ao longo da cadeia produtiva, representam 1,4% do Produto Interno Bruto do país. Segundo dados da ONG Banco de Alimentos,

das 83 milhões de toneladas de grãos produzidas anualmente, algo entre 10% e 30% se perdem no caminho entre a lavoura e o consumidor final. Na produção de frutas (30 milhões de toneladas por ano), o desperdício varia entre 20% a 35%, enquanto no segmento de hortaliças (27 milhões de toneladas por ano) as perdas oscilam entre 20% e 50%, ou seja, o desperdício pode chegar a 48,9 milhões de toneladas por ano.<sup>24</sup>

Mas parece que o desperdício ainda possui nuances sutis e sedutoras que podem levar ao cometimento de pequenos delitos, de maneira irresponsável, mas, sempre, com justificativas plausíveis por parte do autor. E, em muitas dessas oportunidades, o transgressor vê-se imbuído de um direito de consumidor. É o caso dos desperdícios que ocorrem em restaurantes e churrascarias, nos tradicionais “rodízios” de carnes ou de massas, ou ainda nos conhecidos ‘cafés coloniais’<sup>25</sup>, oferecidos a turistas na serra gaúcha, mostrando de maneira equivocada de como era / é a vida na colônia. A quantidade e variedade de pratos que compõem esses serviços parecem proporcionar ao consumidor um sentimento de poder diante de tal disponibilidade, caracterizado principalmente pelo uso e abuso. Poucas vezes são contidos e regulados por uma “taxa de desperdício”, imputada ao cliente considerado esbanjador ou desperdiçador. E há ainda, tentativas de se cobrir essa “taxa de desperdício”, sob a argumentação de ser abusiva e infratora aos direitos do consumidor e, como tal, causadora de danos morais. Já existe inclusive jurisprudência para casos desse tipo.

Percebe-se, dessa forma, que a fome no mundo não estaria na dependência de um volume de produção que atenda a todas as populações, mas, talvez, na necessidade de políticas públicas voltadas a uma melhor distribuição dos alimentos e a conscientização da sociedade no seu uso racional. Cabe aqui destacar as inúmeras investidas lançadas nas últimas décadas pela indústria agroquímica, em busca de uma produção de alimentos que contemplasse até mesmo as populações dos países menos desenvolvidos, no episódio que ficou conhecido como “Revolução Verde”; embora tenha sido considerada um engodo em termos de resultados práticos. Este nome esteve intimamente ligado ao envenenamento de mananciais hídricos, pelo uso indiscriminado dos chamados defensivos agrícolas, e que, posteriormente, receberiam o qualificativo de “agrotóxicos” por José LUTZENBERGER. Ocorrida na década de 1970, a Revolução Verde foi propalada como a grande salvação da

<sup>24</sup> Disponível em <<http://www.bancodealimentos.org.br>> Acessado em 10. nov. 2007.

<sup>25</sup> O café colonial é um cardápio ‘comercial’ de origem alemã, característico da serra gaúcha, oferecido em estabelecimentos e principalmente aos turistas que visitam a região. É composto do café com leite tradicional, circundado por uma variedade de pães, embutidos, margarinas e manteigas, geléias e outras guloseimas que transformam a refeição num momento de fartura jamais esquecido.

humanidade, onde uma nova concepção em termos de cultivares, não só pelas sementes como pelas práticas agrícolas, através de novos fertilizantes, uma adequada mecanização e a redução no custo de manejo, seria capaz de reduzir de forma drástica a fome no mundo. Todavia, o resultado prometido e tão esperado pelos países menos desenvolvidos acabou não acontecendo; mas, sim, criou-se uma total dependência destes países à tecnologia das grandes empresas agroquímicas. LUTZENBERGER (1980) destaca que os métodos utilizados pela Revolução Verde se demonstraram insustentáveis, trabalhando de forma totalmente contrária à visão tradicional da agricultura camponesa, onde “havia amor e apego à terra, respeito e cuidado do solo pela reciclagem de toda a matéria orgânica, diversificação e rotação de cultivos e controle da erosão, com inclusão de adubação verde e preservação e restituição dos equilíbrios naturais” (p. 65). A Revolução Verde acabou incentivando o desenvolvimento de grandes latifúndios e a adoção da prática de monoculturas. Embora tenha sido implementada para produzir quantidade significativa de grãos nos países menos desenvolvidos, a Revolução Verde parece ter facilitado a disseminação de produtos da indústria química pelos mais distantes recantos do planeta. CARSON (2001), em sua Primavera Silenciosa, advertia sobre o uso destes produtos.

Por primera vez em la historia del mundo, todo ser humano esta ahora sujeto al contacto com peligrosos productos químicos, desde su nacimiento hasta su muerte. En menos de dos décadas de uso, los plaguicidas sintéticos han sido tan ampliamente distribuidos a través del mundo animado e inanimado, que se encuentran virtualmente por todas partes. Se han allado residuos de esos productos en la mayoría de los sistemas fluviales importantes e incluso em corrientes subterráneas que fluyen desconocidas a lo largo de la tierra (p. 25).

Assim, é perceptível, até mesmo na produção de alimentos, uma busca de oportunidades para consolidar o lucro como elemento mais significativo do que a resolução de problemas tão primordiais. Mas nem tudo parece levar a uma análise pessimista tão somente da realidade desta cadeia produtiva. Os últimos resultados demonstram a incorporação de tecnologias sofisticadas na agricultura moderna, o que trouxe enormes benefícios para o abastecimento global. Mesmo assim, isto não tem se refletido na distribuição equânime destes volumes. Há muitas crianças, sabidamente nos países com menor Índice de Desenvolvimento Humano<sup>26</sup>, com uma debilidade portentosa de proteínas e cujo resultado tem sido o índice alarmante de mortes antes do primeiro ano de vida. Entretanto, nos países com mais recursos, há enormes exageros que podem ser observados nas latas de lixo doméstico e nos aterros

---

<sup>26</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano, ou IDH, foi criado no início da década de 1990, pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, e vem sendo usado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento desde então em seus relatórios anuais. É uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores para os diversos países do mundo, avaliando e medindo o bem-estar da população, especialmente o bem-estar infantil.

sanitários, locais de enorme afluência de pessoas que buscam a sobrevivência à qualquer custo.

Sobras de alimentos, muitas vezes, são disputadas por moradores de rua em lixeiras de condomínios dos grandes centros urbanos, tornando-se imagens cada vez mais comuns. Cabe aqui registrar o admirável trabalho desenvolvido pela ONG Mesa Brasil do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, o SENAC. Voluntários da instituição recolhem excedentes de restaurantes industriais e comerciais, centrais de abastecimento e supermercados, e os conduzem a locais de elaboração de comidas para pessoas em situação de risco, principalmente moradores de rua. Segundo dados da instituição, no ano de 2006 foram atendidas quase 980 mil pessoas, com uma distribuição de quase vinte duas mil toneladas de alimentos em todo o país, atingindo cerca de duzentos e trinta cidades. Um outro programa criado pelo governo brasileiro, e que busca atender também pessoas com menores condições financeiras, é o Fome Zero. Este programa foi criado pela atual administração federal, no sentido de proporcionar uma redução imediata nos índices de desnutrição do país. Nos últimos tempos, perdeu credibilidade, em função de ter sido utilizado equivocadamente como propaganda política pelo governo.

Além da água e dos alimentos, um outro tipo de desperdício tem chamado a atenção das autoridades públicas, o desperdício de energia elétrica, principalmente pela responsabilidade imputada a elas na disponibilização desse recurso. Considerada uma das formas de energia de que o homem mais depende e utiliza, pela facilidade de transporte e baixo índice de perdas, a energia elétrica está diretamente relacionada com os requisitos primários do homem. Sobre a sua importância, que o digam aqueles que já passaram algumas horas sem este recurso imprescindível. A falta de iluminação, de computadores, de sistemas de refrigeração, de aparelhos de televisão e muitos outros recursos, deixa qualquer pessoa deslocada de sua realidade, pois muitos confortos atuais só funcionam sob os auspícios da energia elétrica. Embora possua muitas fontes de geração, a energia elétrica também demanda um significativo custo de produção, e seu uso irracional acarreta perdas irrecuperáveis. Nosso país possui quase a totalidade da energia elétrica gerada a partir de usinas hidrelétricas, sendo estas fontes as mais econômicas do mundo. A maior parcela de produção de energia elétrica brasileira é advinda da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que já produziu até agora mais de um bilhão e meio de megawatts, segundo dados da própria empresa. Em geração de energia é a maior usina hidrelétrica do mundo. Talvez seja a certeza na disponibilidade que faça com que seu uso mereça pouco cuidado.

Atitudes como desligar as luzes de locais ermos, utilizar a luz solar sempre que possível, substituir as lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas e pintar o ambiente interno com cores claras são as mais solicitadas, tendo em vista a educação do consumo. Todavia, nem sempre nos damos conta de que este recurso indispensável à vida atual é prenhe de ações agressivas ao meio ambiente para ser gerado. Segundo dados da empresa Rio Grande Energia<sup>27</sup>, a construção de uma usina hidrelétrica demanda grande impacto ambiental, como a inundação de muitos hectares de terra. Isso prejudica a produção agrícola e as áreas de florestas, interfere na migração e reprodução de peixes, altera o funcionamento de rios, expulsa animais de seus ecossistemas e desaloja populações ribeirinhas inteiras, além de gerar resíduos nas atividades de manutenção de seus equipamentos. Também as usinas termelétricas produzem impacto ambiental: emitem gases que contribuem para o efeito estufa, tais como o dióxido de carbono, emitem óxido de enxofre e nitrogênio que pode causar chuvas ácidas prejudiciais à agricultura e às florestas, além de também gerarem resíduos nas atividades de manutenção de seus equipamentos. Consideradas as fontes de geração mais limpas, as usinas atômicas possuem o grande risco de vazamentos de radiação para o meio ambiente, além do lixo atômico que traz grande impacto ambiental. Foram muito contestadas pelos ambientalistas brasileiros em sua fase de introdução no país, em meados da década de 1970, quando o governo brasileiro assinou tratado de cooperação com a Alemanha. LUTZENBERGER (1980), na época um dos maiores contestadores da implantação do projeto de usinas nucleares no país, traçava comparativos com o modelo alemão, conforme se percebe na primeira parte de seu Manifesto Ecológico Brasileiro, em capítulo cujo título recebe o nome de Aprendiz de Feiticeiro. Ao analisar o projeto das usinas atômicas, destacava que

o dogma da necessidade do crescimento constante tem levado a extrapolações estatísticas absurdas, como a da continuação indefinida da duplicação, cada dez ou cada sete anos, do consumo de energia. Em base a este tipo de extrapolação, para cuja realização na prática se movimenta uma publicidade que nos incita a um uso cada vez mais esbanjador de energia, surgem, então, planejamentos ainda mais absurdos, como o de querer semear, nos próximos quinze anos, um total de quase cinquenta usinas atômicas em um pequeno país de 250.000 quilômetros quadrados, como é o caso da República Federal da Alemanha (LUTZENBERGER, 1980, p. 40).

Um exemplo de desperdício de energia elétrica, embora considerado de pouca relevância, mas por mim observado constantemente, é o uso de elevadores. São raros os prédios com mais de três andares que não desfrutem desse conforto. Mas, quando o número desses veículos supera a quantidade mínima, e não há um responsável pela coordenação de seu deslocamento, ocorre um total descuido com o consumo de energia. Não há sequer a

---

<sup>27</sup> Disponível em <[http://www.rge-rs.com.br/gestao\\_ambiental/impactos\\_ambientais/impactos.asp](http://www.rge-rs.com.br/gestao_ambiental/impactos_ambientais/impactos.asp)> Acessado em 09.dez.2007.

observação de qual dos dois veículos está mais próximo do andar onde se aguarda o transporte. Precipitadamente, os dois botões de chamada de cada veículo são simultaneamente acionados, quando não, vez por outra, se acionam tanto o botão para subir quanto o botão para descer. De forma similar, alguns shoppings centers também disponibilizam escadas rolantes de descida para dias de pífio movimento. Pode-se, assim, observar mais desperdícios no uso do recurso energia elétrica.

Na utilização de mecanismos que consolidaram o conforto térmico, como ventiladores e condicionadores de ar, também se podem verificar desperdícios. Tenho conhecimento, no meu círculo de relações, daqueles que se jubilam em fazer uso de ventiladores ou ar condicionado em dias de temperatura amena, para que possam utilizar cobertas mais grossas, normalmente destinadas às estações outonais. O argumento dessas pessoas é de que pagam pela energia elétrica que consomem, desconhecendo as implicações de sua geração e os recursos públicos que a subsidiam.

Mas nem sempre é essa a realidade em lugares onde os recursos são conseguidos de forma árdua, principalmente em momentos de conflitos ou enfrentamentos entre populações de países cuja realidade muitos de nós ignoramos. Permito-me ilustrar um exemplo de uma vivência oposta. AMÓS OZ<sup>28</sup> (2005, p.29), em seu romance autobiográfico *De amor e Trevas*, conta de sua infância em Jerusalém, onde nasceu, nos anos que antecederam ao estabelecimento do Estado de Israel (1948), quando afirma, que o *desperdício é imoral*, ao trazer algo do cotidiano de sua casa:

Mesmo quando não aconteciam interrupções de energia, vivíamos sempre sob uma luz desmaiada, pois era preciso economizar: meus pais trocavam as lâmpadas de quarenta watts por outras de vinte e cinco. Não só pelo preço, mas porque a luz intensa é sinal de desperdício, e o desperdício é imoral. [...] Papai trabalhava em sua máquina de escrever até as duas da madrugada em uma lâmpada anêmica de 25 watts. Estragava os olhos, mas usar uma lâmpada mais potente não ficaria bem, pois os pioneiros nos kibutzim da Galiléia passavam noites a fio em barracas, escrevendo seus livros de poesias, ou seus tratados filosóficos, à luz bruxuleante de velas sob o vento. Como ignorar isso? Ficar aí refestelado feito um Rothschild, sob a luz feérica de uma lâmpada de 40 watts? [...] Enquanto eu acendia a luz do banheiro com uma das mãos, com a outra apagava a do corredor para não desperdiçar eletricidade. Puxava com muita parcimônia a correntinha da caixa de descarga, pois não se deve gastar uma caixa inteira, só para um xixi. Havia outras necessidades (não as nomeávamos) que justificariam, em alguns casos uma caixa d'água completa. Mas para xixi? Um caixa inteira? Enquanto os pioneiros no Neguev regavam as mudinhas com a água usada para escovar os dentes? E, ao sair do banheiro a mão esquerda apagava enquanto a mão direita acendia a luz do corredor, pois [...] tínhamos a obrigação de poupar.

Mais energia elétrica desnecessária é consumida em outros aparelhos eletrodomésticos que fazem parte do nosso dia-a-dia, dando a entender que o desperdício ronda o cotidiano.

<sup>28</sup> Amós Oz (nascido Amós Klausner em 1939) é talvez o mais destacado escritor israelense. Enquanto estudante de Literatura e Filosofia na Universidade Hebraica de Jerusalém entre 1960 e 1963 publicou seus primeiros contos. Oz (sobrenome que em hebraico significa 'coragem' foi adotado, quando da morte da mãe) participou na Guerra dos Seis Dias e na Guerra do Yon-Kippur. Esta presença em duas cruentas guerras aparece em sua obra e determinou que liderasse a causa da paz na mediação do continuado conflito entre israelenses e palestinos. Para tal fundou nos anos 70, juntamente com outros, o movimento pacifista israelita Schalon achshaw (Peace Now). Sua obra já está traduzida em 22 idiomas e em 1992 recebeu o Prêmio da Paz na Feira do Livro de Frankfurt.

Televisores ligados somente para serem ouvidos, refrigeradores abertos antes de se decidir o que realmente se quer retirar, luzes externas e internas acesas sem necessidade, banhos quentes de longa duração na estação de inverno, num chuveiro que consome em torno de 2.500 watts (equivalente a sessenta lâmpadas de quarenta watts ligadas ao mesmo tempo) e o ferro elétrico ligado para desfranzir meia dúzia de peças de roupa. Esses excessos são combatidos em campanhas insistentes das empresas de geração e fornecimento de energia, preconizando os altos custos necessários para esta produção. A implantação anual do “horário de verão” em alguns estados, predominando de outubro a fevereiro do ano subsequente, segundo a empresa brasileira responsável pelo gerenciamento do potencial energético brasileiro, é uma forma de atenuar o impacto negativo na estabilidade do sistema elétrico, devido ao aumento brusco de demanda no início da noite. Assim, com a adoção do horário especial, há um retardamento no funcionamento da iluminação pública – devido à iluminação natural ainda presente –; pois a chegada prematura da população em casa ocasiona um aumento gradual da demanda. Portanto, a economia só se dá na porção sul do país, em estados localizados inteiramente ao sul do Trópico de Capricórnio. Todavia, há pessoas que se sentem prejudicadas pelo desperdício de tempo, quando da entrada do horário em vigor, reduzindo o dia em uma hora.

Mas a preocupação com o consumo de energia elétrica tem sido uma constante por parte das autoridades públicas, principalmente para evitar a repetição de equívocos como o do *Apagão*<sup>29</sup>, ocorrido no despontar do século XXI. Restou à população brasileira o aprendizado de conviver com a escassez em tempos de crise. Aliás, as concessionárias atualmente realizam constantes sensibilizações contra esse desperdício, inclusive participando de eventos em Escolas, e transformando a conta mensal do consumidor numa continuada seqüência de avisos e alertas.

Para aqueles que costumam desfrutar de uma boa leitura de periódicos nos descansos dominicais ou são contumazes apreciadores de bons títulos nas horas de folga, é de bom grado atentar para um desperdício que vem chamando a atenção de especialistas ambientais: o desperdício de papel. Sabe-se que a origem do papel são os recursos arbóreos, cujo processo fabril é extremamente maculador do meio ambiente. Não posso deixar de referir novamente, mesmo que o assunto fuja a este texto, o crime ambiental que se comete nos dias atuais no

---

<sup>29</sup> A Crise do Apagão, como ficou conhecida a falta de energia elétrica de 2001, resgatou um comportamento de economia jamais visto em outros tempos. O grande consumo nacional em função do crescimento econômico, aliado à falta de chuvas para o perfeito funcionamento das usinas hidrelétricas, base de nosso sistema energético, determinaram uma queda na disponibilidade de energia elétrica em todo o país. As concessionárias estipularam metas de consumo, de acordo com a média dos últimos meses a todos os consumidores. A partir da meta estipulada, todo o consumo excedente era sobretaxado de acordo com a demanda extra de quilowatts. A crise só foi superada com a ocorrência de chuvas suficientes para abastecimento dos reservatórios. A partir de então, o governo resolveu investir em usinas termelétricas e outras fontes alternativas.

Rio Grande do Sul, no assim chamado ‘florestamento’ com exóticos eucaliptos para a produção de celulose exportada aos países centrais. Todavia, a cada página rabiscada ou inutilizada nota-se uma acentuada despreocupação com esse desperdício. É possível perceber o uso indiscriminado desse recurso nas embalagens dos mais variados produtos. Uma rede internacionalmente conhecida de lanches ‘fast food’, e que, seguidamente realiza campanhas em prol de crianças com doenças crônicas, pratica um dos maiores desperdícios no acondicionamento de seus produtos. Além do preço diferenciado em seus nada saudáveis lanches<sup>30</sup>, a rede utiliza de três a quatro embalagens de papel cartonado para acondicionar sanduíches, batatas fritas e brinquedos plásticos. Como resultado final, é conveniente observar os conteúdos dos contentores de lixo das lojas.

LUTZENBERGER (1980) também criticou o abuso do recurso papel por parte das empresas de comunicação escrita. Para ele, haveria uma grande economia de madeira e se evitaria boa parcela do processo poluidor de produção do papel, além da poluição de ruas e praças, “se nossos jornais fossem de tamanho razoável”. Impõe crítica ao extenso conteúdo de alguns periódicos, e protesta contra a quantidade de páginas e o inadequado direcionamento de cadernos de classificados. Questiona também sobre a eficiência dos jornais de domingo, perguntando: “Afinal, quem consegue ler de ponta a ponta um jornal dominical com trezentas páginas?” (p. 37)

Aproveitando a referência ao uso indiscriminado do recurso papel, não há como deixar de aliar aqui também o desperdício do plástico em todas as suas modalidades: sacos, sacolas, pratos, copos e talheres descartáveis, chapas, lâminas acolchoadas com micro-bolhas entre outras. Pode-se observar que, talvez a utilização indiscriminada de sacolas plásticas, por exemplo, é um dos desperdícios mais significativos na atualidade. Utilizadas como embalagens de transporte para compras no comércio em geral, seu volume se multiplica de maneira insólita em lixões e aterros sanitários das cidades. Também, o uso irracional do plástico como embalagem, principalmente por parte da indústria de bens de consumo, pode ser evidenciado no acondicionamento desde eletrodomésticos e móveis, até os mais diversificados utensílios do dia-a-dia – os assim também chamados ‘descartáveis’ –, tais como: aparelhos de barba, escovas dentais, pilhas e baterias, iogurtes, alimentos congelados e de cozimento rápido, doces e biscoitos, peças e acessórios, etc. São esses subprodutos da embalagem industrial, juntamente com o papel, denominados recicláveis, que movimentam a

---

<sup>30</sup> O diretor e ator Morgan Spurlock é o criador do documentário “Super Size Me”, que foi exibido no ano de 2004, no Brasil, com o nome de “A dieta do palhaço”, onde revela, segundo ele, os malefícios do lanche da rede McDonald’s. Morgan passou um mês se alimentando exclusivamente com lanches do cardápio da rede e, além de ver seu peso aumentado em sete quilos, teve uma alteração significativa do colesterol.

cadeia de catadores das grandes cidades; isso quando há um cuidado em separar previamente os tipos de lixo nas residências. Mas, entre esses catadores, nem sempre há uma preocupação com a questão ambiental; mesmo porque não foram educados, e nem sequer preparados para tanto. Sabemos que muitos deles possuem papel relevante na desobstrução e conservação de ruas e calçadas, recolhendo o lixo reciclável nas cidades. Todavia, alguns menos preparados descartam em outros lugares aquilo que porventura não possui utilização imediata, causando poluição e assoreamento de córregos e arroios em áreas de risco da periferia. Conheço uma comunidade de catadores onde a deposição de resíduos não aproveitados do lixo dito reciclado transformou o lugar em uma triste e melancólica paisagem. Acabaram por soterrar o pântano próximo às margens do rio, cujo papel fundamental nas cheias é funcionar como uma espécie de esponja, se deixando encharcar com o excesso para depois devolvê-lo ao manancial. Agora, quando há uma maior precipitação de chuvas no local, seus moradores sofrem com as conseqüentes inundações.

Mas, algumas novidades tecnológicas têm contribuído significativamente para a redução do desperdício, com perspectivas alvissareiras de um futuro promissor, principalmente com relação à substituição do papel como meio de comunicação e como prova documental. O advento da tecnologia da informação, além de racionalizar o arquivamento de documentos, eliminou substancialmente a utilização do papel. Ao invés da necessidade de grandes arquivos de aço, uma simples unidade central de processamento é capaz de armazenar a informação contida em vários destes arquivos. E sua impressão pode ser solicitada somente quando for necessário. O envio de informações por meio eletrônico também reduziu de maneira drástica o uso de papel para tal fim. A comprovação documental em papel tem sido substituída pela adoção de senhas eletrônicas personalizadas, onde somente o destinatário consegue comprovar o recebimento de tais informações. Um dos maiores exemplos do sucesso dessa tecnologia tem sido o comércio eletrônico de produtos. Também os denominados “eletronic books”, ou simplesmente “e-books”, ameaçam substituir bibliotecas inteiras por unidades centrais de processamento com capacidade de armazenamento jamais imaginada. Bibliotecas inteiras podem ser acessadas, sem a necessidade de o usuário sair de casa. Já é possível imaginar alunos em sala de aula munidos tão somente de seus note-books, sem se utilizarem de cadernos ou livros e armazenando todo o conteúdo ministrado em suas máquinas.

Há ainda o desperdício de tempo, tão propalado atualmente em cursos específicos voltados ao ensino de como administrá-lo de forma eficaz. Dizem os adeptos do combate a esse desperdício, aliás, um dos mais condenados na atualidade, que ele é um recurso cada vez

mais essencial em nossa realidade e que, se mal aproveitado, torna-se impossível resgatar. Aliás, a máxima *“Time is money”* serviu de bordão a inúmeras tentativas de *‘vender’* novas formas de gerenciamentos empresariais. Mas, será que nós, da área das Ciências Sociais e Humanas, também podemos nos considerar alforriados desse tipo de desperdício? Ou, também somos esbanjadores de tempo e devemos nos sensibilizar de que essa perda nos torna cada vez mais despojados? Para falar a verdade gosto e necessito desperdiçar um tempinho vez por outra, até porque hoje já se fala em aprendermos a *‘fazer nada’* ou criarmos uma *‘cultura da nadificação’*. Existem vários sítios na internet que propagam o dia do nada como *“um evento de caráter filosófico, antropológico, sociológico, científico, religioso e artístico, que atravessa todas estas áreas do conhecimento humano, para, absolutamente, nada ser”*<sup>31</sup>. Na atual realidade nota-se uma crescente preocupação com o desperdício de tempo, sendo primordial o aproveitar a vida, mas aproveitá-la como sinônimo de algo que deve ser feito de forma emergencial, ou então poderemos estar jogando fora a oportunidade dada. Nesta cultura de evitar o desperdício dos momentos disponíveis para aproveitar a vida, infeliz de quem deitar num gramado e observar o céu, as árvores e canto dos pássaros; ou ainda, deitar no sofá, desligar o telefone, fechar os olhos e escutar uma música suave. Certamente poderá se abarrotar de culpas irrecuperáveis. Fazer nada hoje em dia pode se tornar uma das tarefas mais angustiantes para o ser humano.

Também como movimento de conscientização de uma postura de resgate dos sabores regionais, em contradição aos efeitos padronizantes do *“fast food”*, que ameaçam com o desaparecimento daquelas culinárias, o *“slow food”* preconiza a adoção de maior tempo para tornar a ingestão de alimentos um ato prazeroso e de maior qualidade. Criado em 1986, por Carlo Petrini na Itália, o movimento possui hoje mais de oitenta mil membros em todo o mundo<sup>32</sup>. O princípio básico do movimento é o direito ao prazer da alimentação, com a utilização de produtos básicos artesanais, de qualidade especial, produzidos respeitando tanto o meio ambiente quanto as pessoas responsáveis pela produção.

Ao se observar o tempo como um recurso disponível, é possível perceber diferentes olhares em relação ao seu desperdício. Numa visão empresarial, o desperdício de tempo, como relatei anteriormente, auxiliado pelas ponderações da professora Gelsa, pode ser considerado um fator de ruína e de conseqüente redução do lucro. Entretanto, na utilização para atividades que exijam boa parcela de reflexão e concentração, ou ainda para períodos em que a necessidade de um relaxamento traga efeitos benéficos, o tempo pode ser entendido

---

<sup>31</sup> Disponível em: <[http://nothingday.blogspot.com/2005\\_05\\_01\\_nothingday\\_archive.html](http://nothingday.blogspot.com/2005_05_01_nothingday_archive.html)>. Acesso em 31Jan.2007

<sup>32</sup> No Brasil, o movimento possui um sítio que pode ser acessado através do link <[www.slowfoodbrasil.com](http://www.slowfoodbrasil.com)>.

como de bom proveito para alguns, assim como um desperdício para outros. Cogito que estas questões podem ser mais bem aprofundadas, o que não é minha intenção nessa pesquisa.

### **1.3 A Educação Ambiental como uma possibilidade de combater a cultura do desperdício**

É certo que a educação ambiental em nossos dias tem buscado sensibilizar alunos, desde as séries iniciais, levando em conta que é a partir desta sensibilização precoce que se consegue transformar uma realidade e obter resultados satisfatórios<sup>33</sup>. Para tanto, há muitos esforços, tanto nas escolas públicas quanto nas escolas privadas, neste sentido. E a inquietação que me levou a buscar os depoimentos de professoras de diferentes níveis de ensino é entender, de que forma a noção de desperdício perpassa o espaço da Escola, seja sob a forma de um currículo formal ou de um currículo informal.

Mas, também, é interessante observar a forma como a educação ambiental tem sido conduzida em algumas Escolas, particularmente quando se trata de versar sobre a filosofia dos “3 erres”: reduzir, reutilizar e reciclar. Esta abordagem, muitas vezes, tem suscitado dúvidas quanto ao verdadeiro papel desempenhado pelo educador ambiental, ou na acepção do “sujeito ecológico”, conceito desenvolvido por CARVALHO (2002) e que será tema de reflexão mais adiante. Na ordem em que os verbos da filosofia são citados, deduz-se que o primeiro seja o mais relevante dos três, portanto, merecedor de uma ênfase maior, afinal, a redução seria uma das primeiras alternativas para melhor conscientizar aqueles que recém estão trilhando o caminho do consumo. Em segundo lugar, e não menos importante, a reutilização para outros fins ou, até mesmo, disponibilizar para aqueles que conseguem atender parcamente suas expectativas, deveria vir logo a seguir. A atitude de reutilizar parece pouco adotada na geração atual, pois há uma ênfase na necessidade de adequação constante, com o incentivo ao consumo de objetos mais atuais e mais eficientes. Em última instância, seria conveniente a abordagem sobre a reciclagem, estabelecendo um conjunto de atitudes que implemente o consumo responsável nos futuros cidadãos. Todavia, o que se tem observado muitas vezes nas Escolas é a abordagem única e exclusiva do terceiro e derradeiro “r”:

---

<sup>33</sup> CAPRA in TRIGUEIRO (2003, p. 30) destaca que a rede neural altera continuamente sua conectividade em resposta ao ambiente a que a criança é exposta. Crianças diferentes desenvolvem sistemas nervosos diferentes. Ou seja, cada cérebro é organizado de maneira singular; e desta forma há uma grande diversidade de estilos de aprendizagem. Por isso, observar o cérebro como um todo integrado permite perceber que a aprendizagem não envolve apenas o cérebro e o sistema nervoso, mas toda a fisiologia do corpo. O papel das emoções é fundamental. Pesquisa recente os cientistas perceberam que emoção e cognição interagem de forma contínua, alimentando -se e moldando-se mutuamente. O que aprendemos não é somente influenciado, mas também organizado pelas emoções.

reciclar. Parece então que, ao atingir esta etapa, onde a aquisição já se deu e o retrocesso é inviável, a única solução é a construção de brinquedos de plástico, poltronas de garrafas “pet” e cortinas de tampas de garrafa, embora se saiba da existência de outras formas de reciclar. Mas, será que somente a isso se limita a Educação Ambiental? Não há a possibilidade de inculcar valores que transformem a forma de observar a importância da preservação dos recursos disponíveis? Há pouco tempo atrás, tomei conhecimento de professoras que incentivavam o consumo de refrigerantes por parte dos alunos, para que a Escola fosse vencedora em competições onde o maior número de latinhas de alumínio arrecadadas propiciava um prêmio de destaque municipal. Será que realmente é essa educação ambiental que queremos? Associe-me aqui ao trabalho de RIBEIRO (2007), que diz que “Educação Ambiental é algo mais que lixo”<sup>34</sup>. Inclusive, ao propor uma reflexão sobre a filosofia dos três erres, escrevi recentemente um artigo sobre o tema, disponível na rede mundial, intitulado: “Porque digo não a reciclagem.”<sup>35</sup>

Cabe aqui uma observação para entender a questão do desperdício dentro dessa realidade: será que refletir sobre a real necessidade da aquisição não deve se antecipar à reciclagem daquilo que já foi adquirido, e que agora se encontra à mercê da adaptação a uma nova forma de uso? Ou há a necessidade de revisar a formação destes sujeitos ecológicos, que atualmente estão na condição de educadores ambientais? Muitas vezes, o reducionismo é parte integrante de programas de educação ambiental em nossas escolas. Pelo menos é isso que LAYRARGUES (2002) percebe, ao investigar o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental, em artigo disponível em sítio da rede mundial, intitulado “O cinismo da reciclagem”, e que é capítulo da obra Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania, publicada no ano de 2002. Para ele, ao se enfatizar a reciclagem, acentua-se apenas a Coleta Seletiva de Lixo, “em detrimento de uma reflexão crítica e abrangente a respeito dos valores culturais da sociedade de consumo, do consumismo, do industrialismo, do modo de produção capitalista e dos aspectos políticos e econômicos da questão do lixo”. Ou seja, há uma preocupação com a promoção de uma mudança de comportamento em relação à disposição do lixo no ambiente doméstico, mas não se incentiva a reflexão sobre a mudança dos valores culturais sobre o estilo de produção e consumo da sociedade moderna. Enfatiza também que a educação ambiental tem deslocado a discussão do eixo da formação da cidadania, enquanto atuação coletiva na esfera pública, ocorrendo um silêncio significativo referente à implementação de alternativas para o

---

<sup>34</sup> Dissertação de Mestrado defendida em 26/02/2006. RIBEIRO, Vândiner. A influência de situações de risco na construção de conhecimentos cotidianos.

<sup>35</sup> Postado em [www.cenedcursos.com.br/textos-ambientais](http://www.cenedcursos.com.br/textos-ambientais) em outubro de 2007.

tratamento do lixo, sob a perspectiva da regulação estatal ou dos mecanismos de mercado. As iniciativas de criação de cooperativas de catadores de lixo, ainda não alcançaram uma articulação suficientemente ampla e coesa, de forma a transformar essa iniciativa em política pública.

CARVALHO (1991) apud LAYRARGUES (2002), ao analisar o discurso ambientalista governamental brasileiro, aponta a existência de duas matrizes discursivas:

...um discurso ecológico oficial, enunciado pelo ambientalismo governamental, representante da ideologia hegemônica e encarregado de manter os valores culturais instituídos na sociedade; e um discurso ecológico alternativo, proferido pelo ambientalismo original *strictu sensu*, corporificado pelo movimento social organizado, representante da ideologia contra-hegemônica e encarregado de disseminar valores subversivos à ordem social e econômica instituída. (LAYRARGUES, 2002).

O autor também destaca a existência de uma confusão entre o domínio da educação de caráter conservacionista sobre a educação ambiental, enfatizando que se preste mais atenção às causas do que às conseqüências. Por isso, salienta que, ao pensarmos nos impactos ambientais decorrentes das atividades humanas,

estamos acostumados a desenvolver atividades educativas que versam sobre questões relativas aos efeitos dos processos erosivos, associados, por exemplo, ao pastoreio excessivo no campo ou então, à expansão urbana descontrolada, seja subindo as encostas dos morros da cidade ou invadindo as margens de rios e corpos d'água. Desta forma, desenvolvemos práticas que mostram o processo da erosão dos solos, deslizamentos de encostas, assoreamento dos rios e enchentes nas cidades. Contudo, se prestarmos atenção, assim procedendo, estamos dando mais atenção às conseqüências do que às causas do fenômeno.

A questão do lixo é considerada um problema de ordem cultural para o discurso ecológico alternativo e, portanto, a cultura do consumismo é situada como um dos alvos da crítica à sociedade moderna. EKINS apud LAYRARGUES (2002) lembra que a economia estabeleceu como um de seus grandes objetivos o aumento do consumo, passando o mesmo a ser entendido como bem-estar. Todavia, o consumismo hoje é responsável por uma série de problemas ambientais, deixando de ser compreendido como sinônimo de felicidade. LAYRARGUES entende que na realidade atual, os indivíduos são obrigados cada vez mais a consumir bens que

se tornam obsoletos antes do tempo, já que cada vez mais se tornam funcionalmente inúteis logo após saírem das fábricas. Durning (1992) ressalta que os eletrodomésticos fabricados em 1950 eram muito mais resistentes do que os produzidos atualmente: eram fabricados para durar e não quebravam com facilidade; caso se quebrassem, seu conserto era economicamente viável, o que atualmente não é mais verdadeiro. Por isso, no entender de Sewell (1978), a eliminação da obsolescência planejada é a chave da minimização dos resíduos: afinal, produzir um refrigerador que funcione doze anos ao invés de oito significa ter um terço dos refrigeradores a menos no lixo durante esse mesmo período de tempo. (LAYRARGUES, 2002).

Sendo assim, o autor alerta ainda para uma combinação perfeita criada pelo consumismo, a obsolescência planejada e a criação de demandas artificiais, ou o que ele denomina obsolescência planejada simbólica. Essa ferramenta induz à ilusão de um

determinado esgotamento precoce e antecipado dos produtos, embora estejam eles ainda em perfeitas condições de uso, ou até mesmo dentro do seu prazo de vida útil. Assim, do ponto de vista funcional, simbolicamente esses produtos estarão ultrapassados.

Diante dessa perspectiva, o ambientalismo alternativo aponta para uma nova postura em relação à mudança do padrão de produção e consumo: a frugalidade. É um ato de libertação da obrigação de consumir e que, segundo o autor, diante da possibilidade de o estilo em pauta ser adotado e do número de adeptos no início dos anos 90 ter sido tão alarmante, um periódico estadunidense “chegou a especular que esse fenômeno poderia acarretar sérios danos à economia”.

Relativamente à pedagogia dos 3R's, LAYRARGUES lembra que o discurso ecológico alternativo apregoa que uma seqüência lógica deve ser seguida em sua implementação: “a redução do consumo deve ser priorizada sobre a reutilização e reciclagem; e depois da redução do consumo, a reutilização deve ser priorizada sobre a reciclagem, conforme salienta o Texto do tratado sobre Consumo e Estilo de Vida”. Já o discurso ecológico oficial avalia que a questão do lixo é um problema de ordem técnica e não cultural. Sendo assim, se para o discurso ecológico alternativo a questão é o próprio consumismo,

o discurso ecológico oficial, que divulga seus ideais sobre a questão do consumo através da Agenda 21<sup>36</sup>, entende que é o *consumo insustentável*. É fundamental perceber que a compreensão do problema é diferente para os dois modelos discursivos: enquanto a posição ideológica do discurso alternativo é radical e subversiva, a posição do discurso oficial é moderada e conservadora, na medida em que qualifica o consumo como insustentável, pressupondo, assim, a possibilidade da existência de um consumo sustentável. O consumo sustentável é propiciado pela aliança da reciclagem com as tecnologias limpas e eficientes. A ideologia hegemônica permite a crítica ao consumo insustentável porque hoje existe um consumo sustentável; no entanto, não se permite a crítica ao consumismo, pois a frugalidade representa uma subversão perigosa demais ao sistema econômico dominante (LAYRARGUES, 2002).

Há, portanto, para o autor, interpretações distintas sobre o significado da Política dos 3R's. Para o discurso ecológico oficial, não há sentido em propor redução do consumo, já que a raiz do problema é o consumo insustentável, denotando um problema técnico e não cultural. Dessa forma, o discurso ecológico oficial

altera a ordem de prioridade da Pedagogia dos 3R's: confere máxima importância à reciclagem, em detrimento da redução do consumo e do reaproveitamento; desativa a redução do consumo, mas para evitar a formação de uma lacuna, transporta a importância da redução do consumo para o desperdício; e mantém o discurso quando afirma a necessidade da reutilização, mas sem grande interesse, até porque sua aceitação é controversa, já que envolve questões culturais relativas à posição social<sup>37</sup>. A Pedagogia dos 3R's preconizada pelo discurso ecológico oficial torna-se uma prática comportamentalista, ao invés de reflexiva, pois reduz a Pedagogia dos 3R's à Pedagogia da Reciclagem (LAYRARGUES, 2002).

<sup>36</sup> Um dos produtos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que trata do tema no capítulo IV, “Mudança dos Padrões de Consumo” (Brasil, 2000<sup>a</sup>). N.A.

<sup>37</sup> Quando, por exemplo, o consumo constitui um ato de diferenciação social (Baudrillard, 1995). N.A.

Ao analisar as características do discurso oficial, o autor destaca uma estratégia de dominação ideológica (GUIMARÃES (1995) apud LAYRARGUES (2002)), denominada *conservadorismo dinâmico*, onde “o discurso ecológico oficial aceita o alternativo antes que se torne ameaçador para, a seguir, absorver-lhe apenas os elementos compatíveis – a reciclagem, a redução do desperdício e o reaproveitamento – suprimindo-lhe o elemento crítico – a redução do consumo”.

Sendo assim, pode-se entender a preferência pela reciclagem nos programas de Coleta Seletiva de Lixo, pois essa se adapta com perfeição ao modelo economicista atual. Uma falsa sensação de segurança em relação ao esgotamento dos recursos naturais é perceptível, quando se entende que a reciclabilidade seja a panacéia para todos os males da questão ambiental. Pelo menos é o que se percebe no excerto a seguir, que alerta para essa falsa segurança como uma significação de

...alienação da realidade, a qual cumpre a função de gerar a sensação de que um comportamento ambientalmente correto – a reciclagem – contribuirá para a resolução de um problema, quando, na verdade, camufla a crítica ao consumismo e, além de tudo, reforça as estratégias de concentração de renda, [...]. Recicla-se para não se reduzir o consumo. Afinal, a reciclagem representa, além da salvação da cultura do consumismo, a permanência da estratégia produtiva da descartabilidade e da obsolescência planejada, permitindo a manutenção do caráter expansionista do capitalismo. (LAYRARGUES, 2002).

Embora existam algumas distorções, grande parcela de educadores ambientais demonstra preocupação com o uso adequado dos recursos naturais e se mostram comprometidos com uma educação para evitar o desperdício. Foi o que pude observar durante as entrevistas realizadas com docentes e que terá abordagem mais aprofundada no próximo capítulo. Na verdade, há uma ligação muito íntima com a experiência e com os aspectos inerentes à sua formação, sem que se perceba relação estreita com o aspecto pedagógico da educação ambiental. E é isso que se torna perceptível na pesquisa realizada pela professora Isabel Cristina de Moura CARVALHO, do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil. A pesquisadora realizou estudos procurando identificar a origem desses “sujeitos ecológicos”, que atuam na questão ambiental nas diversas instituições. Ao traçar um perfil, amparado pelas análises de corte sociológico de Viola (1987), detectou ela um sujeito “herdeiro da cultura socialista e da crítica marxista à ética utilitarista” (p. 72). Segundo a autora, são protagonistas de “um movimento histórico e um novo paradigma da ação política, capaz de unificar o campo dos novos movimentos sociais num movimento mais abrangente e multissetorial” (p. 72). Todavia, destaca ainda que é preciso partir da idéia de que a Educação Ambiental é a ação educativa do sujeito ecológico. Isso significa privilegiar sua filiação a uma tradição ambiental, mais do que a uma tradição

pedagógico-educativa. Ao constituir-se uma prática educativa, é evidente que a Educação Ambiental também está filiada ao campo da educação propriamente dito, surgindo assim orientações específicas, fruto da confluência entre o campo ambiental e algumas tradições educativas. Ao observar a participação da sociedade e sua influência na determinação das práticas da educação, conclui que

essa interseção entre o ambiental e o educativo, no caso da Educação Ambiental, parece se dar mais como um movimento da sociedade para a educação, repercutindo no campo educativo parte dos efeitos conquistados pela legitimidade da temática ambiental na sociedade. A educação – um campo altamente sensível às novas demandas e temáticas sociais – incorpora a preocupação ambiental em seu universo propriamente educacional, transformando-a em objeto da teoria e da prática educativa. Assim tem-se dado não apenas com a temática ambiental, mas também nos casos de outras educações que ganham especificidade segundo seu objeto temático – como a educação de gênero, educação para a paz, educação para os direitos humanos e outras (CARVALHO, 2002, p. 75).

Baseada na literatura e nos depoimentos ouvidos, a autora estabeleceu três cortes que ela denomina “geracionais”, levando em consideração não somente a idade, mas as referências a fatos e pessoas e as memórias. Uns podem ser considerados fundadores, outros como geração dos pós-fundadores e ainda, por último, a segunda (nova) geração. As influências sofridas pelos sujeitos ecológicos, no entender de CARVALHO, possuem várias origens, tais como: o ambiente histórico marcado pelos movimentos pós-segunda Guerra Mundial, a militância política atravessada pelo ativismo ecológico, o ativismo contracultural com origem nas décadas de 1960 e 1970 e a participação em grupos de jovens e escolas católicas com a conseqüente sacralização da natureza. Dessa forma, é possível conceber que há uma multiplicidade de influências na formação dos sujeitos ecológicos como educadores ambientais, propiciando uma visão heterogênea da questão ambiental e um currículo dinâmico. Espera-se assim, que a sensibilidade introduzida pelos educadores nos futuros cidadãos se reflita em comportamentos e atitudes que revertam os padrões atuais, já que há necessidade de que o ensino seja algo de útil, como concebe CHASSOT (1995). Para ele, o que é útil busca satisfazer uma necessidade ou um desejo, ou ambos; portanto, tem que produzir forçosamente algum prazer. Afirma ele que

é muito comum considerar o útil como um valor e distingui-lo, então, de outros valores, como o de agradável, o de belo, etc. Os autores que estabelecem uma hierarquia de valores costumam colocar o útil ou em uma escala ínfima ou em uma escala inferior. Deve-se ter em conta, todavia, que mesmo no caso de se considerar o útil como um valor, este não ocorre necessariamente separado de outros valores. Enquanto “serve para algo”, o útil pode servir para fomentar valores considerados como superiores. Assim, pode-se considerar o útil como um valor puramente instrumental, que seria fim para o qual o útil seria o meio (p. 75).

Creio que se poderia realmente fornecer um ensino de qualidade e adequado, atribuindo-lhe uma real utilidade, tornando-o claro e objetivo para aqueles que o recebem. Pensando assim, e aplicando à Educação Ambiental essa visão, tornar-se-á ela não somente

útil, mas, prazerosa. E como é sabido, qualquer atividade realizada com prazer possui uma maior eficácia em seu resultado final.

#### **1.4 Globalização: o Brasil no contexto do mercado de consumo mundial**

Após trazer a questão do desperdício, paralelamente aos princípios da Educação Ambiental e dos sujeitos ecológicos que a disseminam, creio ser importante contextualizar estes conteúdos com a situação do Brasil num mundo atingido por este fenômeno, não tão recente, mas agora mais evidente, denominado globalização. Tem-se afirmado continuamente que a globalização transformou / transforma a realidade do século XXI, alterando identidades, transgredindo fronteiras e aproximando o local do global. Mas será que este período realmente é inédito na história do Mundo? Será que em outros momentos a alteração de identidades, a transgressão de fronteiras e a aproximação do local ao global não ocorreu sem que se houvesse percebido? Alguns teóricos afirmam que o fenômeno globalizador é antigo, mas que em outros tempos se deu de forma imperceptível. A descoberta do Caminho para as Índias pela frota portuguesa, e mesmo antes a assim chamada descoberta da América por Colombo, são exemplos de ação globalizadora, pois muitos produtos, então só conhecidos no Oriente, foram introduzidos na Península Ibérica naquele tempo por obra de uma suposta globalização. A ocupação da América pelos europeus também pode ser considerada um fenômeno globalizador, já que se pode pressupor a alteração de identidades, transgressão de fronteiras e aproximação do global ao local. Mais ainda, a própria constatação pelos europeus de que não eram os únicos no Planeta, mas que havia outras culturas, outras civilizações. Mas, então, que diferenças há nesta nova etapa da globalização? Para entender alguns aspectos da complexidade da realidade atual, trago a contribuição de Stuart HALL, pois parece bastante oportuna neste momento em que as denominadas identidades nacionais demonstram certa fragilidade diante do quadro que ora se apresenta.

Para HALL (2006), um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas. Há, segundo ele, uma “descentralização dos indivíduos”. Eles são deslocados de seu mundo social e cultural e, até, de si mesmos, ocasionando o que ele chama de “crise de identidade”. Há uma fragmentação das paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. No passado estas paisagens nos forneciam “sólidas localizações como indivíduos sociais”, contrariamente ao que ocorre na atualidade.

HALL (Idem) distingue as sociedades tradicionais das sociedades modernas, afirmando que estas são sociedades de mudança constante e que, por isso, ou são radicalmente

novas ou possuem uma continuidade enganosa relativamente às formas anteriores. Diz ele também que, os símbolos e as representações, assim como as instituições culturais, constituem as culturas nacionais, além de serem “discursos” que constroem sentidos, influenciando e organizando nossas ações e a concepção que temos de nós mesmos. E essas culturas nacionais

ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (HALL, 2006, p. 51).

Sendo assim, o autor seleciona cinco elementos principais na construção de uma cultura nacional. Em primeiro, destaca a narrativa de nação, que pode ser observada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. O segundo elemento é a ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade, onde a identidade nacional é representada como primordial e algumas vezes adormecida. Mas, está sempre pronta para ser “acordada” de sua longa sonolência. O terceiro elemento é aquilo que Hobsbawn chama de invenção da tradição, muitas vezes de origem recente ou algumas vezes até “inventadas”, conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica. Um quarto elemento da cultura nacional é o do mito fundacional, uma história capaz de localizar a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que pertence ao tempo “mítico” e não ao tempo real. O derradeiro elemento para Stuart HALL é a existência de um povo ou folk puro, original, povo esse que raramente persiste ou exercita o poder nas realidades do desenvolvimento nacional. Sendo assim, nota-se que a cultura nacional atua como uma fonte de significados culturais, um foco de identificação e um sistema de representação. Embora todas as diferenças em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional procura unificar a todos numa identidade cultural, buscando a representação de todos sob uma única família nacional.

Mesmo assim, HALL duvida desta idéia e questiona se as culturas nacionais e identidades nacionais por ela construídas são realmente unificadas. Partindo das premissas de que a maioria das nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta, pela supressão forçada da diferença cultural, de que as nações são sempre compostas de diferentes classes sociais e diferentes grupos étnicos e de gênero, de que as nações ocidentais modernas também foram os centros de impérios ou de esferas neoimperiais de influência, exercendo uma hegemonia cultural sobre as culturas dos colonizados, as culturas nacionais são constituídas de dispositivos discursivos que representam a diferença como unidade ou identidade. Para melhor exemplificar a razão de sua

dúvida, o autor evidencia a grande dificuldade de uma propalada unificação quando as discussões são direcionadas para o conceito de “um único povo” ou “uma única raça”, já que as nações modernas são, todas, híbridos culturais. Portanto, as identidades nacionais

... não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas. Assim, quando vamos discutir se as identidades nacionais estão sendo deslocadas, devemos ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para “costurar” as diferenças numa única identidade (HALL, 2006, p. 65).

Da mesma forma em nosso país, não há como se afirmar que uma cultura nacional unifique as identidades nacionais. Somos também atingidos por esta nova onda de fragmentação das paisagens culturais. Por que não dizer, com base na visão de HALL, que sofremos também uma hibridização cultural. Para entender como se dá esta influência externa, basta que analisemos alguns acontecimentos históricos recentes de nosso país. Os brasileiros, muitas vezes, se sentiram à margem do mercado mundial de consumo, exceção feita a alguns poucos que possuíam o privilégio de freqüentar cidades como Paris, Londres, Roma, Nova Iorque entre outras. Tempos atrás, os produtos lá comprados eram exibidos de forma entusiástica por aqui, como souvenirs impossíveis de serem adquiridos no mercado interno. E isso sucedeu por vários anos. Somente após a abertura de mercado, realizada pelo governo Collor, e a entrada de produtos inéditos – muitos deles ilegais, pela fronteira com o Paraguai e Bolívia –, foi possível o acesso a uma parafernália tecnológica originária das mais diversas partes do mundo. Hoje temos acesso a relógios, brinquedos, eletrodomésticos, eletrônicos, roupas, calçados e tudo mais que o mercado internacional oferece, muitas vezes por preços inferiores aos produtos aqui confeccionados. Talvez algo que ilustre nossa realidade é a chegada do calçado chinês que desestabiliza o tradicional ‘Vale do Sapateiro’, pelo fechamento de muitas indústrias calçadistas, ou ainda, a introdução de vinhos argentinos e chilenos nas redes supermercadistas brasileiras, embora a qualidade reconhecida das bebidas nacionais. Portanto, a influência externa global pode determinar a redução local dos níveis de empregos, resultando até mesmo no fechamento de empresas em nosso país, tal o tamanho da concorrência predadora sofrida. Ou seja, os baixos salários na China reduzem os custos de produção, fazendo com que os produtos exportados estejam a um custo abaixo das médias mundiais.

A nova realidade global propõe ofertas inúmeras, com cada vez mais facilidades para aquisição. Os crediários e os carnês de longo prazo ampliam essas possibilidades de acesso. A estratificação do público consumidor, separando-os em classes – infantil, jovem, feminina, masculina, terceira idade entre outras – também é uma estratégia mercadológica inteligente de criar necessidades para cada uma delas, de forma a serem atendidas por uma indústria

crescente em todos os segmentos: brinquedos, alimentos, cosméticos, roupas, calçados, lazer etc. O sucesso do chamado “dinheiro de plástico” coloca em evidência o quanto se tornou facilitado o acesso aos bens de consumo na modalidade “compre agora e pague a perder de vista”, cujo lema foi intensificado e personalizado pelas inúmeras lojas de departamentos com filiais e centrais de logística espalhadas por todo o país. O comércio não pára de registrar recordes anuais de vendas em períodos característicos como Páscoa e Natal. O advento de uma nova modalidade de comércio pela rede mundial de computadores também tem sido uma alternativa inovadora para muitos, sem o desconforto da especulação de preços nas inúmeras lojas de departamentos. Basta escolher as características corretas do produto desejado e pesquisar num sistema de buscas da rede mundial de computadores, com a possibilidade de realizar comparativos de preços. Logo surge a lista de lojas que possuem o produto, com seus respectivos preços e condições de pagamento. Estas vendas cresceram de forma exponencial nos últimos anos, contrariando afirmativas daqueles que acreditavam que, para adquirir qualquer produto era necessária uma postura “São Tomé” ou, numa versão pós-moderna, “ver para comprar”. Algumas organizações, diante da necessidade de experimentar o produto, propõem ao cliente um período de demonstração. Caso o mesmo não atenda às expectativas do cliente, poderá ser devolvido sem ônus qualquer. O volume alcançado por esta modalidade comercial confirma ainda mais a probabilidade de liquidação de um número crescente de empregos formais no setor terciário, predominando ali um sistema informatizado que detecta a mercadoria solicitada no estoque, uma quantidade ínfima de funcionários para embalar o produto e a infra-estrutura dos Correios para despachar o produto. O pagamento é feito por meio eletrônico ou em depósito bancário, facilitando e proporcionando segurança tanto ao cliente quanto ao fornecedor. O restante do controle, contábil e financeiro, muitas vezes é realizado pelo proprietário do negócio<sup>38</sup>. Confesso-lhes que a maioria dos livros que adquiri nos últimos cinco anos são frutos de minha relação com o comércio pela internet.

O Brasil está entre os países que mais acessam a rede mundial. Ou seja, somos o país em que a população mais tempo disponibiliza para navegação, palavra característica do mundo digital. Esse indicador pode também ser sinal de que o consumo está em alta e que, possivelmente, nunca tenhamos consumido quanto nos últimos anos, pouca coisa necessitando para referendar esta afirmação. Basta frequentar um shopping center, em véspera de datas festivas, para se observar que o volume de consumidores em busca de produtos tem

---

<sup>38</sup> Muitas destas formas inovadoras de relação entre fornecedor e cliente podem ser observadas na obra “O fim dos empregos”, RIFKIN J. (1995), onde o autor nos leva a ponderar o impensável – que nos preparemos, e as nossas instituições, para um mundo que está eliminando o emprego de massa na produção e na comercialização de bens e serviços. Afirma ele que redefinir o papel do indivíduo em uma sociedade praticamente sem trabalhadores será a questão mais premente nas próximas décadas.

aumentado de forma significativa. E é nesses espaços que gostaria de me concentrar agora, para algumas análises, pois estes assumem o marco simbólico da atual geração consumidora. Os “templos do consumo”, como cunhou RITZER apud BAUMAN (2001), por mais cheio que possam estar, não tem nada de “coletivo”. Os que adentram são interpelados enquanto indivíduos e solicitados a “suspender ou romper os laços e descartar as lealdades” (p. 114). Os encontros precisam ser breves e superficiais, evitando desta forma o acesso de “intrometidos ou chatos” (sic) que possam interferir no “maravilhoso isolamento do consumidor ou comprador”. Para BAUMAN (Idem)

o templo do consumo bem supervisionado, apropriadamente vigiado e guardado é uma ilha de ordem, livre de mendigos, desocupados, assaltantes e traficantes – pelo menos é o que se espera e supõe. As pessoas não vão para esses templos para conversar ou socializar. Levam com elas qualquer companhia de que queiram gozar (ou tolerem), como os caracóis levam suas casas (BAUMAN, 2001, p. 114).

Entende o autor que, estar num shopping center é como “estar noutra lugar”, é entrar numa viagem. O que possa ali acontecer tem pouca ou nenhuma relação com o ritmo e teor da vida diária que flui “fora dos portões”. Parece similar ao período de carnaval para a cidade, pois durante a festa a cidade é a mesma, só que transformada por um lapso de tempo estritamente definido. Este lapso de tempo revela um “outro lado” da realidade diária da cidade, normalmente oculta à vista e impossível de ser tocada. Desta forma, ir ao shopping center parece remeter às delícias da folia de carnaval, por um breve período de tempo, fora de nossa realidade diária.

O templo de consumo, diferentemente da loja da esquina, pode estar na cidade, mas parece não fazer parte dela. Alguns inclusive são construídos à beira de auto-estradas, fora dos limites da cidade. Estes espaços não fazem parte de

um mundo comum temporariamente transformado, mas um mundo “completamente outro”. O que o faz “outro” não é a reversão, negação ou suspensão das regras que governam o cotidiano, como no caso do carnaval, mas a exibição do modo de ser que o cotidiano impede ou tenta em vão alcançar – e que poucas pessoas imaginam experimentar nos lugares que habitam normalmente (BAUMAN, 2001, p. 115).

Se o carnaval mostra que a dureza da realidade pode ser transformada e que a cidade pode assumir este aspecto, os templos de consumo, todavia, “não revelam nada da natureza da realidade cotidiana (p. 116)”. FOUCAULT apud BAUMAN assinala que o templo de consumo é “um pedaço flutuante do espaço, um lugar sem lugar, que existe por si mesmo, que está fechado em si mesmo e ao mesmo tempo se dá ao infinito do mar”; e esse “dar-se ao infinito” se justifica pelo afastamento que mantém em relação ao porto doméstico e dele mantém distância. Esse “lugar sem lugar” é um espaço “purificado”, não por ter sido limpo da variedade e da diferença, mas pela sua “atração magnética à colorida e caleidoscópica variedade de sensações em oferta (p. 116)”.

A sensação de “pertencer” também é uma característica da convivência nesses espaços. Ali compradores e consumidores

podem encontrar,[...], o que zelosamente e em vão procuram fora deles: o sentimento reconfortante de pertencer – a impressão de fazer parte de uma comunidade. Como sugere Sennett. A ausência de diferença, o sentimento de que “somos todos semelhantes”, o suposto de que “não é preciso negociar pois temos a mesma intenção”, é o significado mais profundo da idéia de “comunidade” e a causa última de sua atração, que cresce proporcionalmente à pluralidade e multivocalidade da vida. Podemos dizer que “comunidade” é uma versão compacta de estar junto que quase nunca ocorre na “vida real”: um estar junto de pura semelhança, do tipo “nós que somos todos o mesmo”; um estar junto que por essa razão é não-problemático e não exige esforço ou vigilância, e está na verdade pré-determinado; um estar junto que não é uma tarefa, mas o “dado” e dado muito antes que o esforço de fazê-lo (BAUMAN, 2001, P. 117).

E é dentro dos templos de consumo que acontecem aproximações de multidões do ideal imaginário concebível de comunidade, que não conhecem a diferença. Por isso, essa comunidade não necessita de negociações, nem esforços pela empatia, compreensão ou concessões. Pois todos supõem com segurança, que aqueles que encontrar naquele espaço, estão ali pelo mesmo motivo, com o mesmo propósito. São todos usuários, são todos consumidores. Buscam algo que lhes proporcione o prazer de compartilhar de uma comunidade, normalmente uma comunidade de consumo. É o que BAUMAN (2007a) reconhece como a sociedade de consumo líquido-moderna, que despreza os ideais de “longo prazo” e da “totalidade”. Para o autor

Num ambiente que promove os interesses do consumidor e é por eles sustentado, nenhum desses ideais mantém o antigo poder de atração, encontra apoio na experiência cotidiana, está afinado com as reações treinadas ou se harmoniza com a intuição do senso comum. Assim sendo, tais ideais tendem a ser substituídos pelos valores da gratificação instantânea e da felicidade individual (p. 64).

Na visão de BAUMAN, a “síndrome consumista”, dentro da hierarquia dos valores reconhecidos, destronou a duração e promoveu a transitoriedade, colocando o valor da novidade acima do valor da permanência. Desta forma, os supérfluos e descartáveis inundaram as prateleiras das redes varejistas e tornaram-se elementos corriqueiros e imperceptíveis do nosso cotidiano. Por isso, afirma ele, que a indústria do consumo está bem equipada para a realidade da “modernidade líquida”. Há uma afinidade entre ela e a forma de vida adotada pela sociedade atual, ambas reforçando mutuamente o controle sobre as opções que homens e mulheres de nossa época podem realisticamente fazer. “A cultura líquido-moderna não se percebe mais como uma cultura do aprendizado e do acúmulo, como as outras registradas nos relatos de historiadores e etnógrafos. Parece, em vez disso, uma cultura do desengajamento, da descontinuidade e do esquecimento” (BAUMAN, 2007a, p. 84).

Por isso, observando a inserção do cidadão como consumidor num mercado marcado principalmente pela demanda crescente de supérfluos e descartáveis, de certa forma, é possível entrever uma relação estreita entre consumo e desperdício. Também é possível

entender a afinidade existente entre a maioria desses objetos e o que se costuma denominar “moda”, ou aquilo que realmente está em voga. No conceito de DIAS in ZILLOTTO (2003, p.15), “a moda se vale do efeito do narcisismo adquirido pela imagem, instrumentalizando objetos”, que irão conceder ao consumidor tanto a beleza despertada pelo adorno, pela roupa ou pelo calçado adquiridos, quanto um “tipo de ser” a eles vinculados. A imagem, assim configurada, passa a ocupar um espaço do ideal a ser cultivado e conta com o apoio maciço da mídia. Ainda sobre a moda, DIAS (Idem) afirma que

não há possibilidade de contextualizar a instrumentalização que a moda condiciona, caso não se passe pelo agenciamento do olhar que ela realiza. Nesse nível que está sendo analisado, o olhar diz respeito à forma pela qual o sujeito se vê, a partir do Outro. Uma vez que esse Outro adquire o poder de decidir pela forma de se ver, sem qualquer tipo de presença de alteridade, ou seja, decidindo a forma ideal de ser, passa-se a integrar uma regência que evoca a instrumentalização perversa, já que a finalidade é objetificar os sujeitos pelos tipos que lhes são promovidos (p. 15 e 16).

Novamente cabe ressaltar que esses objetos estão de tal forma inseridos na realidade atual, que já não nos damos conta de sua efetiva participação no nosso dia-a-dia. É o caso de descartáveis como, por exemplo, as fraldas, as lâminas de barbear, os isqueiros, as baterias e pilhas, os copos e os pratos descartáveis e muitos outros. LUTZENBERGER (1981) já alertava para os objetos de um só uso, para as necessidades fictícias criadas pela mídia e para as necessidades reais atendidas de maneira a maximizar os custos em recursos e em poluição. Segundo ele

Todo objeto de um só uso significa esbanjamento criminoso de preciosa matéria-prima, além de criar detritos desnecessários, tanto no processo de sua fabricação, como no lixo após o uso. Até seringas, isqueiros e objetos de precisão já são feitos para um uso só (LUTZENBERGER, 1980, p. 38).

E é nesses objetos que se pode perceber uma infinidade de valores agregados que são desperdiçados, e que tanto custo possui na prospecção da matéria prima e no processo de transformação. Vejamos alguns exemplos. Produzidas com algodão sintético, as fraldas possuem material plástico no bojo de sustentação e fita aderente para fechar as laterais. As lâminas de barbear são acondicionadas em um molde de plástico para proteger o fio e um papel acartonado onde os cabos são fixados. Os isqueiros, além de possuírem o sistema de acendimento com mola, possuem uma espécie de friccionador que, em contato com a pedra, produz faíscas para acender o gás que sai pela válvula. Sua carcaça externa é confeccionada em plástico, assim como a maioria das peças que completam a montagem. As baterias e pilhas, que após o uso não possuem qualquer tipo de reutilização, causam um dos maiores problemas ao meio ambiente, a contaminação do solo. Há ainda um serviço insipiente de recolhimento desse material em algumas empresas, fazendo com que a maioria das pessoas utilize o lixo doméstico como forma de livrarem-se do problema. Os copos e pratos

descartáveis surgiram há não muito tempo, mas já assumiram posição de vanguarda se os considerarmos sob o ponto de vista do desperdício. Nas repartições públicas e nos escritórios de corporações é possível observar a quantidade diária descartada ao lixo, tanto de copos d'água quanto de copos para cafezinhos. Outra característica de nosso tempo é a utilização de sacos e sacolas plásticas. Utilizados para embalar as compras de muitos estabelecimentos comerciais, a falta dos mesmos suscita muitas vezes a desestruturação das relações comerciais, pois uma das coisas quase impraticáveis hoje é sair do supermercado sem carregar de duas a três sacolinhas plásticas. Sou do tempo em que ainda se levavam de casa as sacolas de pano ou de palha para fazer compras no supermercado. Também os sacos plásticos, indubitavelmente, têm convivido conosco diuturnamente, seja envolvendo as compras nos supermercados ou como painéis apresentando marcas e ofertas. Entretanto, o tratamento dispensado a esses invólucros tem sido muito insensato; bastando observar os volumes que se acumulam em aterros sanitários e lixões das cidades. Resta parabenizar aqueles que utilizam alguns destes envoltórios para embalar o lixo doméstico. Desta forma, estão evidenciando o segundo “R” da filosofia dos três erres da reciclagem: o “erre” de “reutilizar”.

Na sua grande maioria, os objetos são derivados do petróleo – combustível que comprovadamente já possui escassas reservas mundiais –, demonstrando que não há algo tão singular em termos de descarte dos recursos naturais na atualidade. Extraído de poços de grande profundidade terrestre ou de plataformas marítimas estabelecidas a quilômetros da costa marítima, como no caso brasileiro, sabe-se que as reservas mundiais do petróleo proporcionam precária autonomia à economia mundial, excessivamente dependente deste combustível. Nesse caso, não se pode afirmar se realmente a preocupação com esse recurso é um caso de desperdício ou de sobrevivência, tal o grau de dependência da humanidade do petróleo.

Cabe aqui também, como pesquisador, refletir sobre a realidade atual sem esses descartáveis. Imaginemos as fraldas antigas confeccionadas em tecido de algodão e que necessariamente tinham que ser lavadas e higienizadas corretamente antes do próximo uso. Por certo, seriam fontes de contaminação dos recursos hídricos no uso de detergentes para limpeza. Também vejamos as lâminas de barbear, que eram amoladas em pedras apropriadas para uma utilização posterior, ou mesmo aquelas pessoas afeitas ao uso das navalhas, cujo fio era mantido também com constantes afiações. Na confecção de pedras de afiar, sabe-se que muitas encostas são escavadas provocando fenômenos erosivos em áreas de nobre vegetação, pois há tipos de pedra específicos para esse fim e que não são encontradas em qualquer terreno. Os isqueiros também evoluíram e trouxeram muito mais conforto em seu manuseio.

Os antigos acendedores necessitavam de reabastecimento da pedra de fricção e do gás ou do combustível, normalmente utilizada a querosene. A carcaça acompanhava seu proprietário por muitos anos até que fosse descartada. Talvez tenha sido um dos instrumentos que, apesar da evolução sofrida, significou pouca contribuição se observarmos a questão ambiental, ficando suas vantagens restritas mais ao conforto do usuário. Inclusive, parece ter trazido o hábito de descarte contíguo ao término do combustível, mesmo que a carcaça e o sistema de acendimento estejam intactos. Quanto às baterias e pilhas, continuam sendo motivo de preocupação quanto ao seu destino, pois pouca coisa foi alterada em relação a elas. Continuam mantendo suas principais características tanto no uso quanto no descarte, ou seja, não há uma solução adequada para as mesmas. O advento das pilhas e baterias recarregáveis parece descortinar uma esperança de redução desse lixo altamente pernicioso ao solo. Já os copos e pratos descartáveis, trouxeram relativa economia. Em reuniões de empresas, comemorações ou mesmo em encontros familiares, os copos e pratos descartáveis retiraram o incômodo da parte final dos encontros: a limpeza das louças e dos vidros. Esse conforto amenizou significativamente o trabalho e tempo despendido com a tarefa. Deve-se observar também a redução no uso de detergentes para lavar copos e pratos, deixando de contaminar os recursos hídricos pelo uso contumaz. Já, os sacos plásticos parecem evocar uma preocupação mundial. A eles são tributadas as responsabilidades pela obstrução de sistemas de águas pluviais e de esgotos, quando arremessados no meio ambiente sem os devidos cuidados, ocasionando a elevação dos níveis das águas, motivando enchentes e inundações. É sabido que estes envoltórios substituíram as sacolas de pano ou de palha utilizadas no passado, retirando a necessidade de portá-las sempre que se estivesse disposto às compras.

Ao Brasil, diante da realidade econômica mundial, não restaram alternativas senão aderir ao mercado global e, por conseqüência, ao consumo e ao desperdício. Considerado neste princípio do século XXI, juntamente com a Índia e a China, como um dos países emergentes mais pujantes do mundo pós-moderno, e um dos mercados mais confiáveis para investimentos estrangeiros, atualmente o Brasil, devido a sua numerosa população que tem uma parcela significativa nas classes A, B e C, é um dos parceiros mais atuantes da economia internacional. Importa e exporta bens, inserindo-se como maior produtor mundial de carne e um dos maiores produtores de grãos do planeta.

Desde que entrou no cenário internacional como grande exportador, ainda na década de 1950, através da cultura do café e que o tornou conhecido mundialmente, o Brasil passou a conviver com alguns procedimentos peculiares da nova condição. Um fato marcante deste período foi a queima de milhões de sacas de café, visando a redução da oferta e a sustentação

dos preços. FAUSTO (2002) descreve que, no período que vai do ano de 1931 a 1944, o governo brasileiro eliminou cerca de 78,2 milhões de sacas de café, o equivalente ao consumo mundial de três anos. Assim como no Brasil, a mesma atitude foi adotada na Argentina em relação à uva. Também na Austrália adotaram-se atitudes similares em relação aos rebanhos de carneiros; onde estes foram sumariamente eliminados para sustentação dos preços de carne e lã. Em países da Comunidade Européia ocorreu isso com o leite, o óleo de oliva e pescados. A Espanha, por exemplo, destruiu parte de sua frota pesqueira. Na concepção de desperdício, pode-se considerar estes eventos como dos maiores relacionados ao conceito. Portanto, o desperdício muitas vezes pode ser utilizado como ferramenta das ciências econômicas, visando estabelecer pontos de equilíbrio na recuperação de mercados e de preços. Poderia se afirmar que o desperdício também possui suas utilidades.

A globalização, na qual estamos todos cada vez mais inseridos, proporciona facilidades também para o desperdício do dinheiro público, em movimentações financeiras, seja na forma lícita ou na forma ilícita; pagando impostos ou se eximindo deles. Desta forma, o dinheiro público passeia mundo a fora sem dificuldades. São inúmeras as transações diárias realizadas pela rede mundial de computadores, muitas vezes fugindo ao controle dos órgãos de fiscalização. Valores obtidos com transações duvidosas na manhã de hoje poderão estar repousando numa conta corrente de pequenos paraísos da Europa ou do Caribe na próxima madrugada, sem que qualquer tarifa tenha sido recolhida aos cofres públicos. Posteriormente, essas importâncias regressam às contas correntes dos violadores de forma regular. Esse é um dos maiores desafios do Estado no controle de suas contas públicas e uma realidade da economia no mundo globalizado<sup>39</sup>.

Portanto, nenhum país ou organização, ou qualquer pessoa, pode adotar uma postura insular isenta da realidade global, sem que sofra influências ou interferências externas. Realidade como a de Cuba já começa a dar sinais de desgaste, principalmente pelos incessantes embargos impostos pelos países que comandam o cenário mundial. São peculiaridades que proporcionam uma fragilização de regimes. E o advento da velocidade da informação possibilita constante atualização da realidade e o traço de comparativos por parte da população. Isso desestabiliza governos, altera identidades e transforma comportamentos, tal como os deslocamentos sociais e culturais citados por HALL (2006).

---

<sup>39</sup> Cabe ressaltar que há pouco tempo, um ex-governador paulista ficou detido por vários dias, sob suspeita de manter contas particulares na Suíça com dinheiro desviado de obras públicas executadas com superfaturamento, quando ainda estava no poder. Também um casal de religiosos de uma igreja com templos em todo o território nacional, foi preso ao entrar nos Estados Unidos portando dólares sem os declarar. O dinheiro, segundo a imprensa, possuía origem nas doações de fiéis; uma prova de que não somente nas instituições públicas e financeiras há operações irregulares e desvios de dinheiro.

Entendo que a realidade brasileira não é diferente das demais. Somos, a todo o momento, testados sobre a condição estável de nosso mercado, de forma a reduzir paulatinamente o grau de risco do país para investimentos externos. São os efeitos da globalização que o tornam vulnerável em relação à movimentação financeira, tal qual a instabilidade do mercado de trabalho enfrentada por muitos de nós nos dias atuais.

### **1.5 A presença dos currículos em uma rede de conhecimentos**

Mas se o país reflete a realidade internacional e por ela se deixa influenciar, como será a realidade da Escola no atual contexto? Como será que o currículo pode ser influenciado nestes novos tempos? Por certo se pode afirmar que vivemos em um mundo repleto de novas tendências, de novas tecnologias; tudo está em constante mudança e transformação. CHASSOT (2003), em *Educação Consciência*, destaca que “a Escola não é um ente alienígena no mundo em que vivemos” (p. 24). Portanto, a influência da globalização também pode ser sentida de várias maneiras na Escola. Entende ele que, se a Escola não mudou, ela foi mudada nos últimos anos. Foram quatro séculos de inércia, adotando o modelo conservador da modernidade. Fala-se hoje em bibliotecas sem livros e a educação à distância é uma realidade irreversível. Depois de um tímido começo, a EAD como é conhecida, torna-se uma nova forma de aquinhoar conhecimentos, congregando alunos que preferem aliar o tempo disponível com preços atrativos, já que os custos de manutenção de salas de aulas e material didático, neste caso, são bastante reduzidos. Mas há quem conteste esta nova concepção de educação. Inclusive, participo dessa experiência há pouco tempo, ministrando um curso de sessenta horas à distância. Tenho alunos das mais variadas partes do país e dois do continente africano. Nas noites de segunda-feira acontecem teleconferências sobre assuntos relacionados ao curso, onde todos comparecem de forma virtual – através de seus computadores – sendo possível a eles ouvir minha voz e ver minha imagem, e interagir com colegas e professor. Não consigo imaginar a reação de meus antepassados se pudesse mostrar-lhes o que hoje ocorre em comparação há algum tempo atrás. Só em pensar que podemos reunir pessoas de realidades díspares e diferentes regiões, em uma sala virtual para discutir assuntos diversos, é apenas uma das facetas saborosas desta tecnologia da comunicação. Inclusive, bancas de defesa de teses de doutoramento têm sido facilitadas pelo sistema de comunicação à distância. Basta que seus membros acessem equipamentos de áudio e vídeo em localidades distintas, até mesmo em diferentes continentes, para que haja interação entre

os avaliadores e, finalmente, os pareceres possam ser emitidos. O documento comprobatório pode ser gravado em CD ou até mesmo enviado por meio eletrônico para todos os participantes, inclusive para o candidato ao título. Foi o que pude comprovar recentemente na instituição onde estou envolvido em minha pós-graduação. Realmente, é uma nova forma de fazer Educação. Vê-se que o currículo tem passado / vai passar frequentemente por intensas transformações, tem sofrido / vai sofrer profundas influências.

SILVA (2001), ao caracterizar o mundo social em que vivemos, observa o currículo como um fetiche. Amparado na visão de HALL (2006), o autor destaca que no mundo pós-moderno emergem e se afirmam novas identidades culturais e sociais, fronteiras se apagam, tabus identitários e proibições são transgredidas. É o que ele denomina de um delicioso tempo de cruzamento de fronteiras e hibridização de identidades. É um tempo de maior exploração e dominação dos seres humanos. Diz ainda que este é um tempo de reflexão para educadores e educadoras; pois há necessidade de assumirem uma postura crítica, abrindo "...o campo do social e do político para a produtividade e a polissemia, para a ambigüidade e a indeterminação, para a multiplicidade e a disseminação do processo de significação e de produção de sentido" (p. 09).

A tradição crítica há muito entendeu a centralidade do currículo na relação educativa, corporificando os nexos entre o saber, o poder e a identidade. SILVA (Idem) entende que o currículo é "um espaço onde se concentram e se desdobram as lutas entre os diferentes significados sobre o social e o político" (p. 10). Neste espaço, grupos sociais expressam sua visão de mundo, seu projeto social e suas "verdades", principalmente aqueles dominantes. Na visão do autor, as políticas curriculares são responsáveis pela movimentação de uma indústria cultural que gravita em torno da escola e da educação, composta por material paradidático, livros didáticos entre outros. Além disso, a política curricular ao se transformar em currículo define os papéis de alunos e professores e suas relações e redistribui as funções de autoridade e iniciativa. Ou seja, a política curricular sob a forma de currículo inclui saberes que considera proeminentes em detrimento de outros muitas vezes considerados sem significado.

Sob a influência de dúvidas e problematizações, impostas pelo pós-estruturalismo e pelo pós-modernismo, a teoria curricular assume novas formas e sofre transformações. As crises que afetam as formas tradicionais de conceber o conhecimento e a cultura atingem inevitavelmente o currículo. Para rever a teorização do currículo, SILVA (Ibidem) propõe observar o currículo de quatro formas: de forma tradicional, onde o mesmo é pensado como "um conjunto de fatos, de conhecimentos e de informações, selecionados do estoque cultural mais amplo da sociedade, para serem transmitidos às crianças e aos jovens nas escolas" (p.

13); de forma tecnicista, enfatizando as dimensões instrumentais, utilitárias e econômicas da educação; de forma crítica, baseada numa análise neomarxista da escola e da educação voltadas para a reprodução das estruturas de classe da sociedade capitalista; e de forma pós-estruturalista, retomando algumas análises da tradição crítica neomarxista, com o currículo enfatizado como prática cultural e de significação.

Na visão tradicional das relações entre currículo e cultura há uma concepção estática e essencializada de cultura, pois essa é concebida como um produto acabado, finalizado. É assim entendida a cultura como correlativa de uma concepção realista e reflexiva do conhecimento. SILVA nota que

há uma clara correspondência entre essa abordagem realista do conhecimento e as concepções correntes do currículo. O currículo, nestas concepções, é simplesmente o reflexo, a reprodução, em escala menor, reduzida e condensada, do conhecimento existente, o qual, por sua vez, [...], é um reflexo da “realidade” (SILVA, 2001, p. 16).

Vê-se também que a atuação de educadores e educadoras passa por uma transformação significativa nos tempos atuais, onde a Escola possui cada vez mais modificado seu papel na disseminação do conhecimento, havendo dois tipos de professores, segundo CHASSOT (2003): “o professor informador – aquele perfil já superado, de tendência neoliberal, voltado para satisfazer o cliente, cujo objetivo principal é a transmissão do conhecimento – e o professor formador – aquele que leva seus alunos à descoberta de novos conhecimentos e a forma de bem utilizá-los”. (p. 26). A visão do autor é similar àquela de FREIRE (2005), que chamava a atenção para um tipo de educação bancária, onde o educador parece ser um depositário de conhecimentos com uma atitude de cobrança de dividendos após um determinado período, diferentemente da educação problematizadora. Na segunda ocorre a devolução organizada, sistematizada e acrescentada daqueles elementos que foram entregues ao professor de forma desestruturada. A educação “bancária” criticada por FREIRE (Idem) possui como principais características o educador que faz “comunicados” e conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado, e os alunos ou educandos que, são transformados em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. A crítica de FREIRE vai mais além.

Na medida em que esta visão “bancária” anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, satisfaz aos interesses dos opressores: para estes, o fundamental não é o desnudamento do mundo, a sua transformação. O seu “humanitarismo”, e não humanismo, está em preservar a situação de que são beneficiários e que lhes possibilita a manutenção de sua falsa generosidade [...] (FREIRE, 2005, p. 69).

Primordial também é a construção de valores sociais e críticos por parte dos educadores, tornando os educandos mais responsáveis pelas modificações ocorridas no ambiente natural. São os novos desafios curriculares para uma maior inclusão, principalmente

se pensarmos na constituição de *professores formadores* nos cursos de licenciaturas, ao invés de *professores informadores*. Para que essa realidade seja modificada, CHASSOT propõe a adoção de currículos ilegais, desobedecendo àqueles impostos pelos dominadores. Afirma ele que temos que ensinar

aquilo que é sonogado aos estudantes; mais ainda, aquilo que não é desejável que os alunos aprendam. [...] Olhemos, por exemplo, o que fazem os que detêm no país o monopólio da informação e, com descaramento, determinam o que temos que ensinar, dizendo como devemos celebrar festas, amar o País ou torcer por uma seleção.

Parece chegada a hora na qual façamos também currículos ilegais. Vivemos em uma sociedade que não tem pudor no conviver no ilegal. Cometamos esta ilegalidade...(CHASSOT, 2003, p. 56).

CHASSOT (Idem) também destaca que é imensa a vantagem dos meios de comunicação em relação ao educador, pois se processa diariamente um verdadeiro bombardeio de propagandas perversas, enganosas e, porque não dizer, sedutoras. Desta forma sutil, diz ele, empreendem muitas vezes um trabalho silencioso na desconstrução desleal do espírito crítico dos educandos. Principalmente, quando nos querem impor datas festivas nacionais e a forma de como comemorá-las. Segundo ele, algumas empresas desempenham papel preponderante na educação. Ao investirem no “chamado benefício social se apresentam muitas vezes como mansas ovelhas, quando na verdade continuam sendo, cada vez mais, lobos vorazes” (p. 57). As grandes marcas se convertem em realidade, tanto como matéria quanto imaterial, ou imagens do que são. Ou seja, paralelo a essa apropriação de nossos valores, que depois vemos etiquetada sob a forma de marcas famosas, há elementos de corrupção como o episódio da empresa Enron, patrocinadora da campanha eleitoral do presidente Bush. Questiona CHASSOT (Ibidem): Mas o que tem a ver isso com o currículo? Para ele, tudo, pois

quando acompanhamos esta fantástica e ininteligível ciranda financeira, com a transformação do Planeta em um grande cassino, certamente nos surpreenderíamos ante a afirmação que discussões curriculares tenham a ver com isso. Não serão, evidentemente, nossos currículos e também não nossas escolas que catalisarão quebradeiras em bolsas ou imporão a bancarrota na República da Cornucópia. Mas a recíproca é válida, a globalização (re)(des)estrutura a Escola e a Universidade. Hoje, cada vez mais, interesses econômicos estão de olho num investimento promissor: o ensino (p. 58).

Também o presenteísmo, diz CHASSOT, tem sido a marca que aflora entre os mais jovens, desconsiderando a importância dos mais velhos e da sabedoria que acumulam pela vivência e experiência que possuem. Também faz parte da crença dos mais jovens o cientificismo, uma exagerada adoração do poder da Ciência e/ou atribuição à mesma de efeitos apenas benéficos. Por isso, acredita ele que o resgate dos saberes populares é uma alternativa para uma mudança de posturas. Neles está contida o que se costumou chamar de “voz da experiência”. Com este resgate também se pode preservar conhecimentos que estão em vias de desaparecer, proporcionando ainda um diálogo salutar entre diferentes gerações.

Estudantes, assim, estarão envolvidos com seus passados próximo e remoto, compreendendo as formas de enraizamento do conhecimento, cuja busca reativa a valorização dos mais velhos. Vale trazer ao cenário desta dissertação a célebre frase do poeta e escritor africano Amadou Hampâté Ba (1900-1991), verbalizada durante uma reunião do Conselho Executivo da Unesco em 1962. Hampâté Ba atraiu a atenção de todos para a extrema fragilidade da cultura ancestral africana ao afirmar que: “Na África, quando um velho morre, é uma biblioteca que queima”. Minha mente ficou timbrada por esta assertiva desde a primeira vez que a escutei, possibilitando reconhecer dali em diante o quanto não nos damos conta da importância dos saberes populares contidos na experiência de vida dos mais velhos.

CHASSOT (2006), em “Alfabetização Científica: questões e desafios para educação”, destaca outro fator que deve ser levado em consideração na formação de alunos: a capacidade crítica que devem ir adquirindo ao longo da escolarização. Diz ele que deve haver por parte dos educadores uma preocupação na busca de ações mais intensas para a formação de profissionais com independência de pensamento e uma efetiva consciência de cidadania. Estes cidadãos devem estar aptos a ler melhor o mundo em que estão inseridos, bem como, “e principalmente, sejam capazes de transformar este mundo para melhor” (p. 97). Com relação ao tipo de ensino disponibilizado por nossas escolas, CHASSOT (Idem) crê haver duas alternativas apenas: uma onde é oferecido o “ensino que pode propiciar aos adquiridores, que continuem cada vez mais dominados e mais domesticados para aceitarem as relações de desigualdade” (p. 104); e a outra, onde alunos e alunas se tornem “capazes de compreender a realidade em que estão inseridos e então modificá-la na busca de transformações” (p.104).

Foi assim que procurei observar as narrativas de professoras dos vários níveis de ensino da Escola onde realizei a pesquisa, da existência ou não de currículos informais, principalmente de conteúdos que não fossem coniventes com o trivial. Refiro-me àqueles conteúdos que se deixam impregnar de saberes populares que transgridem o espaço da Escola e vem repousar em sala de aula, sob a forma de posturas resistentes a tudo aquilo que é considerado habitual. Esta reflexão sobrepõe duas visões da interferência externa a que a Escola está sujeita, relatadas anteriormente: a de CARVALHO (2002), ao destacar que o sujeito ecológico antes de mais nada é agente deste movimento da sociedade para a educação, e que acaba repercutindo parcialmente no campo educativo a legitimidade da temática ambiental, e a de CHASSOT (2003), que propõe a adoção de currículos ilegais, capazes de ensinar aquilo que é sonegado muitas vezes aos estudantes.

Nas entrevistas realizadas no Colégio Espírito Santo, pude perceber o quanto a noção de desperdício penetra o espaço educativo e dele faz ambiente propício para discutir posturas

e comportamentos. Todas as professoras entrevistadas trouxeram exemplos de atitudes relacionadas ao tema. Se por um lado, alguns alunos demonstram preocupação com o uso racional dos recursos naturais, com um estilo de consumo parcimonioso, outros assumem uma postura de relativa apatia. Mas, essas inferências serão mais extensamente relatadas no próximo capítulo, onde pretendo trazer o resultado das entrevistas das professoras da Escola em suas respectivas atuações nas séries iniciais e finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

## **2 ENTENDENDO COMPORTAMENTOS EM NARRATIVAS DOCENTES**

Em suma, a sociedade de consumo líquido-moderna despreza os ideais do “longo prazo” e da “totalidade”. Num ambiente que promove os interesses do consumidor e é por eles sustentado, nenhum desses ideais mantém o antigo poder de atração, encontra apoio na experiência cotidiana, está afinado com as reações treinadas ou se harmoniza com a intuição do senso comum.

*ZYGMUNT BAUMAN*

Este capítulo traz discussões a respeito das opções metodológicas disponíveis e daquela por mim adotada, além de justificar a escolha do espaço de pesquisa onde me propus executar o presente trabalho. Na seqüência, me apropriando das narrativas obtidas junto às docentes entrevistadas, realizo uma análise mais aprofundada das temáticas relacionadas ao consumo e ao desperdício, tecendo redes com as fontes teóricas nas quais estive envolvido desde o princípio da pesquisa.

Uma vez mais, deixo claro que não é pretensão minha identificar um tipo de currículo no Colégio Espírito Santo que trate da noção de desperdício na atuação das professoras entrevistadas. Tampouco desejo estabelecer de que maneira se possa construir uma receita pronta de sensibilização de alunos e alunas na questão do desperdício. Minha intenção é observar de que forma a noção de desperdício transita no espaço da Escola e influi ou não nos comportamentos e atitudes discentes, através das narrativas docentes.

### **2.1 A identificação de um espaço adequado para a pesquisa**

Na busca de entender como a noção de desperdício perpassa o espaço da Escola, o ponto de partida foi a escolha de uma instituição de ensino com a qual eu tivesse certa identidade. Ou seja, uma instituição que eu soubesse a evolução histórica, pois a História

impregnou-me / impregna-me de tal forma que não me sentiria à vontade num local que não soubesse suas entranhas, suas origens. Entendo que existam certas restrições metodológicas na escolha de um espaço de pesquisa e que, esse, muitas vezes, por encerrar reminiscências e designar simbolismos, é capaz de influenciar o pesquisador. Mesmo assim, assumi o risco e escolhi o Colégio Espírito Santo, onde estudei no antigo Curso Primário – inclusive com o tradicional Exame de Admissão, que era imperativo na passagem da quinta série para o Curso Ginásial,– e em alguns anos do Ginásio. Esse colégio possui quase a minha marca cinquentenária, pois foi inaugurado no ano de 1959, por obra das Irmãs Missionárias do Espírito Santo, cuja Congregação tinha sede no interior paulista. No acesso às fichas de registro dos alunos daquela época, fui tomado por um sentimento de nostalgia ao visualizar o nome de minha mãe e de meu pai, anotados em caneta tinteiro, no estilo clássico das aulas de caligrafia que outrora freqüentei. Ao lado de seus nomes constava a profissão de cada um: ele mecânico, ela “do lar”. Outro espaço na ficha de cadastro era reservado para a cor da pele, onde constava meu pai como de cor *parda*. Imediatamente lembrei das atuais discussões sobre as cotas nas universidades públicas, assim como, o quanto eram preconceituosos aqueles cadastros ali utilizados, talvez não intencionalmente por parte da Escola. O Educandário Espírito Santo, como era conhecida a escola, foi renomeada em 1976 como Escola de primeiro e segundo graus Espírito Santo. O nome Colégio Espírito Santo só seria adotado no ano de 2002.

Outro elemento decisório no estabelecimento da instituição de ensino como espaço adequado de minha pesquisa, é o fato de minha filha ali estudar. Entendi que isso, seria um facilitador para que pudesse perceber certos comportamentos dela em relação ao tema pesquisado, principalmente por desfrutar a adolescência, etapa da vida cujo entendimento traz grandes dificuldades a nós adultos, principalmente na condição de progenitores. Acredito que esta etapa seja importante na formação de nossa personalidade.

Meu primeiro contato relativo a ações de pesquisador foi com a coordenadora pedagógica da Escola. A receptividade foi assaz motivadora. Deixou-me a vontade para que trouxesse expectativas em relação ao trabalho que seria ali desenvolvido. Creio que o fato de ter sido aluno da Escola, tal como ela, possibilitou refletirmos de forma positiva sobre a atualidade da educação formal e sobre os tensionamentos que ocorrem no cotidiano. Ao solicitar contato com docentes do Ensino Médio, sugeriu-me ela um professor atuante na disciplina de Física. Após conversar com ele e explicar minhas intenções, percebi que o mesmo dispunha de pouco tempo para as entrevistas. Por isso, solicitei à coordenadora um outro nome que tivesse maior disponibilidade. Foi quando me sugeriu a professora da

disciplina de Português, no Ensino Médio. Para o Ensino Fundamental, sugeriu-me uma docente de História e Geografia, que atua nas séries finais daquela etapa. Para definir uma docente que trabalhasse com as séries iniciais do Ensino Fundamental, tive contato inicialmente com a Irmã Eva, responsável por aquela etapa da escolarização no Colégio Espírito Santo. Após conversarmos em seu gabinete, marcou uma entrevista com a professora da disciplina de Ciências das primeiras séries, que gentilmente aceitou o convite. Desta maneira, consegui elaborar um mosaico de diferentes momentos da atuação docente nos vários níveis do Ensino Básico. Por motivos de segurança e ética em relação aos depoimentos ofertados de forma tão espontânea, procurei preservar a identidade das professoras entrevistadas. Creio que, agindo assim, deixo abertas as portas para que outros pesquisadores sejam aceitos no ambiente da Escola. Por isso, adoto nomes fictícios quando me refiro a essas docentes. Para a professora das primeiras séries do Ensino Fundamental, adoto a referência de *professora Ana*; para a professora das séries finais, adoto o nome *professora Beatriz*; e, finalmente, para a professora do Ensino Médio, a referência de *professora Clarissa*.

O Colégio Espírito Santo possui cerca de mil e duzentos alunos e um quadro docente de 85 professores, em sua maioria com especialização e alguns até com pós-graduação, em nível de mestrado. Desse contingente fazem parte as três professoras, atuando em diferentes níveis, cuja contribuição foi essencial na busca de respostas para minha pesquisa. A *professora Ana*, que atua no ensino de Ciências das séries iniciais, trouxe a experiência de seu fazer docente junto a esses alunos, e a forma possível de perceber a noção de desperdício que perpassa o espaço da Escola nessas turmas. No Ensino Fundamental, nas séries finais, a *professora Beatriz*, que ministra Geografia e História, evidenciou alguns comportamentos significativos de como a noção de desperdício é percebida por ela e pelos alunos. Finalmente, no Ensino Médio, a *professora Clarissa*, da disciplina de Português, trouxe exemplos de atitudes e hábitos que possibilitassem a observação da noção de desperdício perpassando o espaço da Escola naquelas séries. Todas trouxeram nas narrativas suas experiências à frente das turmas, enfatizando sempre a importância da atuação docente e a responsabilidade de que são investidas neste fazer. Uma delas demonstrou maior ênfase na questão da formação crítica dos alunos, outra certa preocupação com o comportamento frente ao mundo hostil da globalização e outra, ainda, se mostrou avessa a alguns modismos impostos pela tecnologia. Foram comportamentos distintos como esses, percebidos durante as narrativas, que acabaram impregnando minha pesquisa de uma significativa heterogeneidade, principalmente em relação à atuação dessas docentes e, conseqüentemente, interferindo na forma de lidar com os alunos. Tais temáticas também permearam nosso aprendizado como mestrandos em educação

na pós-graduação, seja nos seminários ocorridos semanalmente, seja no contato habitual com os colegas.

Várias metodologias de pesquisa têm sido utilizadas como forma de desenvolver o trabalho científico em educação; algumas delas, inclusive, foram tratadas com mais especificidade durante o curso. Entretanto, atento aos trabalhos apresentados pelos colegas nos seminários e às discussões e reflexões que neles sempre estiveram inseridas, procurei selecionar a metodologia que no meu entender seria a mais adequada na construção de instrumento para coleta de dados e para buscar respostas para meu problema de pesquisa. Além disso, o contato com os docentes da linha de pesquisa Currículo, Cultura e Sociedade, foi de certa forma significativo na decisão de qual caminho tomar. De todas as opções apresentadas, a entrevista semi-estruturada foi a eleita. Houve concordância que, para trazer narrativas de professoras das variadas séries, desde as séries iniciais, o Ensino Fundamental e até o Ensino Médio, entrevista semi-estruturada seria a ferramenta imprescindível numa pesquisa de teor qualitativo, onde números e quantidades pouco significado possuem. Interessam-me sim, os depoimentos sobre comportamentos, atitudes e práticas. Tal qual SILVEIRA (2002), analisei essas entrevistas como

[...] eventos discursivos complexos, forjados não só pela dupla entrevistador / entrevistado, mas também pelas imagens, representações, expectativas que circulam – de parte a parte – no momento e situação de realização das mesmas e, posteriormente, de sua escrita e análise (p. 120).

Creio que a entrevista semi-estruturada proporciona ao entrevistador um fio de conduta prodigioso na busca dos conteúdos mais relevantes, sem cercear o entrevistado/a da possibilidade de resgatar experiências próprias que possam contribuir com a pesquisa, mesmo que não estejam intrinsecamente alinhavadas com a temática. Não há como negar a questão do poder existente neste exercício, utilizando aqui o pensamento foucaultiano na forma de entendê-lo. Para exemplificar, como isso está implícito na entrevista, há de se notar que no próprio sufixo “or” de “entrevistador” está o indicativo do agente da ação, enquanto no particípio passado de “entrevistado” se pode observar quem sofre a ação. Como aborda SILVEIRA (Idem)

é inegável que a entrevista, tal como a entendemos na cultura ocidental de algumas décadas, já se estabelece sob o signo do que os analistas da conversa chamam de assimetria – a dupla nomeação entrevistador / entrevistado já aponta, em sua morfologia, para valores semânticos bastante consagrados (p. 125).

Minha ida a campo se deu nos meses de agosto a outubro de 2007, quando tive a oportunidade de entrevistar as professoras numa sala de aula previamente designada. Naquele espaço, vez por outra perturbado pelo burburinho do intervalo matinal, estabelecemos inicialmente tímidos diálogos que, aos poucos, foram se tornando profícuos pela intimidade

que a convivência proporciona com o passar do tempo. Após os primeiros trinta minutos já é notório perceber um clima de parceria e interação, de ambas as partes.

Para demonstrar que não possuo restrições e nem compactuo com posições preconceituosas em relação à tecnologia, apesar de atribuir-lhe responsabilidades no incentivo ao desperdício, reconheço seu grande auxílio em nossa tarefa de pesquisador, principalmente ao disponibilizar equipamentos facilitadores na tarefa de resgate de vozes e imagens. Lembro que há não muito tempo, para podermos gravar uma música ou a voz de um pretense entrevistado, era necessária a utilização de um gravador com fitas de rolo ou as posteriores “fitas cassete”. Utilizadas uma vez, as fitas cassetes não eram possíveis de serem “apagadas” depois. A única alternativa era sobrepor as gravações, tornando-as de qualidade inferior a cada repetição da operação. Minha ida a campo contou desta vez com equipamento minúsculo chamado MP3, um pequeno apresto que possibilita a gravação de inúmeras horas de conversa e que, depois de utilizado, seu arquivo pode ser “excluído” ou “deletado”. O MP3 era transportado no bolso de minha camisa e nunca necessitou de uma tomada de 110 ou 220 volts para perfeito funcionamento. Bastava-lhe uma pequena bateria do tipo alcalina para suportar um longo período de diálogo. Posteriormente, salvei os arquivos em meu computador e pude transformá-los em texto com muita calma e sem a preocupação de perdê-los. Portanto, esses contatos se tornaram mais facilitados pela ajuda dessas novidades tecnológicas. É evidente que, mesmo que dispondo desse equipamento ‘quase secreto’ todas as gravações de entrevistas foram feitas devidamente autorizadas pelos entrevistadores, que acederam em que usasse seus depoimentos na minha dissertação. Para que não houvesse constrangimentos, ou cerceamento de resposta, garanti que preservaria a identidade dos mesmos, por isso uso nomes fictícios nos depoimentos.

A oportunidade destes contatos representou também para mim uma experiência até então inédita. Foi possível observar nas narrativas, o quanto a relação professora-aluno está impregnada de significados. Estes significados são ferramentas que modificam constantemente a realidade de cada um, tanto docente quanto aluno. E o diálogo é parte desse arcabouço de ação e reflexão humanas. FREIRE (2005) observa que a existência humana não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens e mulheres transformam o mundo. Para ele, “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (p. 90). Uma das professoras entrevistadas relatou a existência de diferenças entre o dia em que mantém contato com os alunos e aqueles do final de semana, quando está na convivência com seus familiares. Segundo ela, nos dias em que não ministra aulas, “parece estar faltando alguma

coisa, há uma espécie de vazio”, e que só é preenchido quando a semana é retomada. Desta forma, percebe-se uma cumplicidade confessa com o ato de ensinar naquela professora, embora entenda que o convívio familiar deva ser um momento pleno de satisfação por parte de quem está envolvida em educação.

Aliás, na tarefa de pesquisador, muitas vezes somos acometidos por certos preconceitos que podem distorcer o sentido da pesquisa a ser realizada. Por isso, todo o cuidado é pouco e creio que devemos nos pautar pela experiência de outros que já trilharam esses caminhos, como uma colega que recentemente teve sua tese de doutorado aprovada com louvor nesta instituição. Lembro de ela ter confessado a nós, em um dos seminários, o quanto foi acometida de preconceitos ao realizar sua pesquisa de campo. Destaco aqui sua coragem ao admitir uma não tão significativa valorização com que inúmeras vezes vislumbrou o espaço rural onde habitavam seus ascendentes, ambiente de sua pesquisa. Para explicar essa visão distorcida, a autora se apossa da teoria dos *espaços vazios* de BAUMAN (2001), onde ele admite haver uma admirável impregnação de significados. Ou seja, estes espaços não são vazios por falta de significado; é porque não têm significado que são vistos como vazios. Para ele

Nesses lugares que resistem ao significado, a questão de negociar diferenças nunca surge: não há com quem negociá-la. O modo como os espaços vazios lidam com a diferença é radical numa medida que outros tipos de lugares projetados para repelir ou atenuar o impacto de estranhos não podem acompanhar (p. 120).

[...]

O vazio do lugar está no olho de quem vê e nas pernas ou rodas de quem anda. Vazios são os lugares em que não se entra e onde se sentiria perdido e vulnerável, surpreendido e um tanto atemorizado pela presença de humanos (BAUMAN, 2001, p. 122).

Nossa colega então justificou que, no seu caso, essa visão pode ser explicada pela utilização dos óculos urbanos para contemplar as culturas rurais e seus saberes.

Ao iniciar as entrevistas com as professoras, pude observar a preponderância de uma preocupação generalizada com o conteúdo das perguntas que ali iriam surgir. Como entrevistador e entrevistado, colocamo-nos em posição de defesa até que houvesse certa informalidade que proporcionasse um tom mais ameno nesta relação. Para tanto, me utilizei de metodologia idêntica àquela relatada por SYMANSKI (2004), quando descreve a importância de uma determinada formalidade no contato inicial, onde o entrevistador se apresenta ao entrevistado, fornecendo-lhe dados de sua pessoa, instituição de origem e tema de pesquisa. Consoante à metodologia da autora, solicitei às professoras a permissão para gravar as entrevistas e assegurei-lhes o anonimato, o acesso às gravações e às análises, bem como fazerem as perguntas que desejassem. Ainda dentro da perspectiva metodológica citada por SYMANSKI (Idem, p.24), durante a condução das entrevistas, realizei o que ela

denomina de “aquecimento”, possibilitando a partir daí um clima mais informal na narrativa de suas experiências. Para que pudesse obter um aprofundamento do conhecimento mútuo, solicitei que falassem sobre sua concepção de educação e sobre o papel da escola na relação com os educandos.

A maior dificuldade sem dúvida é conseguir sucesso na entrevista com relação à elaboração da questão desencadeadora (SYMANSKY, 2004, p.27). Para tanto é necessário ter bem claros os objetivos da pesquisa. Como a intenção era entender de que forma a noção de desperdício perpassa o espaço da Escola na visão dos docentes, foi indispensável escutar das entrevistadas inicialmente a elaboração de um conceito de desperdício. E nesta empreitada foi possível notar que as preocupações são diversas. Posteriormente, foi necessário verificar quais procedimentos as mesmas utilizavam para identificar esta noção no espaço da Escola. Utilizei a partícula “qual” orientando a resposta, como sugere SYMANSKI (p.33). Por isso, antes de introduzir a questão principal relacionada ao desperdício, busquei analisar como as professoras de diferentes etapas do ensino percebem o envolvimento da Escola e do docente no processo ensino-aprendizagem. A partir desse momento, notei que a elaboração da questão desencadeadora fruiu de maneira mais direta, permitindo que as entrevistadas, agora de posse dos preceitos básicos da temática e de sua relação com a Escola, entendessem o ponto central de meu problema de pesquisa e a ele convergissem. É isso que SYMANSKI (Ibidem) entende por entrevista reflexiva, ou seja,

o primeiro cuidado na entrevista reflexiva está na elaboração da questão a ser dirigida ao participante, pois proposta de forma correta, a resposta trará insumos para a pesquisa que se está realizando. Compreendida a questão desencadeadora, é importante deixar o entrevistado discorrer livremente, mesmo que se afaste do tema proposto, bem como verificar os entrelaçamentos entre as várias facetas do fenômeno estudado (p.34 e 35).

Mesmo assim notei certa dificuldade das docentes em relatar suas experiências relacionadas à noção do desperdício, pois quase sempre trouxeram a realidade da cultura do consumo por parte dos alunos. Evidentemente, relacionando este comportamento ao da noção de desperdício. Isso muitas vezes exigiu de mim um grande esforço, a neutralidade como entrevistador. E essa preocupação de mantermo-nos neutros durante as entrevistas, nos torna ansiosos quando as respostas vão sendo elaboradas por parte do entrevistado, tendo em vista termos um maior envolvimento com a temática há bem mais tempo. Observando este comportamento pude lembrar o que trata GARCIA (2003) em relação ao sujeito da pesquisa.

Fomos todos ensinados, na considerada importante disciplina Metodologia da Pesquisa, que o sujeito da pesquisa há que manter a indispensável neutralidade, de modo a não contaminar os resultados de sua pesquisa. E que o outro da pesquisa é o objeto, do qual deveríamos manter uma distância prudente, a fim de garantir a objetividade na relação sujeito-objeto. Apesar da mecânica quântica ter “descoberto” que o olhar do sujeito que observa pode influir no observado e que o elétron pode aparecer como uma partícula numa ocasião e como uma onda em outra (p. 197).

Inicialmente me dispunha a completar a frase impondo uma expressão de meu vocabulário. Posteriormente, fui percebendo o quanto eu estava interferindo e, muitas vezes, conduzindo a reflexão tão imprescindível das entrevistadas.

Cumprida a etapa das entrevistas, a fase posterior foi a análise de dados das entrevistas. “Este desvelamento do oculto, do não-aparente, o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem” (BARDIN, 1995, p.9, apud SYMANSKY, 2004), talvez seja um dos pontos mais instigantes da pesquisa, pois fornece novas interpretações a cada leitura e a cada escuta. O contato com as entrevistas suscita sempre um sentimento de maiores possibilidades, de outras provocações. Por isso, realizei várias idas e vindas às gravações das entrevistas e também ao resgate escrito que trazia guardado em meus arquivos.

Na concepção de MINAYO (1996), há três grandes tendências que orientam a análise de dados qualitativos: a análise de conteúdo, a análise de discurso e a hermenêutica dialética. Para a autora, as duas primeiras desenvolveram técnicas elaboradas de tratamento de dados, diferentemente da hermenêutica que, por sua definição, indica um “caminho de pensamento” orientador para a compreensão da comunicação contida no texto, uma comunicação escrita quando se trata de entrevistas. GADAMER apud MINAYO (1996), conceitua hermenêutica como “a busca de compreensão de sentido que se dá na comunicação entre os seres humanos”, destacando as condições de vida, situadas social e historicamente. Desta forma, procurei analisar as entrevistas realizadas, primeiramente observando as questões de conteúdo e discurso. Do ponto de vista hermenêutico, diferenciações puderam ser sentidas nas narrativas elaboradas por cada uma das entrevistadas. Essas diferenciações notadas também serão relatadas com maior propriedade neste capítulo, onde estarei tratando da análise de dados das entrevistas e das experiências trazidas pelas docentes nos diferentes níveis da Escola.

## **2.2 Sobre a formação e atuação docente e sua identificação com a Educação Ambiental**

Num primeiro momento procurei identificar a formação de cada uma das docentes, e de como se dá a atuação delas no processo ensino aprendizagem nos níveis distintos onde estão envolvidas. Busquei também uma correlação entre esses dois aspectos e a Educação Ambiental professada no cotidiano da sala de aula. Essa identificação foi, na verdade, uma

tentativa de observar coerência entre as questões ambientais desenvolvidas e a configuração pedagógica utilizada para introduzir a noção de desperdício, sensibilizando os alunos.

A *professora Ana*<sup>40</sup>, que atua nas séries iniciais do Ensino Fundamental é Licenciada em Pedagogia pela PUC do Rio Grande do Sul e já atuou em colégios como o Bom Conselho e Sagrada Família, ambos na capital. Posteriormente, veio residir em Canoas, próximo ao Colégio Espírito Santo. Ao saber de uma oportunidade na Escola, enviou um currículo e foi chamada para atuar nas primeiras séries do Ensino Fundamental, onde está há cerca de um ano. Trabalha com os alunos na faixa etária de seis a oito anos. Uma inquietação percebida nas narrativas da *professora Ana* foi a necessidade de contínua atualização por parte do docente, evitando a superação frente à realidade atual, onde os alunos estão em contato direto com instrumentos tecnológicos avançados.

Ao descrever sua atuação relativa às questões ambientais, inicialmente a *professora Ana* relatou trabalhar de forma transversal, ou seja, aproveitando datas comemorativas como o Dia da Árvore, o Dia do Meio Ambiente, Dia da Água etc. Segundo ela, as datas comemorativas são úteis para trabalhar a conscientização dos alunos, enfatizando a importância do cuidado com os recursos naturais e o meio ambiente. O Dia da Árvore, por exemplo, oportuniza trazer aos alunos a importância do uso racional do papel e das necessidades de reflorestamento para a produção da celulose, fonte primária na produção daquele bem. Como tarefa prática, esse dia também favorece a conscientização no tocante ao plantio de espécies nativas. O Dia do Meio Ambiente pode ser utilizado para leitura de documentos específicos de conscientização, tais como a Carta da Terra ou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, destacando aspectos ambientais ali existentes. O Dia da Água também pode ser utilizado para uma visita ao sistema de tratamento e distribuição de água existente no município, problematizando a necessidade do uso racional deste recurso, em virtude de sua evolutiva e ameaçadora escassez.

Dentre as recentes lembranças de atuação relativa às questões ambientais, uma que veio à mente da *professora Ana* foi o trabalho realizado em parceria com uma aluna da UFGRS, envolvendo a separação do lixo. Sobre este trabalho diz ela que

*...ajudou aos alunos lembrarem os conceitos dos tipos de lixo. Até reforçou bastante porque as Irmãs colocaram as lixeiras próprias para a separação do lixo, o que antes não existia. Porque para as primeiras séries do Ensino Fundamental é muito importante as lixeiras com cores. Porque eles fazem associação do tipo de lixo com as cores.*

Nota-se então que a *professora Ana* atribuiu valor à contribuição que adentrou o espaço da Escola, demonstrando estar aberta a interferências externas no currículo formal

<sup>40</sup> Este como os demais nomes das entrevistadas são fictícios.

constituído e, concorrendo assim, para uma maior diversidade de conteúdos. Este comportamento se configura com o pensamento de CHASSOT (2003), quando ressalta a necessidade de professores e professoras de disciplinas científicas migrarem do esoterismo para o exoterismo, fazendo com que se ampliem as possibilidades de acesso à Ciência (p. 41). Ou seja, para ele, devem os educadores adotar uma postura menos hermética e enclausurada na abordagem de suas disciplinas, em favor de outra mais interativa e mais democrática, ou exotérica.

Numa outra situação vivenciada em sala de aula sobre a questão da separação do lixo, a *professora Ana* destacou o quanto ela crê que o reforço constante auxilia na criação de uma consciência ecológica por parte dos alunos.

*Em sala de aula não há as cores de lixo. Mas, ali eu escrevo. Mas, já rasgou o papel e a escrita está apagada. Então, por isso, que eles estão toda a hora me perguntando. E então eu reforço a eles: “Mas vocês não sabem ainda?”. Então parece que eles precisam de um reforço constantemente. Quando eu não estou em sala de aula para dizer-lhes onde pôr o lixo, então eles ficam perguntando para os colegas. Eu percebo que nesta idade há uma necessidade constante de reforço.*

Embora inicialmente possa se considerar plausível a atitude da *professora Ana* em reforçar aos alunos os lugares onde depositar corretamente o lixo, tenho a impressão, baseado em CHASSOT (Idem), de que aqui predomina uma forma de ensino onde os adquiridores se tornam dominados e domesticados, demonstrando total dependência do reforço docente. O autor acredita em outras alternativas em nosso ser educador, onde através da educação, alunos e alunas tornem-se capazes de compreender a realidade em que estão inseridos e modificá-la na busca de transformações, tornando-se desta forma mais independentes. Talvez essa alternativa possa também ser evidenciada na educação ambiental, adotada para alunos das séries iniciais onde trabalha a docente.

A *professora Beatriz*, das séries finais do Ensino Fundamental, iniciou sua trajetória acadêmica na UFRGS, cursando Ciências Sociais. Posteriormente, antes do término do curso, necessitou transferir-se para Canoas, principalmente pela dificuldade dos horários da instituição federal e por estar em período de gestação. Então, resolveu trocar de curso, passando a frequentar o curso de Estudos Sociais no Unilasalle. Licenciou-se em História e Geografia e atua hoje das quintas às oitavas séries no Ensino Fundamental. Relata que, em sua atuação docente, a maior preocupação é elevar a auto-estima dos alunos, da mesma forma que o exemplo citado durante a entrevista.

*Eu às vezes me questiono se estou fazendo corretamente o meu trabalho. Então eu procuro também fazer outras leituras. Houve um aluno da quinta série que no início do ano me chamou a atenção. Eu sempre gosto de perguntar como eles vão, se está tudo bem. Eu gosto muito de ver também o outro lado. Porque o aluno não é só aquela realidade ali. Eu vejo que eles precisam disso. Me desperta muito a atenção da pessoa pelo lado humano. Já é da minha própria personalidade. Eu toquei neste aluno e senti ele bastante reativo. Ele não aceitou que eu o tocasse. Aí eu fui pra casa e fiquei pensando: Essa ovelhinha aí eu vou ter que resgatar!*

*Aí eu não desisti, fui indo, fui chegando!!! Hoje é totalmente diferente, porque ele sai da aula e vem bater em mim. Ou seja, eu consegui conquistar aquele aluno. No dia dos professores eu ganhei um presente dele e a avó dele esteve na Escola falando que ele gosta muito da minha disciplina. Ele disse pra avó que nem precisa estudar História e Geografia, porque ele gosta tanto que presta atenção e, por isso, não precisa estudar. Neste sentido, eu me sinto hoje vitoriosa.*

Ela ainda destaca que ao longo do tempo desenvolveu a habilidade de trabalhar a leitura, onde procura ampliar o espírito crítico e resgatar a autoconfiança dos seus alunos.

*Desde que eu comecei a ensinar na quinta série eu utilizo a leitura. É uma coisa que aconteceu no começo com eles, com alunos de doze e treze anos. Eu os incentivo a ler. Talvez pela história minha do desejo de ser inicialmente jornalista. Eu noto a diferença, quando lá pelo meio do ano eles estão lendo melhor, mais alto.*

Mas a *professora Beatriz* salientou também que nem sempre os momentos são plenos de sucesso. Muitas vezes, há necessidade de intervenções indispensáveis para evitar a ocorrência de discriminações ou o afloramento de preconceitos. Ela reconhece a possibilidade de falhas na atuação docente, evidenciando que procura capitalizá-los sob a forma de ensinamentos para toda a turma.

*Às vezes a gente passa por algumas dificuldades. Mas, se você reconhecer que é passível de erros e tentar te corrigir, é interessante. Mas, se eu errei em algum momento, eu quero que me digam, que me falem. Jamais vou me sentir desprezada se eu for chamada a atenção por ter falado alguma coisa indevidamente. Então, é assim. Eles notam que se a professora pediu desculpas, ela também posso estar errada e deve pedir desculpas. Então, num problema com colega ele pode pedir desculpas também.*

Das três entrevistadas, a *professora Beatriz* demonstrou ser quem mais trabalha na construção de currículos que podemos designar, tal como entende CHASSOT (2003), ilegais, pois a maioria de suas narrativas está impregnada de novidades que traz constantemente para a sala de aula. Ela dá evidências de não privilegiar aqueles conteúdos definidos como indispensáveis, e que, certamente, estão identificados com a manutenção de grupos dominantes. Ao exemplificar com o uso de filmes e textos extraídos de variadas fontes, utilizados em sala de aula, a docente demonstra não se deixar engessar pela obsolescência de certos currículos.

Com relação à Educação Ambiental, a *professora Beatriz* se utiliza dos conteúdos de História e Geografia como uma forma de chamar a atenção de seus alunos.

*Eu procuro falar com eles a respeito desta questão. Na própria área da Geografia, a gente trabalha. Eu pego às vezes a História do Brasil Colonial e o que estava acontecendo lá e faço uma ponte com eles: “Olha o que está acontecendo hoje!”. A própria questão da Mata Atlântica, da Floresta Amazônica.*

O uso de instrumentos como filmes temáticos também é uma forma de facilitar o entendimento das questões ambientais e das relações interpessoais em suas aulas.

*Eu dou aula para a oitava da tarde. Uma coisa que me chamou a atenção quando eu acabei de passar o filme “Hotel Ruanda”, os alunos bateram palmas. Ou seja, eles gostaram. Eu trabalhava a questão do “Apartheid” e não consegui passar em um período. Necessitei dois períodos. Eles ficaram impressionados com o filme. Eu saí muito contente. Ou seja, não era passar um filme para desperdiçar tempo, mas passar o filme a respeito do tema e trabalhar em cima disso. Claro, primeiro eu analiso o filme em casa. Eu sento e analiso.*

CHASSOT (2003) adverte para o presenteísmo<sup>41</sup> de que nossos adolescentes comumente são acometidos na realidade atual, onde alguns tardiamente se dão conta da riqueza dos saberes detidos pelos mais velhos. Destaca que há necessidade de um diálogo de gerações, tendo em vista estes saberes correrem o risco iminente de extinção. O mesmo autor reconhece que nosso ensino é a-histórico<sup>42</sup> e que “são poucos os professores que estão preocupados em buscar um ensino mais histórico para fazer a transmissão dos diferentes conhecimentos (CHASSOT, 2006, p. 273)”. Vê ele “na História um grande fio condutor para se buscar diminuir as barreiras artificiais que construímos e que fazem uma – não desejável – segmentação dos conteúdos” (p. 273). Neste aspecto, percebe-se que a atuação docente da *professora Beatriz* demonstra preocupação com a História como elemento de transmissão de conhecimentos.

Segundo a *professora Clarissa*, sua formação tem muito a ver com sua história de vida, pois confessou que desde criança teve um grande desejo de atuar como educadora. Diz trazer as marcas de sua professora de Português do Ensino Primário. Estudou no Colégio Cristo Redentor de Canoas, depois fez o Magistério no Colégio La Salle, entre 1983 e 1986. Possui Licenciatura Plena em Letras, cursada no Unilasalle, com especialização em Leitura e Produção Textual na mesma instituição. Por ser professora de Português acredita possuir mais facilidade em relação à abordagem das questões ambientais do que, por exemplo, uma docente de Matemática. A utilização de textos na disciplina de Português lhe proporciona mais condições de um enfoque adequado ao tema. Gosta de realizar abordagens relativas ao uso racional da água, e disto destaca que muitas vezes as pessoas se esquecem.

*É interessante passar para eles esta visão. É como tu falaste antes da água. Tem lugares onde ela está faltando. No próprio Brasil e em outros lugares. Há necessidade de se comentar que a água vai ser um recurso mais valioso que o próprio petróleo. Sempre é bom um alerta. Mas é que esse alerta é às vezes colocado e depois esquecido. Então, eu vejo que o ser humano é muito esquecido e tem que estar sempre lembrando: “Oh! Temos que fazer dessa maneira para que depois não nos prejudiquemos futuramente”. E já estão sendo prejudicados.*

<sup>41</sup> Chassot (2003) conceitua o presenteísmo como “a vinculação exclusiva ao presente, sem enraizamento com o passado e sem perspectivas para o futuro” (p. 70).

<sup>42</sup> Mesmo que a grafia correta seja *aistórico* ou *anistórico* Chassot opta pela grafia não dicionarizada *a-histórico* na acepção de ‘Contrário à História’, ‘alheio à História’, ‘não histórico’ ou ‘anti-histórico’.

Com relação à sua atuação e das características da Escola, a *professora Clarissa* refere que no Colégio Espírito Santo a Campanha da Fraternidade é utilizada dentro do currículo como tema transversal, impregnando todos os conteúdos. Isto ocorre, segundo ela, em função de Escola ter como mantenedora uma ordem religiosa ligada à Igreja Católica. Relativamente à temática ambiental, ela demonstra certo pessimismo, principalmente quanto à conscientização. Afirma que “conscientizar é uma palavra bonita; todo mundo fala, mas na hora, na prática, é difícil”. Como exemplo da dificuldade por ela enfrentada na conscientização de alunos, trouxe o relato das comemorações do último dia de aula das oitavas do Ensino Fundamental e do terceiro ano do Ensino Médio. No último dia de aula dessas turmas, os alunos realizam um banho de farinha e ovos crus para celebrar o término daquela etapa. Do ponto de vista da professora são desperdiçados vários quilos de farinha e algumas dúzias de ovos e, embora tenham a atenção chamada por causa disso, a maioria sequer demonstra qualquer preocupação.

### 2.3 Sobre o papel de educadores e da Escola no processo educativo

Outra etapa importante nas entrevistas realizadas foi obter a apreciação das educadoras em relação à importância e ao papel de professores e da Escola no processo educativo. Observa-se que, na maioria das vezes, é ressaltada a responsabilidade que ambos possuem na condução desse processo, principalmente na preocupação demonstrada com o resultado final.

Para a *professora Ana*, na idade inicial o principal atributo da Escola é a introdução de conceitos elementares de organização e do desenvolvimento da concentração.

*Eu acho que é o início. Inicia o ano e os alunos vêm para cá. Eles acabam aprendendo a se organizar aqui na Escola. Aqui aprendem a se concentrar, adquirir cultura e principalmente valores.*

Para ela, a grande preocupação é desenvolver a criança dentro de um trabalho consciente e de importância para a comunidade. Pelo menos foi o que se pôde apreender desta narrativa.

*É uma grande responsabilidade, tanto em relação aos pequenos quanto aos grandes. Você lida com várias famílias, com vários conceitos de família. E o professor tem a responsabilidade de desenvolver essa criança dentro das melhores condições. Não sei se ficou bem claro. Então o professor tem que querer o melhor, ter uma visão de trabalho consciente. Tem que ter uma consciência bem clara a respeito disso, para fazer um bom trabalho e que seja bom para a comunidade enfim.*

Ainda sobre o papel do professor no processo de aprendizagem, a *professora Ana* acredita que muitas vezes “isso representa uma gota no oceano, mas tem a certeza de que alguma coisa frutifica. A gente conquista muitas vezes pelo afeto. Eles gostam da professora e

isso às vezes facilita”. Cabe aqui refletir sobre a contribuição que pode ser dada por cada um de nós, educadores e educadoras, em relação ao aprendizado de nossos alunos. É isso que CHASSOT (2003) adverte, dizendo que

Há alternativas. Devemos buscar a nossa parte, como homens e mulheres que encontram na Educação Ambiental o seu mister. [...] Mas, se fizermos cada um a sua parte, há possibilidades que algo maior e melhor se realize. Não quero parecer um visionário, mas há desafios curriculares que compete a nós realizarmos. Estes podem / devem acontecer em um mundo que está muito próximo (p. 52).

Na narrativa trazida pela *professora Ana* em sua entrevista foi notória a preocupação relativa à interferência dos pais quanto ao comportamento da Escola no trato com as questões disciplinares. Analisando a exigência dos pais em relação à Escola, ela destaca o posicionamento de cada um dentro do processo.

*Eu acho que ela (a Escola) é mais flexível e por conseqüência é mais influenciável. A Escola não quer ser rígida, mas quando há conflito com os pais nota-se uma diferença no tratamento das questões. Nossa Escola tem como matéria prima a disciplina. Ela se organiza para isso, mas é próprio do adolescente não ouvir muito. Mesmo assim, os pais buscam a Escola por causa disso. Mas os pais também deixam suas responsabilidades e querem que a Escola assuma este papel educador de forma total.*

Aqui se pode entender, na visão da *professora Ana*, que a Escola adota muitas vezes um posicionamento de atendimento às expectativas do cliente, tal qual se pode observar em qualquer empresa da iniciativa privada. Muito mais do que uma educação reflexiva, norteadada pela adoção de preceitos capazes de construir valores sociais, a Escola muitas vezes mantém a preocupação em não perder potenciais clientes e, dentro dessa ótica, é capaz de reestruturar seu regimento para atender as necessidades de mercado. SACRISTÁN (2001), ao analisar o imbricamento das políticas neoliberais e da política educacional, sustenta que aquelas políticas, amparadas pelo mercado globalizado, projetaram o economicismo, onde se apóiam para definir os critérios relativos à qualidade da educação. Ao deslocarem a política educacional da incumbência do Estado para as decisões privadas “desvalorizaram o sistema educativo como fator de integração e inclusão social, em favor do incremento da iniciativa privada, da ideologia que busca um maior acoplamento do sistema escolar [...] ao mundo do trabalho e às necessidades da produtividade econômica, apoiando-se e acentuando as desigualdades sociais (p. 64)”. CHASSOT também traz críticas ao uso do ensino como mercadoria, mostrando o quanto a revolução da informação impactou sobremaneira a Escola. Nesse sentido, observa ele que a Escola foi

...marcada durante gerações por uma artesanania que a fez conservadora, mas que não resistiu ao impacto da nova disponibilização da informação. Isso decretou a inutilidade – escolhi cuidadosamente esta palavra – do professor informador – refiro-me àquela ou àquele que se gratifica com ser transmissor de conteúdo – está superado. Ele é um sério candidato ao desemprego ou será aproveitado pelo sistema para continuar fazendo algo (in)útil nesta tendência neoliberal de transformar o ensino (não a Educação) em uma mercadoria para fazer clientes satisfeitos, como apregoam os adeptos da Qualidade Total (CHASSOT, 2003, p. 54).

Para a *professora Beatriz*, o professor possui papel de conciliador na tarefa de estabelecer um bom relacionamento entre as mais variadas origens. E isto parece ocorrer, segundo ela, principalmente na fase intermediária entre a infância e a adolescência, onde os alunos freqüentam a quinta série. Afirma ela que

*Às vezes o aluno sai de uma Escola Pública no interior e vem para uma Escola particular na Capital, muda a realidade, mudam os colegas. Então, quando você está num meio que não conhece muito... [Silêncio] Principalmente nesta fase da quinta série, onde você nota que eles querem demonstrar que já são adolescentes, mas ainda possuem atitudes de criança. Olha! Você tem que ter um jogo de cintura bem grande.*

Relativamente ao papel da Escola e do educador, a *professora Beatriz* supõe que haja a necessidade de uma integração entre todos os elementos que constituem o processo de aprendizagem, evitando que ele se transforme numa mera transmissão de conhecimentos.

*Eu acho que o papel da Escola é muito importante, mas depende muito do professor. Porque o aluno passa muito tempo na Escola. Por exemplo, a minha filha que está no Ensino Médio. Às vezes ela tem aulas de manhã, às vezes de tarde, ou vai pro Inglês, etc. Assim eu creio que a Escola é importante, mas nós professores temos que ver também isso. Eu por exemplo, não vou ali na Sala só pra passar o conhecimento. Eu sempre prefiro ver no geral. São cinqüenta minutos em sala de aula, mas tu tens a oportunidade de chegar e falar com o aluno. Difícilmente você me verá sentada em sala de aula. Eu gosto muito de ficar circulando. Eu tenho a mania de ficar perguntando: E aí, tudo bem? E eu sinto que eles gostam.*

A preocupação trazida pela *professora Beatriz* parece pertinente se analisarmos o quanto a globalização transformou o espaço da sala de aula, ocasionando uma inversão no fluxo de conhecimentos, onde o sentido anterior da Escola para a comunidade foi modificado, com o mundo exterior invadindo a Escola. E nessa lógica da disseminação de informações privilegiadas tendo a Escola como pólo de disseminação, a invasão do tempo internético trouxe uma enorme quantidade de lixo à disposição do ensino. Cabe então à Escola, como uma de suas principais funções, na visão de CHASSOT (2006), o papel de selecionar esses conteúdos. Sobre isso, destaca ele que não imagina a Escola como uma censora ou, até mesmo, fazendo-se cerceadora da informação, mas que talvez ela encontre brilhantes a serem lapidados e valorizados, numa artesanaria que a distingue, sendo uma verdadeira lapidadora.

O papel da Escola também é observado pela *professora Clarissa*, ao salientar as dificuldades enfrentadas pela Escola Pública, principalmente aquelas relacionadas aos colegas de magistério. Inicia sua resposta em relação à importância do professor e da Escola no processo educativo, expondo uma visão bastante pessimista da relação professor aluno naquela realidade. Destaca a precariedade existente em certas Escolas, e enfatiza que muitas vezes ao governo é conveniente não investir em educação, facilitando a forma de administrar uma sociedade inculta. Diz ela que

*...a Educação é importante para todos. Para qualquer governo, quanto menos educação melhor de administrar. Eu acho que educação deveria ser para todos. Se você for ver a educação hoje em dia, ela é muito precária. Não de maneira geral, mas se a gente for ver a escola estadual. No município até que nem tanto. Raras exceções têm escolas que conseguem ser boas. Eu fico sabendo cada coisa de professores do governo do Estado que.....(silêncio) que é difícil entender, puxa vida! Temos objetivos de passar conhecimento aos alunos. Tem aquela linha reta, correta! O que faz com que haja desvios deste caminho?*

Ela entende que um dos papéis de destaque da Escola é a formação de cidadãos coerentes e conscientes, que valorizem aquilo que fazem em prol da sociedade. Relativamente ao papel do educador, a *professora Clarissa* crê na necessidade de uma interligação entre professora e Escola, para que seja possível sensibilizar os alunos no desenvolvimento de uma consciência crítica.

*Se a Escola quer formar cidadãos, o professor tem que mostrar o caminho. Ele tem que incutir no seu aluno essa consciência crítica para que ele se sensibilize. Eu vejo assim, que professor não é só ensinar, mas conscientizar e passar outros valores ao aluno. Por exemplo, eu sou professora de Português. Se eu não mostrar para os alunos que gosto de ler, fica difícil. Se eu não ler com eles ou mostrar que eu já li tal livro e emitir uma opinião ... (Silêncio e olhar interrogativo). E, muitas vezes, eu recomendo alguns livros que eles podem ler.*

Com relação ao papel do professor no processo educativo, a *professora Clarissa* ressalta sua atuação como uma formadora de opinião, quando se posiciona em relação a certos assuntos. Segundo ela, a pergunta que sempre surge, e demonstra o quanto eles necessitam de uma posição é: “O que a senhora acha professora?”

Retomando novamente o papel da Escola no processo educativo, ela refere que muitas vezes a Escola realiza alterações em seu currículo visando a conquista de mais alunos no mercado. Nesse aspecto ressalta que

*Um dos pontos que aparece bastante é o currículo dentro da Escola. Ou seja, se nós continuarmos na mesmice e as outras nós vemos que estão se sobressaindo... (Silêncio e olhar indagador) Ou seja, até a própria concorrência faz com que a gente mude ou modifique o currículo para chamar a atenção, para tornar a Escola no âmbito do município, mais conhecida. Se nós formos ver há tempo atrás, se alguns perguntassem onde ficava o Colégio Espírito Santo, poucos sabiam. Então, a concorrência faz com que nosso colégio tenha um posicionamento de mudança. Se torne uma Escola de referência.*

Aqui mais uma vez quero retomar a importância de observar o ensino como mercadoria, na concepção da política neoliberal já trazida neste capítulo e adotada por alguns autores. Diferentemente da forma como analisei anteriormente, permito-me agora relativizar este conceito com a cultura do consumo ou da insatisfação permanente, tal como observado por BAUMAN (2007a). E isso parece se aplicar também ao ensino, se observarmos o relatado pela *professora Clarissa* no fragmento acima. Analisando os consumidores na sociedade líquido-moderna, Zygmunt BAUMAN destaca que a sociedade de consumo tem por base a premissa de satisfazer os desejos humanos como nenhuma sociedade no passado realizou ou sonhou realizar, e que essa promessa só permanece sedutora se o desejo continuar irrealizado.

Ou seja, o estabelecimento de alvos fáceis ou a facilidade de acesso a bens adequados poderia significar a morte anunciada da sociedade de consumo (p. 106). Por isso, destaca ele que para que haja continuidade na busca de realização e para que novas promessas se tornem atraentes e cativantes,

...as promessas já feitas precisam ser quebradas, e as esperanças de realizá-las, frustradas. Um mar de hipocrisia se estendendo das crenças populares às realidades da vida dos consumidores é condição *sine qua non* para que uma sociedade de consumidores funcione apropriadamente. Toda a promessa deve ser enganosa, ou pelo menos exagerada, para que a busca continue. Sem a repetida frustração dos desejos, a demanda pelo consumo se esvaziaria rapidamente, e a economia voltada para o consumidor perderia o gás (BAUMAN, 2007a, p. 108).

Uma elevada oferta de promissões parece também fazer parte dos períodos de matrículas nas escolas. Neste íterim é possível perceber promessas como “a escola que mais têm aprovado no vestibular da Universidade tal”, “nossa escola possui docentes com formação acadêmica em nível de pós-graduação” ou “formamos profissionais de qualidade para o mercado de trabalho”. Todas essas qualificações tão propaladas pelas escolas parecem possuir íntima relação com o que BAUMAN define como a sociedade do excesso e da fartura, ou da redundância e do lixo farto. Afirma ele que

Hoje em dia, o conhecimento precisa ser constantemente renovado, as próprias profissões precisam mudar; do contrario, todo o esforço para ganhar a vida vai dar em nada. Em outras palavras, o impetuoso crescimento do novo conhecimento e o não menos rápido envelhecimento do conhecimento prévio se combinam para produzir ignorância humana em grande escala e para reabastecer continuamente, talvez até ampliar, o estoque (BAUMAN, 2007a, p. 156).

Portanto, é possível observar o quanto o ensino também pode ser marcado por um comportamento pós-moderno de uma sociedade de consumo voltada para a renovação constante de promessas, tal como apregoa BAUMAN (Idem). E a adequação a essa realidade parece tornar-se uma necessidade à qual a Escola acaba se rendendo por conseqüência; pois como a própria docente destacou, as mudanças se fazem necessárias para competir com a concorrência.

## **2.4 Sobre a visão docente da noção de desperdício**

Dentro das entrevistas realizadas procurei trabalhar alguns conceitos essenciais para que fosse possível uma maior interação entre entrevistador e entrevistado; ou seja, tornar mais conhecido o espaço de onde cada um fala. Ao instigar cada uma das entrevistadas a fornecerem uma noção de desperdício, foi possível observar tendências diferentes no entendimento da questão.

A *professora Beatriz* enfatizou o desperdício sob o ponto de vista da atuação profissional. Dentro da narrativa há que destacar uma preocupação acentuada da mesma com a atuação docente, no sentido de que os alunos “entendam a matéria” e que, ao mesmo tempo, o conteúdo ministrado se torne interessante. Para ela

*É um desperdício a pessoa estar num lugar fazendo o que ela não gosta. [...] E é tão triste você ouvir uma pessoa reclamando daquilo que faz. Que não gosta daquilo que faz. Eu acho isso aí um grande desperdício. É complicado? É! Porque nós lidamos com pessoas. Você tem que, além de fazer o aluno entender a matéria, também gostar daquela matéria. E muitas vezes eles associam, principalmente na quinta e sexta série, o professor com a matéria. E é tão triste você ouvir uma pessoa reclamando daquilo que faz. Que não gosta daquilo que faz. Eu acho isso aí um grande desperdício.*

Em outra etapa da entrevista, a *professora Beatriz* mostrou preocupação com o desperdício de papel, quando destacou exemplo ocorrido em sala de aula. Mais adiante ela trouxe o desperdício de alimentos como fator de preocupação e bastante significativo no seu cotidiano.

*O que me chama a atenção às vezes em sala de aula é em relação às folhas de caderno. Tu vês aquele aluno arrancando aquela folha, simplesmente para fazer uma bola de papel, ou então aquele aluno que gosta de estar desfilando. Ele vai até a lixeira e faz a ponta do lápis. Isto é um desperdício! Muitas vezes as pessoas não param para pensar. Por que eu vou comprar um monte de frutas numa semana, se naquela semana eu só vou comer uma laranja e uma maçã? Ah! Mas eu vejo um abacaxi no supermercado e levo para casa. Isso aí foi uma coisa que eu também comecei a trabalhar em casa. Eu fazia isso, sabe? Então tu estás estragando a fruta. Então, hoje eu faço assim. Nesta semana vamos comprar abacaxi e maçã. Semana que vem, eu falo pra o meu marido, a gente muda. Ou então, se eu vou fazer uma salada de frutas, tudo bem.*

Já a *professora Ana*, ao elaborar um conceito de desperdício, trouxe uma visão utilitarista do mesmo. Disse ela

*Eu creio que é uma coisa que você está perdendo e que você poderia estar utilizando para você, para teu próximo. Construir alguma coisa boa. Porque às vezes as pessoas têm uma coisa, não estão usando e acham que podem jogar em qualquer canto. Mas, deve se perguntar: será que eu posso jogar em qualquer canto? O que isso vai influenciar jogar em qualquer canto? Então a palavra desperdício é forte e traz sempre a reflexão: O que eu poderia fazer para não ter desperdício?*

Nota-se aqui uma preocupação não somente com o descarte, mas principalmente com a utilidade que os objetos podem possuir para outras pessoas. Na visão marxista é possível entender que a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Entretanto, essa utilidade não paira no ar. Segundo MARX (1996), a utilidade é determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, sendo que ela não existe sem o mesmo. Entende ele que

O corpo da mercadoria mesmo, como ferro, trigo, diamante etc. é, portanto, um valor de uso ou bem. Esse seu caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho. O exame dos valores de uso pressupõe sempre sua determinação quantitativa [...]. Os valores de uso das mercadorias fornecem o material de uma disciplina própria, a merceologia<sup>43</sup>. O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta (MARX, 2006, p. 166).

<sup>43</sup> Em nota de rodapé Marx refere que na sociedade burguesa domina a  *fictio jûris*, que cada pessoa, como comprador, possui um conhecimento enciclopédico das mercadorias.

A *professora Clarissa* que atua no Ensino Médio destacou o desperdício de alimentos e a atitude da aquisição em demasia, fazendo com que muitas vezes as mercadorias adquiridas sejam desperdiçadas. Assim entende ela o desperdício.

*Para mim é excesso. Algo que eu estou sabendo... Que estou usando, abusando de forma inadequada. Por exemplo, fruta. Eu não como muita fruta, mas de repente naquela semana eu como por várias semanas. Portanto, eu posso ter desperdiçado um alimento que não deveria desperdiçar.*

Na visão da *professora Clarissa* o desperdício pode ser entendido como um excesso, e este excesso uma vez não consumido tende a uma mercadoria com valor de troca, tal como entende MARX (Idem). Para ele, o valor de troca aparece como relação quantitativa, ou a proporção, na qual, os valores de uso de uma espécie são trocados contra valores de uso de outra. Note-se assim, no exemplo trazido pela *professora Clarissa*, a possibilidade de se identificar o desperdício alinhado a um valor de mercadoria cujo excedente não tenha sido bem aproveitado, mas, desperdiçado. Para MARX, as mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores de uso ou de corpos de mercadorias. “Toda pessoa sabe, ainda que não saiba mais do que isso, que as mercadorias possuem uma forma comum de valor, que contrasta de maneira muito marcante com a heterogeneidade das formas naturais que apresentam seus valores de uso – a forma dinheiro” (MARX, 1996, p. 176).

Vê-se dessa maneira que as entrevistadas apresentaram diferentes maneiras de perceber o desperdício, cada uma ao seu estilo e dentro de seu espaço de experiência<sup>44</sup>, de acordo com as realidades vivenciadas por cada uma e à luz do conhecimento que possuem.

A troca constante de aparelhos de telefone celular foi citada por duas docentes como um significativo exemplo de desperdício, evidenciando que a aquisição desnecessária de tecnologias mais sofisticadas muitas vezes atende somente uma necessidade imediata de estar na moda ou uma necessidade de atualização imposta pelo marketing. Pelo menos foi o que se percebeu nessa narrativa da *professora Ana*.

*Ah! Essa é interessante. O meu celular é bem simplesinho! Não tem muita função. Quando eu fui comprar o celular eu me perguntei: Para que eu preciso de um celular? Porque na época eu procurava emprego e eu precisava de outro fone de contato. Bem, como agora a minha situação financeira é melhor do que a anterior, eu poderia comprar um mais moderno. Mas para quê um mais moderno, cheio de funções? Eu sei que estas funções eu não vou usar. Esse que eu tenho atualmente está me servindo. Para tirar fotos, gravar filmes etc. eu tenho a câmera digital que faz. Eu não preciso comprar o aparelho para conhecer. Eu posso pedir para alguém da minha família para mostrar-me como funciona. No momento não é uma necessidade para mim. Ou eu preciso disso só para dizer que eu também tenho?*

<sup>44</sup> O conceito de espaço de experiência foi criado pela fenomenologia, escola da sociologia e filosofia que mais profundamente estudou a vida cotidiana, mais propriamente por Reinhart Koselleck (1985a). Entende ele que a experiência é o presente passado, cujos eventos foram incorporados e podem ser lembrados. Dentro da experiência se inclui uma reformulação racional, junto com formas inconscientes de conduta que não precisam estar presentes conscientemente. Há também um elemento da experiência alheia contido e preservado, e transmitido pelas gerações e instituições (p.272).

Da mesma forma, a *professora Clarissa* demonstrou não se deixar influenciar pela tentação das atualizações tecnológicas de aparelhos da telefonia móvel. Sua experiência com o advento do telefone celular pode ser entendida na narrativa a seguir.

*Depois que surgiu o celular eu nunca quis ter. Porque eu achava que não era interessante para mim. Até pra hoje, se eu for pensar eu uso mais para despertar. E às vezes eventualmente para ligar ou receber. Não é um aparelho que eu uso diariamente. Que eu não posso sair sem ele. Ele para mim é um desperdício. Até tem colegas e os próprios alunos que, ao sair outro modelo, com mais funções, trocam o aparelho ainda novo. Eu acho um desperdício isso.*

A *professora Beatriz* reportou a questão do telefone móvel em relação aos alunos, deixando de trazer o assunto para as experiências pessoais. Tratou muito mais de relacionar o hábito de atualização tecnológica com o apelo insistente dos meios de comunicação e a influência que os mesmos exercem sobre as crianças e adolescentes.

*É, infelizmente eu vejo também essa questão do celular, das marcas (Nike). Eu acho que tudo é uma questão assim, a própria imprensa, ela está muito em cima disso, a questão do marketing. Você liga a televisão está ali, as crianças estão assistindo. [...] Mas eles tem essa coisa de celular. “Professora olha o que eu ganhei!” Essa questão do celular é desde a quinta série.*

Sobre essa influência dos meios de comunicação sobre o público infantil, KARSAKLIAN apud ZILLOTTO (2003), ao analisar o consumo na infância e o nascimento do consumidor, entende que “as crianças passam por um processo (desenvolvimentista, por certo) no qual compreendem a possibilidade de um produto responder a um desejo. Essa consciência viria da observação do comportamento de seus pais e da influência da propaganda e do marketing” (p. 158). Por isso, a análise da *professora Beatriz* demonstra estar alinhada à autora quanto à atuação dos meios de comunicação e do marketing, mas ainda cabe destacar a referência à participação do comportamento dos pais como fator de influência.

## **2.5 O comportamento discente e a interferência da família no espaço da Escola**

Outro aspecto que considero fulcral e que busquei resgatar junto às narrativas das professoras, foram as observações de comportamentos em sala de aula, ou aquelas realidades identificadas com a questão dos hábitos de consumo e desperdício, vivenciadas no cotidiano da Escola. Sua importância reside em observar parâmetros de mensuração da eficácia de suas atuações docentes e, até mesmo, na possibilidade de trazer sugestões futuras. Além disso, solicitei que relatassem possíveis interferências da família no comportamento dos alunos, e que ao adentrarem sutilmente o espaço escolar seriam capazes de funcionar como soluções ou inevitáveis conflitos. Dentro dessas observações foram possíveis inúmeras reflexões sobre as

influências externas que a Escola sofre, tal como a visão de CHASSOT (2003), ao analisar a Escola no contexto das mudanças em diferentes setores.

Nas séries iniciais, a *professora Ana* relatou que os alunos seguidamente buscam amparo na professora para decidir sobre o certo e o errado. Afirma ela que “durante o dia a gente nota que eles se cuidam. Toda a hora eles vêm perguntar sobre que lixeira deve ser utilizada para colocar determinado tipo de lixo”. E mesmo supondo que na idade das turmas que a *professora Ana* trabalha inexistia a procura de traços comparativos em função dos símbolos, é interessante observar a narrativa trazida por ela.

*Eu creio que nas primeiras séries do Ensino Fundamental essa competitividade é muito forte. Se um aparece com tênis rosa Barbie ou Hello Kitty<sup>45</sup>, a outra já demonstra interesse. Então, a criança já vai para casa pedir para a mãe. Isso cria um sentimento às vezes de inferioridade. Eu tive problemas em sala de aula com essas questões de objetos implantados pela sociedade e pela mídia. E se você não usar esse objeto, você está fora de moda. Eu conversei e mostrei que o valor não está no objeto, mas sim na pessoa. Fiz debates em sala, mostrei a importância dos valores.*

Observa-se assim que, desde cedo, as crianças podem entender também os significados que estão implícitos nesses objetos de consumo. É o que BAUDRILLARD (1972) relata como “objetos com significações sociais indexadas”, portadores de uma hierarquia cultural e social; além de constituírem ainda para o autor, um código. Estes aspectos podem ser percebidos

no mais pequeno dos seus pormenores: forma, material, cor, duração, disposição no espaço, etc. —, numa palavra, constituem um código. Mas, precisamente por isso, é de pensar que os indivíduos e os grupos, longe de seguirem sem desvios as injunções desse código, usam-no relativamente ao repertório distintivo e imperativo dos objetos como usam qualquer outro código moral ou institucional, quer dizer, à sua maneira: jogam com ele, fazem batota, falam-no no seu dialeto de classe (p. 22).

Nesta linguagem dos objetos estão sutilmente descritos os objetivos sociais e uma determinada lógica social. É pelos objetos que cada indivíduo e cada grupo procura o seu lugar numa ordem, ao mesmo tempo forçando essa ordem conforme sua trajetória pessoal. A sociedade estratificada fala através de seus objetos, e se os objetos parecem falar a todos, o grande objetivo é certamente para voltar a colocar cada um no seu lugar. BAUDRILLARD (Idem) destaca ainda que sob o signo dos objetos e sob o selo da propriedade privada é sempre de um processo social contínuo do valor que se trata. “E os objetos são, também eles, sempre e em toda a parte, além de utensílios, os termos e a confissão deste processo social do valor” (p. 23).

Da narrativa da *professora Ana* detém-se que há um grande esforço para atenuar o que ela denomina de “sentimento de inferioridade implantado pela sociedade e pela mídia” nas crianças. E o que ocorre nesse espaço pode ser entendido pela visão de BAUDRILLARD

<sup>45</sup> Marcas de calçados infantis de referência no mercado da moda nacional.

recém trazida. Na visão desse autor, os objetos possuem a qualidade de “colocar cada um no seu lugar”. E muitas vezes isso não é, necessariamente, cunhado no âmbito da Escola, mas se insere no espaço da sala de aula por interferências externas, quiçá ainda pelo exemplo dos pais, como relata a docente na narrativa a seguir.

*Mas é difícil, porque aquilo que é externo à Escola é muito mais forte as vezes do que aquilo que se ensina na Escola. A pressão externa é muito grande, atrapalhando as tuas investidas para ensinar e despertar valores nas crianças. São os estágios da criança, conforme o pensamento de Piaget. As crianças possuem esta fase do “eu quero”, “eu posso” etc. Então tem pontos muito fortes e muitas vezes os pais acabam ressaltando estes aspectos quando incentivam o consumo.*

Relativamente à interferência da família no comportamento dos alunos, a *professora Ana* relata a existência de alguns aspectos que podem determinar em parte alterações de comportamento, tanto do educando quanto do docente. Segundo ela, os pais muitas vezes

*...exigem coisas que a Escola não possui condições de atender. Mas, como possuem pouco contato com as crianças e estão envolvidos em várias tarefas, acabam não conhecendo a fundo seus próprios filhos. E, dessa forma, muitas vezes, acabam cobrando coisas da Escola, cuja responsabilidade não é dela. Muitas vezes eles acham que podem alterar as regras da Escola porque estão pagando.*

Outro destaque trazido pela *professora Ana* foi a importância da família estruturada no processo educativo. Observa que a separação dos pais é fator importante no desempenho do aluno. Crê ela que a base familiar é fundamental e isso influencia muito na estrutura psicológica da criança.

*Se criam muitos conflitos em sala de aula e muitas vezes por causa desses fatores externos: a estrutura familiar. Não que não possa haver separações, mas os resquícios destes conflitos passam para as crianças e eles ficam perdidos: prá quem eu vou amanhã? Vou para o pai ou vou para a mãe? O pai ou a mãe possuem outro relacionamento. Isso afeta bastante a Educação.*

Percebe-se que na visão da docente, há conflitos para estabelecer responsabilidades por parte de pais e educadores, assim como na forma de estrutura familiar na qual o aluno está inserido. Ao relacionar o comportamento inicial, no qual os alunos buscam na professora a segurança para tomada de decisões, e o acontecimento posterior, que suscita a dúvida em qual dos pais recai a responsabilidade de ficar com o filho, parece haver pertinência nas ponderações da docente. Longe de pleitear aqui uma postura psicopedagógica, minhas observações querem simplesmente demonstrar que os hábitos de consumo muitas vezes estão impregnados de significados, já que sabidamente uma grande parcela de progenitores procura compensar sua ausência com a permissividade consumista de seus rebentos. Normalmente, nessas oportunidades é que se pode observar a cultura do desperdício. Resta saber se as características relatadas possuem maior incidência nessa faixa de idade do processo educativo ou é qualificativo também dos outros níveis de ensino. Para tanto, é necessário observar as narrativas das demais professoras.

A *professora Beatriz* nas séries finais do Ensino Fundamental relata algumas de suas experiências de comportamento de alunos em sala de aula, relacionadas com a questão do desperdício, e que na oportunidade chamou-lhe a atenção.

***Outro dia peguei o caderno de uma aluna, eu fiquei assim, nossa!!! Caderno capa dura, da Barbie, bonitinho, folha rasgada ao meio, etc. Aluna da 5.a série. Foi na semana passada. Eu perguntei então: Nossa! Por que você faz isso? Rasga a folha? Eles têm essa mania. Às vezes, têm que escrever uma palavra, eles vão ali arrancam aquele pedaço da folha pra escrever uma palavra ou pra mandar um bilhete para a outra colega que está sentada lá na frente. Então, isso é um desperdício!***

A percepção para a realidade da iminente e incontestável redução dos recursos naturais disponíveis e que, dentro dessa pesquisa, procura identificar no espaço da Escola a noção do desperdício como elemento preponderante na adoção de novas posturas, parece apresentar resistências entre aqueles que estão em processo de formação na educação básica. O que muitas vezes aparenta existir entre esses jovens é uma busca da sensação do prazer, num ambiente entendido por BAUMAN (2007a) como a “sociedade dos consumidores”. Para tanto, tudo que foi criado no mundo está diretamente relacionado com o prazer da diversão e da curtição. Eis aí talvez a dificuldade de controlar esses comportamentos presenciados na Escola e aqui relatados pela docente. Todavia, da mesma forma que o pai que cobra coisas da Escola que são de sua responsabilidade, e crê no direito dessa cobrança por estar em dia com as mensalidades, o aluno pode sentir-se no direito de utilizar o caderno da forma que melhor lhe convier, pois este depois de adquirido é propriedade sua. A *síndrome consumista*, relatada por BAUMAN (2007b), sugere muito mais do que um fascínio pelas alegrias da ingestão e da digestão, pois também é uma busca de sensações prazerosas. Essa síndrome pode ser composta de uma série de atitudes e estratégias, disposições cognitivas, julgamentos e prejuízos de valor, pressupostos explícitos e tácitos variados, mas “intimamente interconectados, sobre os caminhos do mundo e as formas de percorrê-los, as visões da felicidade e as maneiras de persegui-las, as preferências de valor e as relevâncias tópicas” (p. 110).

Em outra oportunidade, a *professora Beatriz* interfere no comportamento da turma chamando a atenção dos alunos para o descaso em relação ao uso do papel, refletindo também sobre a dificuldade na obtenção dos produtos por parte dos pais.

***“Gente, olha o que vocês estão fazendo! Imaginem a dificuldade com que os pais muitas vezes compram o material de vocês!”. Às vezes eles ficam pedindo: “Ó, mãe! Eu quero esse caderno! Eu quero tudo rosa!” Então você olha isso que acontece e parece que eles não têm amor por aquilo. Isto é outra coisa de desperdício de você não amar as coisas que tem! É um desperdício! Na verdade, a gente só dá valor para as coisas depois que as perde.***

Com relação à alimentação, a *professora Beatriz* destaca comportamentos dos alunos com o lanche, evidenciando o preconceito que sofrem os alunos que, diferentemente da

maioria, se arriscam a trazer frutas para comer no intervalo. Como demonstra o fragmento de entrevista a seguir, a *professora Beatriz* arrisca-se inclusive a sugerir o conteúdo do lanche para alguns alunos.

*Quem sabe traz uma fruta, uma maçã, uma banana. Eu não sei se eles não trazem por vergonha! Eu tive uma aluna da quinta série da manhã que trazia um pacote de cenoura. A mãe incentivava a aluna a comer a cenoura e ela adotou a idéia. É uma questão de costume, de hábito. Mas parece que é mais fácil abrir a carteira e pegar três ou quatro reais e dizer: “Toma filho, compra um salgado, compra um refrigerante!”. É mais fácil do que a mãe preparar. Quer dizer, aí já entra uma questão cultural da nossa sociedade. É tudo uma questão de hábito.*

Embora denote uma preocupação com o uso de alimentos industrializados no lanche dos alunos, a *professora Beatriz* parece não se dar conta que o tempo escasso por parte dos pais e mães pode ser o fator determinante da ocorrência deste hábito. Por isso, a produção de alimentos industrializados parece ter proporcionado maior conforto para pais e mães que passam suas horas distantes da rotina culinária. E, muitas vezes, as imagens exibidas pelos meios de comunicação estão muito distantes dessa realidade do cotidiano nas cozinhas, e onde muitas vezes preponderam equipamentos de preparo instantâneo de alimentos como o forno elétrico, o forno de microondas, o liquidificador, o tostador, o espremedor de frutas entre outros. Vê-se que a dedicação de tempo no preparo de alimentos transformou-se num momento de agilidade e rapidez, para que o tempo seja despendido em atividades mais interessantes ou economicamente viáveis. Pelo menos é o que preconizam a maioria dos comerciais televisivos ao evidenciarem a necessidade de ganhar tempo no preparo de alimentos, destacando ainda aos consumidores que, ao adotarem esses produtos, estarão adquirindo por consequência uma determinada “liberdade”. É o que BAUMAN (2001) destaca ao analisar o formidável poder que os meios de comunicação de massa exercem sobre a imaginação popular, coletiva e individual.

Imagens poderosas, “mais reais que a realidade”, em telas ubíquas estabelecem os padrões da realidade e de sua avaliação, e também a necessidade de tornar mais palatável a realidade “vivida”. A vida desejada tende a ser a vida “vista na TV”. A vida na telinha diminui e tira o charme da vida vivida: é a vida vivida que parece irreal, e continuará a parecer irreal enquanto não for remodelada na forma de imagens que possam aparecer na tela (p. 99).

Sobre essa oferta do mercado de uma vida com liberdades, BAUDRILLARD (Ibidem) diz que há na verdade uma imposição de necessidades e de consumo que é colocada sob o signo da escolha. E isso parece opor-se inteiramente aos processos de trabalho como o princípio do prazer ao princípio de realidade. E de fato, para ele, acontece com a liberdade de consumir como com a liberdade de trabalhar.

O sistema do capital ergue-se sobre a liberdade, sobre a emancipação formal da força do trabalho (e não sobre a autonomia concreta do trabalho, que abole): do mesmo modo, o consumo existe apenas na abstração de um sistema, que se funda na “liberdade” do consumidor. É preciso que o utente tenha a escolha, e por essa escolha se torne enfim “livre” de entrar como força produtiva num cálculo de

produção, muito exatamente como o trabalhador, no sistema capitalista, se torna enfim livre de vender a sua força de trabalho (BAUDRILLARD, 1972, p. 85).

BAUDRILLARD sugere ainda que, da mesma forma que o conceito fundamental do sistema de produção é a produtividade, assim também se deveria falar não de consumo, mas de *consumatoriedade*; embora o processo esteja longe de ser tão racionalizado como o da produção, também se passa facilmente da fruição concreta, contingente, subjetiva, ao cálculo indefinido de crescimento fundado na abstração das “necessidades”.

Para a *professora Clarissa*, no Ensino Médio, muitas vezes o professor se vê em dificuldades ao ser solicitado a emitir opinião em determinados assuntos ou, até mesmo, assumir posições mais claras em relação a questões específicas. Para ela, é imprescindível que haja coerência entre a prática e a teoria no desenrolar de seu trabalho; pois é substancial que os exemplos de atitudes e comportamentos estejam em consonância com a opinião emitida. É aí que o professor passa por uma espécie de “prova de fogo”: ele não pode se contradizer, dando margem a que os alunos o tomem por aleivoso. E nessa etapa da existência humana, normalmente o professor ou professora é motivo de exemplo para muitos alunos, sendo a decepção com uma atitude ou comportamento errôneo do docente algo significativamente marcante. Para a *professora Clarissa* é realmente uma posição muito delicada a que o docente fica submetido nesses momentos, observando-se o exemplo por ela descrito a seguir.

*Ele (o aluno) me chamou e disse assim: Professora, a senhora prefere Puma ou Nike? Eu ainda mexi com ele que no meu tempo era Kichute, Bamba branquinho. Mas era moda. Eu adorava usar o meu Kichute. Mesmo que parecesse masculino, mas eu gostava. E eu me sentei do lado dele e perguntei: Mas porque tu quer saber se é Nike ou Puma? Qual é a marca do Nike ou do Puma? Ele respondeu: o Nike é aquele do “vizinho” e o Puma aquele do “bichinho”. E eu respondi: Tanto um quanto outro são de boa qualidade. Mas ele insistiu: Mas qual é que a senhora escolhe: é o Nike ou o Puma? Mas isso me chamou muito a atenção. Ele insistiu bastante. Eu não queria dizer, mas ele insistiu. E ele tem em torno de 15 anos.*

Essa postura relacionada aos adolescentes pode ser observada como uma necessidade premente de estar em evidência, de vestir aquilo que no momento é referência em sua comunidade ou, até mesmo, de usar aquilo que a professora disse que era pra usar, que estava na moda. Demonstra ainda a necessidade de haver uma referência advinda de alguém que tenha autoridade na emissão de opinião, de uma opinião adequada com a moda. BAUDRILLARD, ao analisar os símbolos e seus significados, entende que a moda é o que há de mais inexplicável.

Este constrangimento à inovação de signos, esta produção contínua de sentido aparentemente arbitrário, esta *pulsão de sentido* e o mistério lógico do seu ciclo constituem, de fato, a essência do sociológico. Os processos lógicos da moda devem ser alargados à dimensão da “cultura” inteira, a toda a produção social de signos, de valores e de relações. [...] ...a “beleza” (ou qualquer outra interpretação em termos de “chique”, de “gosto”, de “elegância”, ou mesmo de “distinção”) é apenas a função exponencial, a racionalização do processo fundamental de produção e de reprodução do material distintivo. A beleza (em si) nada tem a fazer no ciclo da moda. É irrecebível. [...] Assim, a moda fabrica continuamente

“belo” na base da denegação radical da beleza, na base de uma *equivalência lógica do belo e do feio*. Pode impor como eminentemente distintivos os traços mais excêntricos, mais disfuncionais e mais ridículos. É aí que ela triunfa – impondo e legitimando o irracional segundo uma lógica mais profunda que a da racionalidade (BAUDRILLARD, 1972, p. 79).

Esses adolescentes também possuem características diferentes quanto ao gênero no que se refere aos objetos de consumo. No relato da *professora Clarissa* a seguir, em relação a essas diferenças, é possível perceber comportamentos diversos entre alunos e alunas.

*Quanto à moda eu acho que é menos os gurus. Tem uma turma que eles andavam com um catálogo de tênis de marca, e eles estavam escolhendo o tênis. As meninas são mais preocupadas com o próprio celular, se tem radinho, tem som. Um quer celular com MP3. Outras já falam: “Ah! O meu tem MP4!” Eu nem sei o que é MP4. As meninas também são preocupadas com a roupa. Até mesmo o xampu. As meninas é mais pra esse lado; do cuidado pessoal: batom, maquiagem, etc. Os gurus é mais tênis. Até porque na roupa eles têm que usar o uniforme. Mas eu questionei nessa turma de primeiro ano, nesta faixa de quatorze, quinze e dezesseis anos, porque que eles queriam tanto saber sobre tênis? Ai eles comentaram que havia um fulano que ia conseguir tênis mais barato para eles. Mas era um catalogo de tênis e eram tênis de marca.*

Pode-se notar que há modificações nos itens consumidos por esses adolescentes, mas com relação à moda e a constante renovação dos signos, além da preocupação em não ser pego de surpresa, as atitudes são prosaicas. Para BAUMAN (2007a), estas são as principais características da vida no mundo líquido-moderno, onde a existência pode ser considerada precária e vivida em condições de incerteza constante. O enaltecimento das qualidades do signo que está sob a posse do adolescente, procura demonstrar a importância e a relevância de estar em dia com as novidades tecnológicas. Neste aspecto, BAUMAN declina que

as preocupações mais intensas e obstinadas que assombram esse tipo de vida são os temores de ser pego tirando uma soneca, não conseguir acompanhar a rapidez dos eventos, ficar para trás, deixar passar as datas de vencimento, ficar sobrecarregado de bens agora indesejáveis, perder o momento que pede mudança e mudar de rumo antes de tomar um caminho sem volta (BAUMAN, 2007a, p. 8).

Para o autor, a vida líquida é uma sucessão de reinícios, e por isso que os finais rápidos e indolores são os momentos mais desafiadores e as dores de cabeça mais inquietantes. Ou seja, livrar-se das coisas tem prioridade sobre adquiri-las. A vida na sociedade líquido-moderna é cutucada pelo horror da expiração e não precisa ser empurrada pelas maravilhas imaginadas no ponto final dos trabalhos modernizantes. BAUMAN (2007a) também assinala que “a necessidade aqui é de correr com todas as forças para permanecer no mesmo lugar, longe da lata de lixo que constitui o destino dos retardatários” (p. 9). Uma expressão define a forma como caminha esta vida líquida: destruição criativa. Todavia, o que esse termo atenua e, silenciosamente, ignora é que “aquilo que essa criação destrói são outros modos de vida e, portanto, de forma indireta, os seres humanos que os praticam. A vida na sociedade líquido-moderna é uma versão perniciososa da dança das cadeiras, jogada para valer. O verdadeiro prêmio nessa competição é a garantia (temporária) de ser excluído das fileiras

dos destruídos e evitar ser jogado no lixo. E com a competição se tornando global a corrida agora se dá numa pista também global” (p. 10).

Os relatos das entrevistadas sobre o cotidiano vivenciado na Escola em companhia de seus alunos, e aqui trazido para uma análise das atitudes e comportamentos em relação à noção do desperdício, demonstram que há muito que se fazer em termos de pesquisa neste sentido. Além do espaço escolar, certamente o espaço doméstico possui contribuições relevantes no tocante ao tema, pois também este está impregnado de significados que possam contribuir para o trabalho do pesquisador. Entretanto, gostaria de ressaltar que este trabalho tem como um de seus maiores objetivos servir de alavanca para outros empreendimentos, suscitando questionamentos e problematizações em torno do conceito de desperdício, tema que tanto tem circundado nossa realidade e que parece ainda não possuir mais extensas abordagens na pesquisa acadêmica.

## **2.6 Meu aprendizado enquanto pesquisador na área da Educação**

A oportunidade de me fazer pesquisador em educação foi uma etapa importante de minha vida, pois esse meio proporcionou-me estar em contato com alguns conhecimentos até então ignotos. Partindo da premissa de que somente a qualidade na educação é capaz de transformar sujeitos e torná-los libertos, a adesão ao Programa de Pós Graduação em Educação da Unisinos creio ter sido uma decisão acertada. O programa de pós-graduação dessa instituição, corroborado em sua qualidade com a nota seis na avaliação pela Capes – nota essa que poucos programas possuem em nível nacional – proporcionou-me grande aprendizado no trato com as questões da educação, tarefa que até então era reduzida a algumas disciplinas ocorridas quando de minha graduação em História. A participação em seminários e a elaboração de textos específicos tratando de assuntos correlatos como a arte da pesquisa, teoria educacional crítica, o currículo como prática de significação e a filosofia na formação do educador, além de uma olhada nas políticas públicas para a educação, me fizeram conhecedor de realidades até então insipientes em meu currículo. Não desejo referenciar alguns docentes e suas características nesse momento, em detrimento de outros que fazem parte do programa. Creio que, como em qualquer instituição de ensino, existam preferências dos alunos por alguns mestres. E comigo isso não foi diferente, pois se sabe que há identificação das mais variadas estirpes entre educador e educando na questão pedagógica.

Outra experiência importante que devo aqui relatar foi a convivência com os colegas do programa de pós-graduação. A apresentação de trabalhos sempre nos envolveu, principalmente no estabelecimento de conteúdos, de cronogramas e de formatos. Um dos momentos mais significativos foi quando fui desafiado a apresentar um trabalho sobre educação tecnológica em um encontro regional sobre educação profissional. Com um número apreciável de participantes, o encontro foi realizado nas dependências da universidade e tive a oportunidade, juntamente com duas colegas, de apresentar a temática “Educação Tecnológica e Formação Profissional no Plano Nacional de Educação”, trabalho que havíamos elaborado para o seminário da professora Berenice Corsetti. Foi uma estréia bem sucedida em congressos científicos, e que trouxe confiança ao grupo para atuar em outras oportunidades. Trata-se de uma experiência que dificilmente será esquecida tão cedo.

Ainda dentro das experiências vivenciadas no programa, fui chamado para uma tarefa bastante especial: a revisão do livro “Sete escritos sobre educação e ciência”, a ser publicado em breve pelo professor Áttico CHASSOT, meu orientador. Até então, minha trajetória dentro das revisões havia se limitado a literaturas mais técnicas, com pequenas incursões pela literatura acadêmica – para não dizer somente pequenos artigos e alguns trabalhos acadêmicos de cursos superiores de instituições da região. Realizei a revisão das páginas da obra em um mês e meio, período em que ele me enviava os capítulos de forma seqüencial, e eu os devolvia com as devidas correções.

Mas tudo isso que relatei anteriormente não teria validade se não mencionasse a importância dos teóricos com os quais tive contato durante este período. Seja pela indicação dos docentes em suas respectivas disciplinas, na preparação de textos referenciados para apresentar em sala de aula, seja na troca de conhecimentos com outras propostas trazidas pelos alunos das outras linhas de pesquisa. Desta forma, fomos nos transformando dentro do período em que estivemos envolvidos em leituras e tessituras de relatos. Até mesmo nos intervalos de aula, quando juntos almoçávamos, foi possível um compartilhar de conhecimentos e uma troca saudável de experiências. Nestas interlocuções selecionamos autores adequados, reparamos dissonâncias observadas na qualificação, buscamos opções metodológicas apropriadas e repensamos conceitos que nos pareciam um pouco impróprios.

As leituras de Zygmunt BAUMAN foram de grande valia para entender as relações entre o global e o local, e assim, estabelecer fundamentos teóricos onde pudesse ancorar as experiências reportadas pelas professoras durante as entrevistas, principalmente naqueles momentos trazidos por elas quando relatam dificuldades da relação família – Escola. Também será importante a contribuição teórica de BAUMAN na reflexão a respeito do papel do

docente e da Escola na formação de sujeitos envolvidos pelas relações de consumo e desperdício.

Na contribuição trazida por CHASSOT (2003), será possível observar o papel do educador como sujeito transformador, na medida em que adote uma postura mais crítica em relação aos currículos, tornando-os mais informais ou como ele mesmo denomina “currículos ilegais”. Para ele é necessário que o educador assuma a condição de “formador”, contrariamente ao que se acostumou observar na postura pedagógica de muitos como “informadores”. Para tanto, é necessário que se deixe que os saberes populares se transformem em saberes escolares, pois além da influência externa dos currículos informais que a Escola recebe, estes saberes necessitam ser resgatados e valorizados, sob pena de um arrependimento tardio.

Além destas contribuições, trago outros teóricos que fizeram parte de minhas leituras durante o período do Mestrado. Creio que será possível com estas contribuições problematizar o ambiente da Escola que é perpassado pela noção de desperdício, descrito pelas entrevistadas durante minha pesquisa. Isto se dará no último capítulo, onde, sem a ousadia de esboçar conclusões, até porque, seriam precipitadas pela polêmica que o assunto encerra, trarei provocações para reflexões posteriores sobre o comportamento humano a respeito do desperdício. Dentro dessa perspectiva, talvez surjam novas ambigüidades que tornem atraente a incursão posterior para nova abordagem do assunto, seja de minha parte, seja de outro/outra que se associe comigo nesta investigação que aqui só teve reproduzido o seu insipiente começo.

### **3 SUGESTÕES PARA UM CURRÍCULO QUE TRANSFORME ALUNOS EM CIDADÃOS**

Parece chegada a hora na qual nós façamos também currículos ilegais. Vivemos em uma sociedade que não tem pudor no conviver no ilegal. Cometamos essa ilegalidade: desobedeçamos aos currículos impostos pelos dominadores. Acredito que moralmente estaremos absolvidos de tal desobediência.

*A. CHASSOT*

Neste capítulo, quase como encerramento desta dissertação, utilizo alguns resultados de minha pesquisa para uma atitude mais atrevida: fazer sugestões curriculares – e enfatizo a ação verbal: sugerir – oferecendo propostas na tentativa de vencermos a cultura do desperdício. De forma preliminar, quero distinguir a origem e o contexto de onde emerge a maioria dessas pessoas que se dispõem a atuar no mister da educação ambiental. Para tanto, trago novamente a visão de CARVALHO (2002) a respeito da constituição desses sujeitos, que assumem / assumirão cada vez mais, mesmo que de maneira ainda precária, a responsabilidade pela sensibilização dos alunos em relação às questões ambientais.

Logo após, numa perspectiva das mudanças impostas pela realidade globalizadora, analiso o espaço escolar na visão de CHASSOT (2003), quando realça que ali as mudanças são perceptíveis, principalmente pelas influências externas que têm adentrado esse espaço de forma cada vez mais acentuada, diferentemente da realidade de nossos avós, e mesmo de minha geração, onde a escola era referência na comunidade.

Em terceiro lugar, na busca de uma metodologia adequada facilitadora para propor alternativas de ação pedagógica no terreno ambiental, me sirvo da sistemática utilizada por CHASSOT (1993) em “Catalisando transformações na educação”, ao analisar a educação no ensino de química discutindo três grandes perguntas que comandam a maioria de nossas

ações: Por quê? O quê? e Como? *Por que ensinar, O que ensinar e Como ensinar* me parece serem perguntas-chaves para aqueles que pretensamente se tornem sujeitos dessa educação ambiental, que têm demonstrado não possuir um currículo formal instituído. Paralelo a isso, procuro resgatar narrativas que professoras do Ensino Básico me proporcionaram durante a pesquisa, aproveitando para elaborar propostas, mesmo que essas sejam sonhadoras, vantajosas para um currículo que combata a cultura do desperdício. Embora acometido de certo temor em não atingir o objetivo almejado, mesmo assim, me disponho ao risco implícito no delineamento dessas propostas. Afinal, uma das tarefas intrínsecas ao papel de pesquisador pode ser sugerir mudanças, propor experimentos e arriscar resultados, sem que isso signifique a imposição de ‘novidades’, mas apenas fazer sugestões.

Finalmente, a guisa de conclusão, trago os significados dessa dissertação para o meu aprendizado enquanto pesquisador e de como pretendo levar adiante esses estudos.

### 3.1 O sujeito da ação ambiental

Para propor alternativas a uma educação alinhada com a ação ambiental e atravessada pelo combate ao desperdício, creio ser necessário ressaltar como se deu / se dá a formação desse sujeito da ação ambiental e quais habilidades deve o mesmo possuir para uma eficiência em sua atuação. Para observar isso, como já anunciei, parto da análise de CARVALHO (2002) que entende que as trajetórias desses sujeitos podem ser pensadas como constitutivas de um grupo social particular, possuidor de percursos sociais e profissionais similares, cujas tensões foram abertas num mesmo contexto histórico e vivencial. O contexto de onde emerge essa personagem está identificado com a “herança naturalista que subsume o meio ambiente à natureza e esta como espaço natural em contraposição ao mundo humano” (p. 29). Uma forma de compreender a experiência do educador ambiental “seria tomá-lo como um intérprete de seu contexto, ao mesmo tempo em que é um sujeito interpretado” (p. 30).

Ou seja, as margens de interpretação da EA<sup>46</sup> são limitadas pelas injunções do contexto, levando a cabo a condição auto-reflexiva em que, ao mesmo tempo em que interpreta, é interpretado. Educar e compreender nesse cenário dilemático tornam-se, desde a perspectiva hermenêutica, uma aventura em que o sujeito e os sentidos do mundo vivido estão se constituindo mutuamente na dialética da compreensão / interpretação. Perde-se, assim, a segurança de uma consciência observadora e decodificadora que promete correspondência e controle dos sentidos. Diferentemente de um sujeito-observador, situado fora do tempo histórico, perseguindo os sentidos verdadeiros, reais, permanentes e inequívocos, o sujeito-intérprete estaria diante de um mundo-texto, mergulhado na polissemia e na aventura de produzir sentidos a partir de seu horizonte histórico (CARVALHO, 2002, p. 31).

---

<sup>46</sup> A abreviatura utilizada pela autora na obra referenciada quer significar as iniciais de Educação Ambiental.

Ao analisar a tradição como horizonte de significação do ambiental, pois para ela é essa tradição que constitui território simbólico, trama de sentidos e temporalidades nos autopoicionamentos dos sujeitos em suas trajetórias de vida, CARVALHO (Idem) destaca as especificidades dessa forma de observar a natureza e identifica cada uma delas, evidenciando a evolução dessa visão através dos tempos, como herdeiras das visões que passam pela compreensão iluminista de uma natureza controlada pela razão, pela visão pastoral idílica do naturalismo inglês do século XVII, pelas novas sensibilidades burguesas do século XVIII, pelo romantismo europeu dos séculos XVIII e XIX e pelo imaginário edênico sobre a América. Resgata ela assim, a visão alinhada à *natureza domada* – onde impera o selvagem, o ameaçador e o esteticamente desagradável, em contraposição à civilização –, *ao naturalismo arcádico*<sup>47</sup> – advindo do mito da Arcádia inglesa do século XVII, onde o naturalista Gilbert White buscava uma arcádica harmonia com a natureza através do estudo devotado da ecologia e da história natural das áreas silvestres nos arredores de sua cidade –, *às novas sensibilidades estéticas do século XVIII* – onde surgem novas sensibilidades ligadas ao ambiente social deste século e consideradas precursoras do interesse contemporâneo pela natureza –, *à natureza intocada* – onde a violência social e ambiental do mundo urbano suscitam nas paisagens naturais e na natureza de um modo geral, um valor desejado pela sociedade – e *à sensibilidade romântica* – como a afirmação do indivíduo, o desejo de uma unidade perdida, o sentimento anticapitalista e a celebração da natureza. Com relação a essa última, CARVALHO observa que a visão romântica da natureza opõe-se à iluminista,

que preconiza uma natureza universal, uniforme e racional. Como contraponto à matriz racionalista do iluminismo, o romantismo recusa a metáfora do mundo e da vida como máquina e seu conseqüente desencantamento, que resulta numa ética utilitária e egoísta. O romantismo concebe a natureza, tanto no seu aspecto interno (natureza humana) quanto externo (ordem natural), como espaço sobretudo de liberdade e criatividade, livre das normatizações (CARVALHO, 2002, p. 49).

O sujeito ecológico ou sujeito da ação ambiental é o protagonista de “um movimento histórico e de um novo paradigma da ação política capaz de unificar o campo dos novos movimentos sociais num movimento mais abrangente e multissetorial” (CARVALHO, 2002, p. 72). Baseada nas visões de campo trazidas por HERCULANO (1996), LANDIM (1998) e CRESPO (1992), a autora detém que esse sujeito ecológico é ainda

um sujeito que pode ser visto em sua versão grandiosa como um sujeito heróico, vanguarda de um movimento histórico, herdeiro de tradições políticas de esquerda, mas protagonista de um novo paradigma político-existencial; em sua versão new age é visto como alternativo, integral, equilibrado, harmônico, planetário, holista; e também em sua versão ortodoxa, na qual é suposto aderir a um

<sup>47</sup> *Arcádia*, segundo o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, sociedade literária típica da última fase do classicismo, cujos membros adotavam nomes poéticos simbólicos, a primeira das quais se fundou em 1690, tendo havido muitas outras no século XVIII. A Arcádia era uma região da Grécia, cujo nome remete ao semideus Arcas, filho de Zeus e da ninfa Calisto. Arcádia tem permanecido como um tema artístico desde a antiguidade, tanto nas artes visuais como na literatura. Imagens de belas ninfas e paisagens pastorais têm sido uma frequente fonte de inspiração de pintores e escultores.

conjunto de crenças básicas, uma espécie de cartilha – ou ortodoxia – epistemológica e política da crise ambiental e dos caminhos para enfrentá-la (CARVALHO, 2002, p.74).

Observa-se assim, o pano de fundo sob o qual se situam esses educadores ambientais, cuja experiência em um universo heterogêneo é o compartilhamento da identidade de sujeitos ecológicos, e cuja especificidade é o fazer educativo no campo ambiental. Para CARVALHO apud LOUREIRO ET AL (2000), a intervenção do educador ambiental possui caráter político, além de pedagógico. Ao analisar o campo ambiental como um lugar de disputa entre concepções, interesses e grupos sociais, e a existência de uma retórica genérica sobre a importância do meio ambiente e um discurso comum desses atores sociais, confirma a inexistência de um acordo para reorientar as relações da sociedade com a natureza.

Sobre a atuação profissional do sujeito da ação ambiental, CARVALHO crê que

O calor do debate, a corrida contra o tempo, e a urgência das transformações é o que vai marcar tanto o ambiente social da atuação profissional do(a) educador(a) ambiental quanto seu mundo pessoal-objetivo – suas emoções e dilemas pessoais. Este(a) educador(a) parece constituir-se como um sujeito cuja dimensão trágica é ser interpelado pública e pessoalmente pelas grandes contradições deste final de milênio. (CARVALHO apud LOUREIRO et al, 2000, p. 64)

E é em relação ao modelo de formação desses sujeitos, e pensando que nossos docentes possam se investir das características traçadas por CARVALHO, que talvez se possa imaginar propostas para um currículo que vença a cultura do desperdício. Ao constituir-se como prática educativa, a educação ambiental filia-se ao campo da educação propriamente dito, parecendo possuir um movimento de único sentido, “da sociedade para a educação, repercutindo no campo educativo parte dos efeitos conquistados pela legitimidade da temática ambiental na sociedade” (CARVALHO, 2002, p. 75). Penso que, ao aliar os predicativos pretendidos na ação desses sujeitos e entendendo a educação ambiental como uma legitimação da sociedade, se possa realmente efetivar posturas e atitudes comprometidas com o uso racional dos recursos naturais no espaço da Escola.

Também para que se pensem propostas para um currículo na Escola atual, acredito na necessidade de entender as mudanças constantes às quais esse espaço tem sido submetido. Para CHASSOT (2003), a Escola, por fazer parte necessariamente de um mundo em mudança nos seus mais diversos setores, tem sofrido constantes alterações desde a Escola Infantil até a Universidade, em qualquer estabelecimento envolvido formalmente com Educação. Além das mudanças inerentes ao processo de modernização tecnológica a que a Escola está sujeita, e que, invariavelmente, termina por abalar as mais sólidas estruturas do ensino formal, a Educação também tem sido alvo da voracidade dos lucros, tornando-se um bem comercializável internacionalmente, como outra mercadoria qualquer. Desta forma, a Escola também tem procurado atender aos seus clientes, num ritmo de adequação ao sistema de

Qualidade Total; tem ela colocado em segundo plano muitas vezes a formação de sujeitos com espírito crítico, capazes de transformar o mundo em que vivemos e o transformar para melhor, segundo CHASSOT.

Portanto, cabe também aos profissionais envolvidos com Educação, vigilância constante no que se refere a uma atualização crítica, evitando que se deixem influenciar por filosofias reducionistas, preocupadas em sua maioria com a lucratividade e a formação de contingentes que atendam o mercado de trabalho. CHASSOT (1998) analisa as práticas docentes relacionadas com o fazer educação na ciência e constata que continuamos, muitas vezes, “praticando a mesma artesanaria de sempre”. Ao criticar a ação pedagógica desenvolvida em algumas escolas, enfatiza que “mesmo com uma dose de exagero, se Anchieta, um dos iniciadores da Escola no Brasil há mais de 400 anos, entrasse hoje em nossas salas de aula, teria poucas surpresas” (p. 80). Na preparação como docentes, diz ele haver em muitos de nós uma preocupação de saber utilizar a especificidade do conteúdo, no qual devemos ser competentes para com ele em nosso fazer educação. Ao utilizarmos aquelas disciplinas nas quais somos especialistas, estamos dando nova dimensão ao nosso ser educador. É necessário que “ensinemos mais como usar o conhecimento; não ensinar mais conhecimento, mas ensinar mais com o conhecimento, isto é, torná-lo instrumento facilitador de uma leitura mais adequada do mundo” (p. 87).

É sabido que uma grande parcela de nossos alunos possui maior e melhor acesso às tecnologias da comunicação do que suas professoras e professores, fazendo com que cada vez mais a Escola tenha seu espaço invadido por um currículo informal. Portanto, a artesanaria à qual estivemos acostumados e durante longo período mergulhados, parece dar sinal de exaustão e cede espaço a uma outra realidade inexorável. É o que CHASSOT (2003) alerta em *Educação Consciência*, mostrando a clausura que as Escolas de nossos avós mantinham em relação às interferências do mundo externo, sendo consideradas referência na comunidade local pelo quanto detinham de conhecimento. Com relação à realidade dos dias atuais,

consideremos apenas a parcela de informações que nossos alunos e alunas trazem hoje à escola. Aqui temos que reconhecer que estes, não raro, superam as professoras e os professores nas possibilidades de acessos às fontes de informações. Há situações onde temos docentes desplugados ou sem televisão, que ensinam a alunos que surfam na internet ou estão conectados a redes de TV a cabo perdendo a Escola (e o Professor) o papel de centro de referência do saber. A proletarização dos profissionais da Educação os faz excluídos dos meios que transformam o Planeta, onde a quantidade e a velocidade de informações os faz parecer cada vez menores (p. 25).

Essa preocupação fica evidente nas narrativas das docentes por mim entrevistadas no Colégio Espírito Santo, no transcorrer do trabalho de pesquisa. A *professora Clarissa*, que ministra a disciplina de Português no Ensino Médio, por exemplo, destaca a necessidade de

estar constantemente se atualizando nas leituras. Diz ela que *“se eu não mostrar para os alunos que eu gosto de ler, fica difícil. Se eu não ler com eles ou mostrar que eu já li tal livro e emitir uma opinião...[expressão de pânico]. Muitas vezes, eu recomendo livros que eles podem ler porque já os conheço”*. Dessa forma, ela ratifica a necessidade de uma atualização constante e, por conseqüência, da aquisição de literatura conceituada para indicar aos alunos, principalmente para aqueles que estão próximos da disputa dos exames de vestibular, como é o caso desse nível de ensino. A *professora Beatriz*, também demonstra estar atenta à atualização, quando relata o uso de filmes como fonte de motivação; ressalta também que investe seu tempo na busca e análise de melhores ferramentas pedagógicas. Para contextualizar o dilema do “Apartheid” ocorrido no continente africano, ela se utilizou do filme “Hotel Ruanda”<sup>48</sup>, com grande receptividade por parte dos alunos. Diz que ao utilizar esse recurso, há necessidade de uma análise prévia, que ocorre em casa, e que possibilita observar as minúcias. Destaca, portanto, que não é só passar um filme para desperdiçar tempo, mas *“passar um filme que tenha relação com o tema e trabalhar em cima disso. Claro, primeiro eu analiso o filme em casa. Eu sento e analiso”*. A *professora Ana*, relatou a necessidade de estar atualizada com as informações da realidade mundial; na questão ambiental ela destaca as informações relativas às mudanças climáticas do Planeta e sobre o aquecimento global. Sobre esses assuntos diz ela que *“é imprescindível que se trabalhe isso, porque é o assunto do dia”*.

Observa-se o quanto o profissional da educação deve estar consciente da necessidade de atualização constante, da busca por alternativas para tornar o ensino mais atraente e de atentar para as novas realidades invasoras do espaço escolar, até porque a não adequação ou adaptação podem ser detentoras de efeitos arrasadores ao crescimento profissional de cada um e cada uma. Não posso deixar de chamar a atenção aqui, para o que supõe BAUMAN (2007b) sobre as nossas perspectivas de vida e do quanto elas se assentam sobre um terreno reconhecidamente instável, tal como os empregos e as empresas que os oferecem. Segundo ele, essas perspectivas são circunstâncias daquilo que a certa altura da linha evolutiva humana se costumou denominar progresso.

O “progresso”, que já foi a manifestação mais extrema do otimismo radical e uma promessa de felicidade universalmente compartilhada e permanente, se afastou totalmente em direção ao pólo oposto, distópico e fatalista da antecipação: ele agora representa a ameaça de uma mudança inexorável e inescapável que, em vez de augurar a paz e o sossego, pressagia somente a crise e a tensão e impede que haja um momento de descanso. O progresso se transformou numa espécie de dança das cadeiras

<sup>48</sup> *Hotel Rwanda* é um filme de 2004 dirigido por Terry George e estrelado por Don Cheadle, Nick Nolte, Joaquin Phoenix, Desmond Dube e Sophie Okonedo. É uma co-produção da Itália, Reino Unido e África do Sul, e relata a história real de Paul Rusesabagina, que foi capaz de salvar a vida de 1268 pessoas durante o genocídio de Ruanda em 1994. Logo depois das primeiras exhibições, sua história foi imediatamente comparada com a de Oskar Schindler.

interminável e ininterrupta, na qual um momento de desatenção resulta na derrota irreversível e na exclusão irrevogável. Em vez de grandes expectativas e sonhos agradáveis, o “progresso” evoca uma insônia cheia de pesadelos de “ser deixado para trás” – de perder o trem ou cair da janela de um veículo em rápida aceleração (BAUMAN, 2007b, p.17).

Também parece ser esse o nosso cotidiano docente. As transformações conferidas pela realidade externa à Escola, muitas vezes têm determinado imposições ao nosso fazer docente. Mas, mesmo munidos desse arcabouço tecnológico, não se pode olvidar que a formação de nossos alunos seja direcionada para a transformação do mundo e a aquisição de um olhar crítico. Também devemos evitar a postura da formação sistemática para um grau imediatamente superior, como refere CHASSOT (1995) ao analisar a utilidade do Ensino. Diz ele que

Há necessidade de nos convenceremos de que cada grau se completa em si. O ensino fundamental não é preparação para o ensino médio, como este não é preparação para a universidade. Tenho muito presente a surpresa de pais e docentes, quando afirmava que a escola infantil não era preparação para o ensino fundamental, mas que tinha seus objetivos que se completavam nela mesma (Chassot, 1995c). Esta é uma tese muito difícil de ser defendida, principalmente quando se transforma todo ensino em preparação para a universidade; mesmo quando sabemos quão poucos têm acesso a ela (p. 44).

CHASSOT (idem) ainda pondera que, principalmente em escolas de pequenas cidades, alguns poucos alunos são privilegiados, geralmente aqueles pertencentes às classes dominantes, por que vão fazer o exame vestibular; isso ocorre em detrimento de uma maioria, que passa a receber um ensino (in)útil para que continuem sendo menos críticos e, portanto, dominados. Talvez, essa também seja uma questão essencial a ser tomada como reflexão pelos educadores ambientais, preocupados em mudar a cultura do desperdício. Muitas vezes, se atribui a cultura do desperdício a pessoas de baixa renda, privilegiando outras de elevado nível cultural. Sabe-se que a cultura do desperdício não está restrita a classes definidas, pois, na verdade, o exagero no consumo e uso dos recursos naturais imputa culpa a sociedade como um todo, independente de classes sociais. Disso tratarei mais adiante, quando faço referências ao currículo e às divisões sociais pelas quais ele muitas vezes é responsável.

### **3.2 Será a Educação panacéia para todos os males?**

Para grande parte da sociedade não há dúvidas de que a solução de muitas questões relacionadas à realidade de nosso país está na Educação. E os elementos envolvidos nessa realidade são presentes em qualquer discussão em que a Educação seja o assunto em pauta. Basta observar algumas narrativas das professoras entrevistadas no Colégio Espírito Santo, durante a pesquisa que quer sustentar esta dissertação. A *professora Ana* das séries iniciais

relata a grande responsabilidade da parte docente na formação inicial dos alunos. Diz ela que todo docente deve possuir a clareza de que está formando um cidadão para ser introduzido na sociedade. A *professora Beatriz* entende que o papel da Escola na Educação é muito importante, mas que uma instituição de ensino é feita de bons professores. Por isso, há necessidade de esses docentes estarem atentos à formação e ao aperfeiçoamento. Ela enfatiza ainda sobre a necessidade de uma interação professor / aluno, não se limitando o docente em somente ministrar conteúdos, mas também, agir com empatia e colocar-se disponível na resolução de problemas ou conflitos. No entendimento da *professora Clarissa*, a Escola é responsável por inculcar em seus alunos a coerência e os valores, além de despertar a consciência crítica. Afirma ela que, “se a Escola quer formar cidadãos, o professor tem que inculcar no seu aluno essa consciência crítica para que ele se sensibilize”. Para ela ainda, ser professor não é só ensinar, mas saber conscientizar e passar valores ao aluno.

Se a educação é essa ferramenta de transformação tão maravilhosa que costumamos enaltecer, “porque as guerras continuam tão ou mais cruentas do que aquelas que existiam quando se considerava a humanidade vivendo na barbárie?” (CHASSOT, 2003, p.52) É essa reflexão trazida por CHASSOT que gostaria de expor aqui e agora. Sua proposta, para que uma educação possa ensejar soluções para esses problemas de belicosidade e não agressão é, antes de mais nada, a adoção do exercício do diálogo. Creio também de suma importância a tarefa docente de despertar alunos e alunas para o exercício do diálogo, talvez o atributo de maior carência entre nossos estudantes. Todavia, deve-se pensar num diálogo reflexivo, responsável, construtor de bases sólidas onde se possam assentar estruturas de uma sociedade comprometida com a distribuição equânime das riquezas, sem prejuízo do patrimônio natural disponibilizado pela natureza. É o que SILVA (2001) também defende, ao enfatizar o ideal de uma sociedade que considere como prioridade o cumprimento do direito que todos os seres humanos têm de ter uma boa vida, plenamente satisfeita em suas necessidades vitais, sociais, históricas. Destaca ele que a educação, neste cenário, não é um instrumento de metas econômicas, produtivistas, empresariais, financeiras; ela está estreitamente vinculada à construção de uma sociedade onde a riqueza, os recursos materiais e simbólicos sejam mais bem distribuídos. Por isso, sugerir propostas para um currículo que possa vencer a cultura do desperdício se investe de certa complexidade em sua construção, até porque, me coaduno com a visão do autor quando analisa o currículo como um espaço de significação, destacando a existência de uma estreita vinculação da Educação ao processo de formação de identidades sociais.

É aqui, entre outros locais, em meio a processos de representação, de inclusão e exclusão, de relações de poder, enfim, que, em parte, se definem, se constroem, as identidades sociais que dividem o mundo social. A tradição crítica em educação nos ensinou que o currículo produz formas particulares de conhecimento e de saber, que o currículo produz dolorosas divisões sociais, identidades divididas, classes sociais antagônicas. As perspectivas mais recentes ampliam essa visão: o currículo também produz e organiza identidades culturais, de gênero, identidades raciais, sexuais... (SILVA, 2001, p. 27).

Dentro dessa perspectiva, não podemos observar o currículo apenas como um espaço de transmissão de conhecimentos. Na verdade, ele está intrinsecamente em tudo aquilo que somos, naquilo que nos tornamos, naquilo que nos tornaremos. Para SILVA (Idem), “o currículo produz, o currículo nos produz” (p. 27).

Mais uma vez quero ponderar que, do ponto de vista das dolorosas divisões sociais e do antagonismo das classes sociais produzidos pelo currículo, é comum observarem-se tendências de instituir a responsabilidade pelo desperdício às classes menos afortunadas, principalmente por serem estas, em sua maioria, destituídas de uma educação formal. Creio não haver dúvidas de que o incentivo ao consumo e a indução e criação de necessidades crescentes por parte da sociedade possui o financiamento das classes mais privilegiadas, já que são elas detentoras dos instrumentos e condições indispensáveis para tanto. BAUDRILLARD (1972), ao analisar o sistema das necessidades e do consumo como sistema de forças produtivas, ressalta que “nunca houve *sociedades de penúria*, nem *sociedades de abundância*, uma vez que os gastos de uma sociedade se articulam, qualquer que seja o volume objetivo dos recursos, em função de um excedente estrutural e de um déficit igualmente estrutural” (p. 82). Para ele, um enorme excedente pode coexistir com a pior das misérias. Num primeiro momento, pareceu-me que BAUDRILLARD discordasse da visão de que o desperdício também é fruto da ação das elites econômicas ao incentivar o consumo. Todavia, ao inferir sobre a irracionalidade e o subdesenvolvimento como justificativas maiores desse comportamento, demonstrou certo alinhamento, como se pode perceber.

Sabe-se que são os mais desfavorecidos que desperdiçam da maneira mais irracional. Sabe-se que o jogo floresce em função direta do subdesenvolvimento. Há mesmo uma estreita correlação entre o subdesenvolvimento, o excesso das classes pobres e o desenvolvimento tentacular do religioso, do militar, do pessoal doméstico, do setor dispendioso e inútil.

Inversamente, assim como a sobrevivência pode cair muito abaixo do mínimo vital se a produção do excedente o exigir, também o limiar de consumo obrigatório pode ser estabelecido muito para além do estrito necessário, sempre em função da produção da mais-valia: é o caso das nossas sociedades, em que ninguém é livre de viver de raízes cruas e de água fresca (BAUDRILLARD, 1972, p. 83).

A educação também muitas vezes tem demonstrado negligência no atendimento às necessidades daqueles que buscam qualificação, principalmente de quem não possui condições financeiras para uma formação mais densa. E é possível perceber ainda que, por mais que busque uma formação adequada para o mercado de trabalho, muitas vezes o aluno se torna dependente das necessidades impostas por esse mercado. Numa percepção dos tempos

neoliberais, para BAUMAN (2006), os programas educacionais de longo prazo tendem a ser remodelados de forma imperceptível, tornando-se programas de aprendizagem em longo prazo ou ao longo da vida, assim como, responsabilizando pela seleção das qualificações e pelas conseqüências das escolhas equivocadas “aqueles situados do lado receptor do ‘mercado de trabalho’, reconhecidamente fluído e instável”. Ao referir que muitas vezes o Estado abdica da responsabilidade de prover a educação de qualidade aos cidadãos de uma sociedade democrática, BAUMAN se associa à Borg e Mayo para apontar que

essa não é a primeira nem a última função que o Estado removeria com satisfação do domínio da política e, portanto, da esfera de suas responsabilidades. Permita-me também acrescentar que a mudança da ênfase da “educação” para a “aprendizagem” condiz muito bem com outra tendência, comum entre os gerentes contemporâneos: a inclinação a “repassar” de seus ombros para os dos empregados a responsabilidade por todos os efeitos, principalmente os negativos, e de modo mais geral a responsabilidade por “não estar a altura do desafio” (BAUMAN, 2006, p. 162).

Nota-se assim, na visão do autor, tanto por parte do Estado quanto das corporações, uma tendência em atribuir responsabilidades por efeitos negativos a quem por suposição não possui condições para assumi-los, assim como, eximir-se da incumbência de tornar independentes esses sujeitos. Não estaria a Escola também assumindo papel similar na formação de seus alunos? Isso parece denotar o que SILVA (2001) nos relata ao analisar o currículo como representação. Embora estivesse até agora um tanto cauteloso, é impossível deixar de enunciar aqui que concordo com SILVA quando diz que, é através da representação que se travam batalhas decisivas de criação e de imposição de significados particulares. Por isso, “esse é um campo atravessado por relações de poder” (p. 47). O poder está inscrito e “escrito”, como marca visível, legível, na representação. Permito-me trazer um excerto primoroso do autor, como forma de ilustrar esse raciocínio, substituindo a teorização por um exercício prático.

Naquela fotografia, por exemplo, típica da etnografia do século XIX, em que um sujeito colonizado é fotografado como “objeto” de conhecimento, olhando assustado para a câmara, é possível “ler” todos os rastros deixados pelas relações de poder que possibilitaram, precisamente, a existência dessa fotografia: o domínio imperial, o olhar inquisidor do fotógrafo / etnógrafo, o olhar esquivo / submetido da pessoa fotografada (ou, alternativamente, seu olhar impertinente, desafiante)... As relações de poder que funcionaram como condições de possibilidade dessa representação deixaram aí sua marca e seu rastro inconfundíveis. (SILVA, 2001, p. 48)

Também é dessa forma que percebo as relações de poder nas sonegações empreendidas aos alunos que não prestarão vestibular, nas acusações de desperdício aos menos providos de condições financeiras, na clausura dos que não são conclamados ao diálogo e na imposição de uma educação marcada por programas de aprendizagem de longo prazo.

### **3.3. Alternativas de uma ação pedagógica para um currículo que eduque para evitar a cultura do desperdício**

O ensino normalmente exige uma parcela de dedicação extra por parte dos docentes, parcela raramente reconhecida e remunerada pelas Escolas. São momentos em que se busca engendrar e selecionar conteúdos em substituição à comodidade de transferir simplesmente aqueles contidos no livro-texto. Creio ser uma das atribuições docentes mais importantes, a busca de alternativas para que o ensino se torne mais atraente para alunos e alunas. É sobre isso os comentários que apresento a seguir.

Como já referi anteriormente, não desejo trazer receitas prontas para um currículo direcionado à educação ambiental de alunos do Ensino Básico. Também não é minha intenção propor uma pedagogia do desperdício, buscando orientar de que forma poderemos reduzir o consumo e utilizar os recursos disponíveis de forma racional. Quero trazer propostas de atuação docente que sejam facilitadoras na difícil atribuição de transformar alunos em cidadãos; em pessoas preocupadas com o futuro do Planeta. É tão somente o que pretendo.

É sabido que a questão ambiental há muito tempo deixou de ser uma preocupação somente de profissionais dedicados à área das ciências naturais, como biólogos e geógrafos, ou até mesmo, de ecologistas. Reafirma-se como uma preocupação inerente a todo e qualquer cidadão. CASTRO ET AL apud LOUREIRO (2000) destacam que a problemática ambiental, tanto em seus aspectos mais amplos, como naqueles mais específicos de cada país ou região, têm promovido questionamentos sobre a forma de ocupação e exploração do ambiente natural pelo homem. Ressalta a marca do pensamento racional cartesiano na experiência ambiental da modernidade, caracterizada pela exacerbação do uso da ciência e da razão orientando a ação humana frente aos fenômenos da natureza e da vida em sociedade. Sendo assim, para CASTRO ET AL (Idem), a educação ambiental tem sido considerada uma área, pelas críticas direcionadas ao modo de utilização do conhecimento científico e suas conseqüências à vida humana de forma geral, a ser reconhecida como importante instrumento de mudança nos modos dominantes do pensamento moderno.

CASTRO ET AL também criticam a escola, observando o quanto ela prioriza a razão e o discurso científico como forma de aquiescer e instrumentalizar as capacidades intelectuais e cognitivas, pois foi idealizada e está fundamentada nos ideais iluministas. Salientam ainda que

essa característica da educação escolar tem lhe destinado a função de reprodutora da ideologia dominante. A educação escolar construída nesse processo tem procurado atender os propósitos e interesses dos grupos dominantes; portanto, sua inscrição, de modo geral, é garantir a formação de

cidadãos, moralmente comprometidos com o projeto de sociedade burguesa, e concretamente atuando como indivíduos egoístas e independentes (CASTRO ET AL, 2000, p. 160).

Refutando a lógica de uma educação voltada para o cientificismo, com prioridade da razão, esses autores ponderam a necessidade e urgência de formarmos educadores ambientais, em função de uma crescente consciência dos problemas ambientais “e da importância de os sistemas educacionais buscarem soluções imediatas para essa situação” (p. 164). Todavia, essa educação ambiental deve ser uma expressão da “contestação do modelo de exploração do ambiente natural e, conseqüentemente, do ambiente social da vida moderna”.

Os mesmos autores ainda consideram que,

num país como o Brasil, multicultural, é necessária a construção de propostas curriculares, no plural. Propostas que vão ao encontro de diferenças étnicas, de sexo, de classe social ou cultural. Desse modo, os parâmetros devem garantir uma mesma qualidade na construção do currículo regional, mas atrelados e enfatizando a necessidade de restaurar a base material das escolas públicas, indispensável para o desenvolvimento das práticas pedagógicas ( p. 168).

Ao lembrar que os Parâmetros Curriculares Nacionais enfatizam o envolvimento de toda as instâncias da escola na educação ambiental, CASTRO ET AL ressaltam que cada um possui papel nas ações em prol do meio ambiente. O envolvimento do professor é de grande valor, “porque a ele compete o ensino de procedimentos científicos que acarretem a produção de conhecimentos e pesquisas na área (p. 171)”. As atividades dos professores de educação ambiental são componentes do aprimoramento de sua cidadania. Por ser tratar de campo temático novo, há necessidade de investimento em formação e informação, favorecendo uma reflexão crítica de sua prática como educadores.

### 3.3.1. As Interrogantes capitais

Ferramentas adequadas são necessárias quando se deseja construir produtos que satisfaçam nossas necessidades. Essa afirmativa possui muito do conceito keynesiano<sup>49</sup> da economia, assim como, está atrelada à criação de necessidades do capitalismo moderno e, por conseqüência, à cultura do desperdício, da qual já tratamos anteriormente. Todavia, não posso dela me imiscuir, nesse momento em que busco uma forma de apresentar propostas para transformar alunos em cidadãos comprometidos com o Planeta. Por isso, na busca dessas

---

<sup>49</sup> *John Maynard Keynes* (1883-1946) foi um dos mais influentes economistas do século XX, criador da Macroeconomia. Estabeleceu teorias intervencionistas contraditórias às doutrinas econômicas vigentes na época, ao estimular a adoção de políticas intervencionistas por parte do Estado sobre o funcionamento da Economia. Segundo VIEIRA (2004), para Keynes as necessidades humanas podem parecer insaciáveis; sejam elas absolutas, ou seja, aquelas que sentimos seja qual for a situação de existência; sejam elas relativas, ou seja, aquelas que sentimos caso as satisfações nos impulsionem ou nos façam superiores a nossos amigos. Para ele “as exigências ou necessidades de segunda classe, aquelas que satisfazem ao desejo pela superioridade, podem certamente ser insaciáveis, desde o mais baixo aos níveis mais elevados” (p. 06).

ferramentas, chamou minha atenção a metodologia das *Interrogantes Capitais* utilizada por CHASSOT (1995), ao analisar a educação através da química. Propõe ele a discussão da educação química por intermédio das três grandes perguntas que comandam nossas ações: *Por quê? O quê? Como?* No nosso caso, o da educação ambiental voltada para evitar a cultura do desperdício, essas perguntas estariam assim direcionadas, como ferramentas para elaborar propostas e sugestões: *Por que ensinar* para evitar uma cultura do desperdício? *O quê ensinar* para que se evite a cultura do desperdício? *Como ensinar* para evitar a cultura do desperdício?

Com relação à primeira pergunta – *Por que ensinar?* –, creio já estar devidamente justificada sua inserção como ferramenta, pois toda a argumentação trazida até aqui, e ponto forte do conteúdo dessa pesquisa, está diretamente relacionada com ela. Pelo menos é minha expectativa em relação ao entendimento daqueles que estão envolvidos nesta leitura.

Quando relatei em capítulo inicial os desperdícios que permeiam nossa existência, e do quanto eles podem ser perniciosos na demanda dos recursos do Planeta, tinha essa referência uma intenção final: ser parte da proposta de ações a serem implementadas pelos docentes numa educação ambiental conscientizadora. Creio que os desperdícios podem ser contextualizados para que se tornem instrumentos importantes quando se busca o que ensinar numa proposta de educação ambiental para o Ensino Básico.

CHASSOT (1995) ressalta a necessidade de o professor buscar assuntos ligados ao cotidiano, mesmo que prefira a disponibilidade de conteúdos pré-elaborados. Para ele, é preciso questionar

de maneira enfática: o que ensinar sobre determinado assunto? É preciso que se tenha uma adequação para cada etapa da escolarização. Isso significa, por exemplo, que modelos<sup>50</sup> mais simples podem explicar mais convenientemente certos assuntos que modelos mais sofisticados. É importante ressaltar que mais simples não significa, necessariamente, menos correto, ou até incorreto. Mais simples significa que exige menor nível de elaboração abstrata. Menos correto representa que está menos de acordo com o que se tem como verdadeiro, isto é, menos de acordo com as evidências experimentais (P. 43).

Sendo assim, o professor pode escolher o modelo mais adequado ao aspecto que deseja ensinar, transformando aquele momento de contato com seus alunos num momento ímpar e instigante. E a utilização de modelos mais simples é uma alternativa atraente quando se lida com alunos recém chegados ao Ensino Fundamental.

No caso de abordar a noção de desperdício levando em conta a adoção de modelos mais simples, pode-se sugerir a utilização de diferentes fabricantes de objetos, aqueles que se utilizam de matéria prima de origem ambientalmente correta e certificada e outros que fazem uso de recursos naturais extraídos de forma inadequada e irresponsável. Ao expor a maneira

---

<sup>50</sup> Sobre os modelos citados por CHASSOT (1995) em algumas oportunidades, trago considerações mais apropriadas em nota de rodapé mais adiante.

mais correta da ação humana em relação à natureza, é possível aguçar a curiosidade dos alunos quanto aos processos de transformação de baixo impacto ambiental. Um bom exemplo disso é a produção de móveis de madeira nobre e a de móveis de madeira aglomerada, demonstrando que é possível produzir conforto aliado ao uso racional dos recursos naturais.

CHASSOT (Idem) também critica a universalidade dos programas determinados pelos livros-textos, principalmente pelo que ele denomina de “copismo fantástico”, empreendido pelos autores dos mesmos. Dessa forma, o que se ensina na zona rural é o mesmo ensinado na zona urbana; o que se ensina no Rio Grande do Norte é o mesmo ensinado no Rio Grande do Sul. Esse resultado ele atribui à ditadura do livro-texto e pela sua falta de originalidade. No caso, da educação ambiental relativa à cultura do desperdício, também se pode trabalhar questões regionais como uma forma de incentivar alunos a transformarem o ambiente em que estão envolvidos e do qual fazem parte. Literaturas de Biologia são ricas em exemplos regionais, como as áreas de preservação ambiental existentes em nosso Estado. Esses ambientes foram por mim lembrados nesse instante, em virtude da recente tragédia imposta pela seca em importante reserva ecológica da região sul, a Reserva do Taim, e motivo de grande repercussão na mídia nacional<sup>51</sup>. A abordagem de temas regionais é fundamental para despertar nos alunos o interesse pela integração existente entre a sua realidade e a realidade da região onde vivem. Para CHASSOT (Ibidem), há contra-argumentações de que o saber deve ser oportunizado a todos, e que por isso não admite distinções; no que ele concorda de forma parcial, já que muitas vezes se torna mais confortável para o docente transferir o teor dos livros-textos do que selecionar conteúdos que favoreçam uma melhor leitura da realidade. Ainda como elemento adicional à compreensão do uso da madeira como matéria prima, citado no parágrafo anterior, podem-se resgatar aspectos históricos de nossas florestas, como a Floresta de Araucárias, que outrora compunha a paisagem regional da região Sul. Esta também é uma alternativa que possibilita o entendimento das questões regionais, nas quais muitas vezes o aluno pode sentir-se enredado.

Outra importante reflexão trazida por CHASSOT (1993), quando analisa *o que ensinar* na educação química, é a clareza que o docente deve ter sobre *para quem se está ensinando*. Embora saiba da dificuldade desse exercício, tentarei aqui transmutar para a educação ambiental o que o autor considera essencial no direcionamento desses conteúdos. Destaca ele a importância de que o professor das séries iniciais do Ensino Fundamental trabalhe no currículo por atividades. Posso imaginar a riqueza de uma educação estruturada por exemplos

---

<sup>51</sup> A Folha de S. Paulo publicava em sua edição de 02 de fevereiro de 2008: “Incêndio já consumiu 7.000 hectares de reserva ecológica”, numa referência à Reserva Ecológica do Taim que, desde o dia 28 de janeiro, teve grande parte da vegetação consumida por um incêndio.

práticos, em atividades nas quais a relação professor / aluno é constituída de uma interação repleta de conhecimentos. Creio ser uma forma de despertar desde cedo a atenção dos alunos para o uso racional dos recursos disponíveis e para a importância de manter o planeta limpo.

A *professora Ana* em suas narrativas destaca que alguns alunos trazem de casa noções relacionadas à questão ambiental, principalmente em relação ao tratamento do lixo doméstico. Diz ela que

*Dessa forma, eles nos mostram que alguma coisa já foi introduzida dentro da família. Mas, tem outras crianças que vem “purinhas” e não tem noção de nada. Mas, aí eles aprendem com os outros e a gente percebe que acontece uma espécie de troca, uma troca de saberes.*

Também na sensibilização relativa ao consumo, a *professora Ana* demonstra estar efetivamente disposta a despertar nos alunos a reflexão sobre a necessidade da aquisição de determinados produtos, chamando a atenção até mesmo das mães desses alunos para uma mudança de comportamento.

*Eu questiono muito eles, principalmente em relação a algum brinquedo novo. Eu pergunto se há necessidade disso. Às vezes, as mães me perguntam o que eu faço na Escola que os filhos deixam de querer as novidades tecnológicas. Eu creio que os pais também precisam questionar sobre a necessidade de aquisição de certos objetos.*

Nas séries finais do Ensino Fundamental, alunos e alunas normalmente são despertados e incentivados para o mercado da “moda”. São introduzidos de forma mais radical na lógica do consumo, lógica essa do signo e da diferença, conforme BAUDRILLARD (1972). É o lugar e o momento onde objetos tomam estatuto de utensílio, de mercadoria, de símbolo ou de signo, de acordo com a ordenação da lógica em causa. DIAS apud ZILIOTTO (2003), visualiza a questão psicológica da imagem e da moda, destacando que

o problema que se coloca, como efeito do narcisismo pelo cultivo da imagem, se refere à subdução do ser falante a uma imagem. Nesse sentido, a moda tem se valido desse efeito cativante que a imagem adquire, de maneira a instrumentalizar objetos, que outorgariam aos consumidores não somente a beleza despertada pela roupa, mas sim um tipo de ser que é vinculado a tal objeto, e que, por sua vez, passa a ser considerado como imagem ideal a ser cultivada, com o apoio maciço da mídia (p. 15).

Embora seja um duelo desigual, tendo em vista o poder apelativo que os instrumentos midiáticos desempenham na construção de necessidades nos adolescentes, tornar sensíveis alunos com relação à não adesão à *ditadura da moda* não deixa de ser uma forma de educar para preservação do Planeta. Pelo menos é o que se pode presumir das reflexões trazidas em capítulo anterior quando abordei atitudes e comportamentos.

O uso do uniforme escolar é uma forma de inibir a ocorrência de conflitos determinados pela ‘moda’ no espaço da escola. Pelo menos essa é a opinião da *professora Beatriz* em relação aos alunos das séries finais do Ensino Fundamental. Segundo ela, além da

utilidade como elemento de identificação, seu uso elimina disputas pessoais relativas a símbolos.

*Uma coisa que eu gosto e que acho muito legal na Escola é a questão do uniforme. E é uma coisa assim que a irmã Diretora prega. Que nós temos que pegar firme. Realmente, primeiro é uma questão de identificação. É importante isso. E, em segundo, eu vejo que se não fosse assim a disputa de roupas iria ser muito grande.*

Os produtos frutos da tecnologia são vistos pela *professora Beatriz* de uma forma crítica em sua disponibilidade e aquisição. Ressalta que, embora os avanços tecnológicos tenham prometido um mundo mais justo e igual, eles parecem não ter cumprido o que a ciência apregoou nos últimos tempos.

*Tudo bem! Vivemos num mundo de tecnologia, disso e daquilo. Mas, ao mesmo tempo, vivemos num mundo de grande desigualdade social, de grande miséria. Não é bem assim. Talvez para aqueles que valorizam muito o “ter” e “têm”, eles vejam dessa forma. Mas para aqueles que valorizam o “ser”, parece que não é bem assim. E não só em termos de Brasil, mas em termos de mundo. Veja as misérias na África e dos próprios países latinos. Então, toda esta tecnologia só é legal quando bem usada.*

Também a participação dos pais na educação dos filhos é parte da preocupação da *professora Beatriz* em suas narrativas. Para ela, os pais possuem parcela da culpa pela adoção de uma postura de consumo desnecessário despertada precocemente nos filhos. Ao refletir sobre essa postura familiar ela enfatiza

*Eu acho que os professores tentam sensibilizar os alunos em relação ao desperdício. [...] Muitas vezes os pais acabam adquirindo os produtos desejados pelos filhos para compensar as horas que não estão em convívio com os mesmos. E, dessa forma, acabam deixando de inculcar valores importantes na educação dos filhos. E os filhos acham que é tão fácil comprar que não se dão conta do sacrifício empreendido para aquisição daquele bem.*

Alunos do Ensino Médio normalmente já estão inseridos em sua totalidade no mercado de consumo, alguns de maneira mais efetiva e com maior ou menor grau de adesão aos predicados da moda, outros ainda timidamente e na espera de serem seduzidos. Por possuírem presumidamente visão mais acentuada (ou não) da questão ambiental, pode-se adentrar com profundidade em temáticas relacionadas ao desperdício, principalmente aquelas que solicitem conhecimentos de geografia, economia e política. Portanto, se apresenta um cabedal de possibilidades da atuação docente nessa etapa do Ensino Básico, como a utilização de temas do cotidiano para discussão ou de recursos audiovisuais para reflexão.

Narrativas da *professora Clarissa*, que trabalha com o Ensino Médio, sobre comportamentos em sala de aula, são profícuas para uma observação da preocupação desses alunos com relação ao desperdício.

*Não vejo no aluno um sujeito preocupado com o desperdício. Dentro de uma turma de trinta alunos posso dizer que existem uns três ou quatro. Mas é assim, a influência do próprio meio. Eu noto que um tem um celular moderno, o outro vai tentar ter.*

A professora Clarissa também apresenta questionamentos e reflexões aos alunos do Ensino Médio, relativos à aquisição de produtos e das vantagens que os mesmos poderão efetivamente trazer a quem os adquiriu. Para tanto, se utiliza de interrogações tais como

***Por que a gente deixa certas coisas pra poder ter outras melhores? O que vai trazer de vantagem, o que vai trazer de desvantagem? O próprio celular ou a própria roupa de marca. Por que se vai comprar uma mais cara? Será que vale a pena comprar uma mais cara? Dentro do possível a gente tenta fazer com que eles critiquem, que eles abram os olhos. Mas, nem todos a gente consegue atingir.***

Destaca ela que uma das premissas básicas para adquirir um produto é a utilidade do mesmo para o uso diário. Pelo menos é essa sua concepção no momento de decidir pela aquisição. Todavia, diz ela não ser essa a realidade de seus alunos.

***Eles não têm essa noção. Eles querem o agradável. Só o útil, não. Eles querem unir o útil ao agradável, ao bonito também. Eles querem o de última geração, que tira foto, que escuta música.***

Nesse aspecto, novamente BAUDRILLARD (1972) nos ensina que o prazer de mudar de vestuário, de objetos, de carro, sanciona psicologicamente constrangimentos de outra ordem, aqueles de diferenciação social e de prestígio. Diz ele que, é só nas sociedades com mobilidade social que aparece o efeito da moda, destacando ainda que

o estatuto social ascendente ou descendente deve inscrever-se num fluxo e refluxo contínuo dos signos distintivos. Tal classe já não está duradouramente destinada a determinada categoria de objetos (ou por determinado estilo de vestir): pelo contrario, todas as classes estão destinadas à mudança, todas assumem como valor a necessidade da moda, assim como participam (mais ou menos) ao imperativo universal da modalidade social. Por outras palavras: os objetos, ao desempenharem o papel de expoentes do estatuto social, e dado que tal estatuto se tornou virtualmente móvel, atestarão sempre simultaneamente uma situação adquirida (sempre o fizeram), mas também, ao inscreverem-se no ciclo distintivo da moda, virtualidades de modalidades desse estatuto social (p. 39).

A influência dos pais no comportamento dos filhos também é relatada nas narrativas dessa docente. Exemplifica ela com um acontecimento recente onde, diante da necessidade da aquisição de um livro didático de determinada disciplina para o aluno, com custo estimado em torno de quarenta reais, os pais se negaram a adquiri-lo. Posteriormente, notou a docente que o aluno portava um celular de valor aproximado a mil reais. Sendo assim, para ela ficaram patentes os diversos significados atribuídos pelos pais ao livro e ao celular, e que certamente estará influenciando o comportamento daquele aluno.

Observa-se que a interrogante capital “o que ensinar” nos proporciona uma infinidade de atuações, pois a temática é rica em exemplos e formas de abordagem. Mesmo que me disponha a enumerar aqui determinada quantidade, por certo, não abarcaria a totalidade existente. Os Parâmetros Curriculares Nacionais sugerem que se ministrem conteúdos de educação ambiental organizados em três blocos, para o Ensino Fundamental: ciclos da natureza, sociedade e meio ambiente e meio ambiente e conservação ambiental. Inclusive

seria conveniente me utilizar aqui desses blocos como fio condutor. Todavia, prefiro não ampliar o foco de minha proposta, nem desvirtuar uma abordagem que até aqui procurei trazer alinhada, mantendo-a na direção de evitarmos a cultura do desperdício.

Na busca de subsídios para a educação química, a última interrogante que CHASSOT (1993) nos traz é “como ensinar?” Diz ele que, uma das grandes preocupações atuais é a busca de ações intensas que contribuam para a formação de profissionais que possuam uma efetiva consciência de cidadania, independência de pensamento e capacidade crítica, atributos que devem adquirir ao longo de sua formação acadêmica. Examinou o autor, dentro dessa interrogante, características presentes não somente em nossa ação como educadores, como também nas situações não formais nas quais educamos, incluindo atividades enquanto empregadores, chefes, pais e até mesmo enquanto cidadãos. Dessas, resolvi destacar três em especial: *a assepsia*, *o dogmatismo* e *a preterição da história como pano de fundo*. A primeira é mais acentuadamente presente, à medida que se ascende em graus maiores do ensino. Parece haver uma necessidade de o professor transmitir conteúdos oriundos de mentes privilegiadas e descobertas feitas pelos mais iluminados. CHASSOT (1995) avalia que se nossa crença é de que

ensinamos para que o aluno possa ler melhor o mundo em que vive, observando o que ensinamos, é muito provável que concluamos que é preciso mudar o que ensinamos. O nosso ensino não é vinculado com a realidade. E a realidade, aqui, é a do aluno, que pode ser – e muitas vezes é – diferente da do professor.

É conhecida a exemplificação (e o fato é real) do professor de ciência que ensinava as partes da árvore, usando slides e desenhos no quadro-negro, quando no pátio, ao lado de sua sala, havia várias árvores, que não foram lembradas. Acredito que todos nós poderíamos ilustrar convenientemente ações docentes que são completamente desvinculadas da realidade. É provável que quando nos perguntamos “porque estou ensinando este conteúdo?” e não temos uma resposta convincente, é porque, provavelmente, este conteúdo é inútil para os estudantes, ou é útil apenas, para manter ainda mais a dominação (p. 46).

E essa realidade parece fazer parte da grande maioria do fazer docente de nosso ensino. Quantas vezes durante o ensino formal fomos vítimas de conhecimentos inúteis nas mais diferentes disciplinas? Mas para que as transformações sejam possíveis, há necessidade de questionamentos e reflexões, tais como pude perceber em algumas narrativas das docentes entrevistadas.

Pensando numa forma de enfatizar a noção do desperdício trazendo aos alunos questionamentos e reflexões, há inúmeras possibilidades de ação docente. Em sua maioria, podem-se agregar conhecimentos resgatados junto aos próprios alunos em suas relações sociais e de como parentes e conhecidos costumam lidar com o desperdício. Ao trazer exemplos da realidade social doméstica, e após a reflexão induzida pela professora, o aluno poderá contribuir com mudanças de comportamento que afetam até mesmo os de suas relações. Para isso, pode-se abordar a questão da necessidade da troca periódica do celular por

outro modelo mais moderno ou elegante, do uso demasiado de sacos plásticos para as compras no supermercado, da redução da conta de energia elétrica pelo desligamento de lâmpadas acesas desnecessariamente ou da utilização de água tratada para lavar a calçada ou dar descarga no banheiro.

O *dogmatismo do ensino* é apontado por CHASSOT (1995) como um vício que perpassa com igual intensidade todos os graus de ensino, fazendo muitas vezes parecer que a Escola não é passível de correções. Diz ele que, nós mesmos somos muitas vezes acometidos de certo grau de dogmatismo, quando nos mostramos inflexíveis em relação a mudanças ou possíveis alterações. E uma atitude como essa é potencialmente crítica para quem possui a educação como ofício, principalmente no mundo pós-moderno onde as mudanças são uma constante. O dogmatismo é o contraponto da incerteza e da probabilidade, e sobre essa característica o autor conclui recordando de

nossa obrigação de educar *não* para a certeza, e sim para *incerteza*; e só então estaremos formando cidadãos críticos, isto é, inseridos criticamente na realidade sócio-política-econômica do país. As *verdades absolutas* não existem como tais, mas todos os “*conceitos*” e “*verdades*” têm um relativo grau de coerência com os interesses e objetivos a que estão servindo. Nossas aulas são permanentes exemplos desta situação. Por exemplo, quando fizemos uma opção pelo ensino de determinado modelo. As *verdades parciais* (todas as nossas o são) são úteis para se construir um mundo melhor ao redor de nós (p. 49).

Também em busca de verdades absolutas, a ciência, muitas vezes, menosprezou / menospreza os saberes populares conhecidos há muitas gerações, tais como a conservação de alimentos e a medicina caseira. CHASSOT (2003) alerta para a necessidade de resgatarmos práticas em extinção em prol da preservação do conhecimento. Por isso, “a escola necessita aprender a valorizar os mais velhos e os não-letrados como fontes de conhecimento que podem ser levados à sala de aula (p. 73)”. Creio que isso deve ser instituído também pela educação ambiental, valorizando e preservando saberes detidos por gerações mais maduras, tornando-se assim, mais uma forma de atender à interrogante capital “como ensinar”.

Ainda sobre o *dogmatismo no ensino*, creio ser de bom grado atentar para a concepção bancária de ensino diagnosticada por Paulo FREIRE (2005), quando a educação se torna um ato de depositar, em que “os educandos são os depositários e o educador o depositante” (p. 66). Diz ele que, ao invés de comunicar-se, o docente faz ‘comunicados’ e depósitos que os alunos recebem pacientemente, memorizam e repetem. Para FREIRE (Idem), na visão bancária da educação,

...o ‘saber’ é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca (p. 67).

Portanto, cabem cuidados, também na educação ambiental, para uma não aceitação do dogmatismo, evitando que essa postura reflita em uma possível alienação de nossos alunos e alunas, contrariamente àquela prática educativa que proporcione uma leitura adequada do mundo em que vivemos.

Outra característica presente em nossa ação como educadores, ou mesmo em outras ações formais, destacada por CHASSOT (1993), é o *desprezo pela ciência da História* como pano de fundo para a transmissão de conhecimentos. Destaca ele que esse hábito é comum em nosso ensino, sendo difícil precisar em qual das áreas do conhecimento ele mais ocorre. Salienta que, ao lado de *trabalhar com a incerteza*, devemos mostrar como são construídos os diferentes modelos<sup>52</sup>, por que eventualmente alguns são abandonados e outros ainda modificados. Sobre a importância da história na construção do conhecimento, ele enfatiza que hoje,

se está cada vez mais convencido da interdisciplinaridade do conhecimento, e algo que deve facilitar esta interdisciplinaridade é a história da construção do conhecimento. Hoje pode-se afirmar, com muita segurança, que todo o professor de qualquer área do conhecimento, deve conhecer História (p. 53).

‘Resgatar os rascunhos’<sup>53</sup> é a expressão que CHASSOT (Idem) utiliza para ressaltar que, ao lado de apresentar aos nossos alunos o conhecimento acabado, é necessário também mostrar como ele foi produzido. Assim, a busca por um *ensino histórico* poderá alterar as concepções de alunos e alunas sobre a Ciência e sobre os cientistas, ou, no nosso caso, sobre a Educação Ambiental e aqueles que buscam preservar o meio ambiente, gerando conseqüentemente uma nova postura e uma aproximação das questões ambientais.

Como referi previamente, quando destaquei alguns desperdícios de nosso cotidiano, disse que fazia isso com intenções de aqui tecer propostas de uma sensibilização na Educação Básica. Sendo assim, quero tratá-los a partir de agora e sugerir ações para que nossos alunos e alunas sejam instados a observar a realidade humana de modo diverso daquela por eles conhecida. Enfim, que sejam capazes de modificar atitudes no modo de lidar com recursos como a água tratada, os alimentos, a energia elétrica e os derivados de petróleo.

Como já se observou a água é elemento essencial insubstituível à vida individual e coletiva, sendo seu acesso não um problema de escolha, mas uma necessidade ligada à própria vida. Sensibilizar alunos e alunas para a importância da conservação da água é primordial desde as primeiras séries do Ensino Básico. Apresentar exemplos de desperdício da água,

---

<sup>52</sup> Percebo que CHASSOT (1993), ao fazer referência aos modelos, em sua análise da educação através da química, demonstra tratar dos modelos atômicos. Entretanto, quero esclarecer que na concepção aqui trazida por mim, enquanto pesquisador, utilizo-a como um modo de perceber as modificações pelas quais passam os modelos teóricos construídos ao longo do tempo. É dessa forma que me utilizo das reflexões do autor para observar a construção e modificação de modelos.

<sup>53</sup> CHASSOT toma emprestada a expressão da Professora Gelsa Knijnik, que a citou em 20 de maio de 1987 em curso de Especialização em Ensino de Ciências na Serra Gaúcha.

demonstrando quanto tempo uma torneira gotejando ou meio aberta demora para encher uma garrafa de água de um litro, parece ser de fácil entendimento. Uma alternativa são algumas experiências domésticas, como encher uma bacia com a água proveniente do chuveiro por um determinado tempo e medir o volume acumulado, permitindo assim uma previsão de consumo no banho diário de cada um e cada uma. A seguir, podem-se realizar cálculos básicos matemáticos para enfatizar a quantidade de água desperdiçada se forem somados os prováveis consumos dos vizinhos. Paralelamente a essas experiências, pode-se alertar para a quantidade de água existente no planeta e sobre a porcentagem de água doce disponível no montante. Além disso, pode-se explicar o quanto o país foi privilegiado com esse recurso, mas, em não havendo cuidado com o seu uso, quais as possíveis conseqüências para o futuro. Ainda na etapa inicial da escolarização, é comum a utilização do termo “alfabetização ecológica”, partindo da premissa de que para o desenvolvimento de uma educação ambiental efetiva é necessária uma fundamentação intelectual através do pensamento sistêmico.

Alunos e alunas, já sabedores dos possíveis desperdícios no ambiente doméstico, podem ser conclamados a realizarem visitas a estações locais de tratamento da água, de forma a perceberem a responsabilidade e o custo da disponibilização desse bem por parte dos órgãos públicos. Ao terem claras, a forma pela qual a água é captada em sua origem e as etapas pelas quais necessita percorrer durante o processo de tratamento, até que esteja em condições de ser conduzida às residências, poderão ter despertada a atenção para o valor intrínseco desse recurso. Visitas a mananciais locais que abastecem estações de captação, além de alertar para a necessidade da preservação e de cuidados com esses espaços, são capazes de fornecer a alunos e alunas uma visão da integração necessária entre homem e meio ambiente. Também, dentro da concepção de se adotar um ensino histórico, trazida por CHASSOT (1993), pode-se resgatar o passado das condições da água nesses locais, através de entrevistas com ribeirinhos, despertando em alunos e alunas a importância de usar a História como pano de fundo na aquisição de conhecimentos.

A educação ambiental enseja ainda inúmeras oportunidades a alunos e alunas de reflexões sobre aspectos do mundo global que acabam interferindo em realidades locais. A quantidade de água virtual implícita nos alimentos, assunto trazido em capítulo inicial dessa dissertação, pode se constituir em outra forma de reflexão, enfatizando a necessidade de uma mudança de comportamento como fator decisivo no futuro da sociedade para preservar tal recurso. Desafiá-los a elaborarem propostas de mudança comportamental é uma forma de incitar uma nova cultura de preservação dos recursos do planeta.

Mas, da mesma forma que CHASSOT (2006), entendo que a nossa relação com o ambiente é mais próxima do que aquelas realidades distantes a quilômetros de nossa casa. Salienta ele que “o riacho do nosso bairro, o lixão da vila ou o esgoto sanitário da nossa rua são preocupações tão (ou mais) importantes que as campanhas pelo não-uso de derivados de fluorcarbonetos”. Quanto à formação de cidadãos comprometidos com o ambiente

A cidadania que queremos é aquela que passa a ser exercida através de posturas críticas na busca de modificações do ambiente natural – e que estas sejam, evidentemente, para melhor.

Aquele aluno que, por ter discutido estas questões na escola, souber propor na sua casa um processo de seleção do lixo que redundar na facilitação do trabalho das catadoras, não apenas para que estas consigam material mais limpo e organizado, mas que corram menos riscos, quando manuseiam os nossos rejeitos – onde colocamos, sem embalar de maneira mais cuidadosa, cacos de vidro, por exemplo –, estará exercendo uma cidadania mais crítica do que aquele que organiza uma passeata para salvar pandas ameaçados de extinção. Aquela aluna que souber orientar sua mãe para que esta procure usar proteção para as mãos e para os olhos quando trabalha com produtos domo-sanitários agressivos é mais ambientalista do que se estivesse discutindo os riscos derivados de fluorcarbonetos para a camada de ozônio. (CHASSOT, 2006, p. 137)

Certamente são comportamentos desse tipo que podem compor o currículo de uma educação ambiental voltada para a formação de cidadãos que saibam ver o mundo de maneira diferente.

Adotar instrumentos de investigação, como a busca de notícias relacionadas com a questão do uso da água em jornais de circulação locais, para discussão em sala de aula, é uma alternativa válida e com resultados que podem ser extraordinários.

Outro desperdício que pode ser percebido de maneira abundante é o de alimentos. Os locais onde o mesmo ocorre são os mais variados, desde restaurantes coletivos, sejam eles comerciais ou de empresas privadas, onde dezenas de pessoas diariamente transitam, até mesmo, em residências onde famílias se reúnem para fazer as refeições. O excesso produzido pelo cálculo errôneo ao preparar alimentos, o que normalmente acontece na carência de planejamento, é responsável por sobras que, na maioria das vezes, tem como destino certo o lixo. A atenção para o desperdício de alimentos pode ser também despertada pela observação rotineira dos restos depositados no lixo. Da mesma forma que a quantidade de água desperdiçada pelo chuveiro ou nas torneiras, o peso dos restos alimentares pode se tornar precioso instrumento para cálculos matemáticos que demonstrem a periodicidade e o volume descartado em casa ou na escola. Fazê-los entender que esse descarte, somado àqueles que possam ocorrer na vizinhança ou em outras escolas, pode ultrapassar volumes inimagináveis, oportuniza o entendimento de que a quantidade produzida está diretamente relacionada com quanto e quem vai consumir. Chamar a atenção desses alunos e alunas para a importância do alimento para os seres vivos, e que, o desperdício determina a perda de todo um esforço empreendido desde a preparação da terra – aqui me refiro à agricultura de forma geral – até a

elaboração das refeições, passando pela colheita, o transporte, a armazenagem e a comercialização, é uma forma de valorizar esse recurso e conscientizá-los sobre as conseqüências de seu abuso e descarte.

Os aterros sanitários, ou “lixões” como alguns são chamados em função das condições inadequadas, são locais de profunda reflexão a respeito dos excessos cometidos pelos humanos ao longo das últimas décadas. Alunos e alunas ao visitarem esses locais poderão elaborar relatórios, trazendo cada um e cada uma visões ampliadas a respeito de um problema que tem afligido moradores do planeta preocupados com o futuro: Onde depositar o lixo produzido de forma cada vez mais intensa pela população? LUTZENBERGER (2001) afirma que a problemática do lixo urbano é uma das grandes dores de cabeça de todo prefeito, com maiores proporções nas grandes cidades, onde o volume alcança milhares de toneladas diariamente. Diz ele que

Existem soluções simples, baratas, ecológicas e socialmente interessantes, mas são vários os fatores que conspiram para que estas soluções não sejam conhecidas e aplicadas.

Em primeiro lugar está a ideologia da sociedade de consumo que, na reciclagem de materiais valiosos e irrecuperáveis, só vê a economicidade monetária para a entidade recicladora, não o benefício social e o interesse das gerações futuras. Uma sociedade que fosse racional em termos de uso justo de recursos finitos não produziria o tipo de lixo que produzimos hoje.

Por outro lado, as soluções oferecidas pela tecnocracia requerem investimentos tão enormes e custos de operação tão elevados, sem deixar lucros, que elas não estão ao alcance da grande maioria de nossas administrações municipais, financeiramente exauridas pelo indecente modelo centralista que ainda nos assola.

Entre essas soluções estão as fábricas de compostagem e as usinas de incineração (p. 52).

A energia elétrica talvez seja um dos recursos que causou transformações significativas na vida humana, possibilitando uma série de avanços nas condições de conforto de nossa existência. A ampliação do horário de convivência familiar ou da possibilidade de se estender a jornada de trabalho, com funcionamento de máquinas e equipamentos durante vinte e quatro horas, é somente um dos poucos exemplos que se pode relatar. Mas, o custo na geração deste recurso implica em vários fatores ambientais, tanto na construção das usinas hidrelétricas, responsáveis pela desapropriação de áreas naturais e ecossistemas completos e pelo deslocamento de populações quando das inundações necessárias, quanto das usinas termelétricas, onde a queima de combustível sólido ou gasoso pode implicar em um consumo de recursos finitos.

Exercícios comparativos de consumo são profícuos na compreensão da economia gerada por uma postura responsável e seu impacto na fatura mensal de energia elétrica. Pode-se comparar, por exemplo, o consumo de energia do chuveiro elétrico ligado durante quinze minutos e, a mesma energia utilizada para acionar um número equivalente de lâmpadas incandescentes durante o mesmo período. Outro exercício, de igual teor educativo na questão

do desperdício, é o traço comparativo entre o consumo de energia elétrica de lâmpadas incandescentes e o de lâmpadas eletrônicas. Similar aos cálculos sugeridos na avaliação dos desperdícios de água e alimentos, a multiplicação do desperdício de energia elétrica, supondo um consumo médio nas mesmas proporções pela vizinhança, traz subsídios para entender os motivos que podem levar o governo à construção de mais usinas, gerando mais problemas ambientais. Visitas a estações de geração e distribuição de energia elétrica também são excelentes momentos de apreciação do custo que envolve todo o processo.

Sabemos que as sacolas plásticas e os sacos plásticos, tal como outros descartáveis, são inegavelmente os vilões de enchentes e inundações na maioria das cidades, com maior evidência nas mais populosas. Utilizados de forma indiscriminada pelos consumidores em supermercados e grandes redes comerciais, estão sendo motivo de estudos por parte das administrações públicas, principalmente em função dos inconvenientes que trazem durante o período de chuvas. Embora se reconheçam facilidades trazidas pelos sacos e sacolas plásticas, gerados a partir do petróleo, esses recipientes possuem um dos mais longínquos prazos de degradação. Segundo dados da Editora Abril, publicados em revista de circulação nacional recentemente, cada família brasileira usa, em média, 66 sacolas plásticas de supermercado por mês. Alguns governos têm adotando medidas restritivas em relação ao uso das embalagens de polietileno. Um dos maiores problemas desse material é a espessura, característica que impede a reciclagem. Comumente, seu reaproveitamento se dá como recipiente para lixo doméstico, mas a maioria tem como destino lagos e córregos, onde a degradação possui um período de duzentos anos. Segundo a mesma fonte, na cidade de São Francisco, nos Estados Unidos, são distribuídos somente sacos de papel nos supermercados; em muitas cidades da Europa as pessoas já se acostumam ao antigo hábito de levar o carrinho de compras ao supermercado; na África do Sul, o comerciante que fornecer sacolas plásticas ao consumidor pode ser penalizado com multa; na Irlanda, o governo instituiu uma taxa de quinze centavos de Euro por sacola plástica usada nas compras. Vê-se assim, que a preocupação com embalagens plásticas não se restringe às cidades populosas; inúmeros países buscam soluções para resolver o problema das sacolas e sacos plásticos, reduzindo por conseqüência, o desperdício do petróleo na produção desses descartáveis.

Mas como sensibilizar alunos na questão desses descartáveis? Como ensinar possíveis alternativas para substituição das sacolas e sacos plásticos na embalagem de produtos? O uso de sacos de papel como alternativa ainda suscita estudos mais aprofundados, em função da necessidade de se abater árvores para a produção da celulose. Algumas pessoas têm sido incentivadas a comparecer às compras fazendo uso de sacolas de pano ou de outro material

diferente do plástico<sup>54</sup>. Esses exemplos de uso alternativo de invólucros para mercadorias em supermercados, podem ser enfatizados com alunos do Ensino Básico, bem como, a observação de produtos que utilizem inúmeros componentes em sua embalagem de venda, desde encorpados manuais de instruções – nos mais variados idiomas – até chaveiros e suportes plásticos. Há inclusive produtos, como o telefone móvel e o tocador de músicas – MP3, que sequer ocupam um terço da embalagem de comercialização. A trazida desses exemplos para o espaço da sala de aula, facilita a observação da quantidade de matéria prima prospectada na natureza e de que forma é composta cada parte do produto final.

Ao trazer propostas para um currículo que modifique a visão dos alunos em relação à cultura do desperdício, tema identificado com a educação ambiental, o maior desafio, na visão de LAYRARGUES apud LOUREIRO (2000), é o de incorporar novos conceitos que dêem conta das novas realidades. Há, segundo ele, certa confusão no imaginário de muitos entre o domínio da educação conservacionista com a educação ambiental. Segundo ele, acostumamos a desenvolver atividades educativas versando sobre os efeitos dos processos erosivos associados ao pastoreio excessivo, ou sobre a expansão urbana descontrolada associada às invasões de encostas de morros, margens de rios e corpos d'água. Desenvolvemos práticas demonstrando a erosão do solo, o deslizamento de encostas, o assoreamento de rios e inundações de cidades. “Contudo, se prestarmos atenção, assim procedendo, estamos dando mais atenção às conseqüências do que às causas do fenômeno” (p. 91). Também de nossa parte, como sujeitos da ação ambiental e educadores preocupados com a questão ambiental, creio que devemos estar atentos para sensibilizar alunos no tocante às causas do desperdício. É nossa tarefa também, reconhecer a responsabilidade das ações como educadores, da mesma forma pensada por CHASSOT (2003), para que se possa transformar alunos e alunas em homens e mulheres mais críticos. Para que “estudantes possam ler a linguagem que descreve a natureza da qual somos parte, tornando-se agentes de transformações – para melhor – do mundo em que vivemos” (p. 67).

### **3.4 Como pesquisador: uma postura visionária de meu futuro**

Encerrar este texto é para mim, talvez, a mais árdua de todas as tarefas, já que há tanto tempo me envolvo na tessitura dessa escrita. Quantas vezes a síndrome da página em branco,

---

<sup>54</sup> Segundo a revista Super Interessante, em Joinville (SC), desde 2004, algumas padarias dão desconto de 10% no pão e no leite às pessoas que levarem uma sacola de casa.

de Tomaz Tadeu da SILVA, assolou-me em oportunidades que procurava ordenar os pensamentos. E, nesse momento, ela parece se fazer presente novamente. A rotina de sentar-me à frente do teclado do computador, buscar inspiração nos teóricos escolhidos e remexer as narrativas trazidas do espaço de pesquisa está agora em mim profundamente arraigada. Tratar de um epílogo aqui, certamente traz sentimentos de perda. Por isso, essa não se constitui apenas uma forma de arremate de meu trabalho. Não sei se, mais do que uma intenção futura como pesquisador, talvez afirmar sobre minha pretensão de prosseguir na investigação do desperdício seja uma afirmação que me console no momento complexo vivido aqui e agora.

Fiz-me pesquisador, como antes relatei, por uma ansiedade surgida ainda na especialização em História, onde a leitura sobre questões ambientais trouxe inquietações em minha mente. Dentre essas inquietações, a abordagem incisiva do desperdício pelo ambientalista José LUTZENBERGER, tornou-se meu fio condutor. Foi ela a causa de meu envolvimento com o problema de pesquisa.

As leituras propostas inicialmente pelo meu orientador, e outras posteriormente sugeridas pela Banca de Qualificação, possibilitaram maiores condições de análise bem como um maior entendimento das relações consumo desperdício. O amadurecimento intelectual e o despertar para deslocamentos proporcionaram a visão em distintos ângulos. Talvez estes tenham sido os maiores benefícios de meu contato com a academia.

Creio que a contribuição teórica mais significativa de meu trabalho de pesquisa para a sociedade, seja o despertar de alunos e alunas para mudanças de comportamento em relação aos recursos do planeta, fornecendo subsídios para um currículo formal que permita uma visão crítica da realidade em que vivemos. Talvez, também, esses discentes possam ser sensibilizados para uma educação ambiental voltada para a análise das causas e não das conseqüências. E isso, creio, ficou mais nítido, quando empreendi, amparado pela performance de LAYRARGUES (2002), críticas à forma pela qual a abordagem da filosofia dos “três erros” é muitas vezes professada em escolas, como forma de sensibilização sobre questões ambientais.

Prosseguir em investigações como pesquisador é uma de minhas intenções, embora reconheça a necessidade de um maior aprofundamento nas questões periféricas da educação ambiental. Com formação inicial na ciência da História, e pela história ambiental posteriormente desperto, acredito ser este o viés pelo qual me deixei envolver nas últimas ações, e de que pretendo me encharcar no futuro. Para CARVALHO (2002), a educação ambiental é como um feixe de histórias narradas por educadores ambientais, apresentando-se como uma *história nativa* composta de diversos eventos ambientais. A educação ambiental

possui um “enredo que recursivamente orienta e situa os educadores dentro de uma trama comum”. É uma operação produzida a partir do entrecruzamento do presente e do passado, tendo uma cronologia de obras, autores e eventos como referências histórico-temporais, organizada através de uma memória seletiva. Destaca a autora que, grande parte das histórias da educação ambiental sistematizadas ou relatadas por educadores,

em que pesem as diferentes ênfases e cortes epistemológicos, resgata os grandes marcos internacionais, documentos e conferências que nomeiam a *educação ambiental* e definem as práticas a ela associadas. Esse recontar dos fatos marcantes parece evidenciar, por um lado, que a leitura das grandes conferências foi ponto de partida para a inserção de muitos nessa nova prática educativa. De outro, esse efeito de repetição confere aos documentos internacionais certo caráter de *mito de origem*. Dessa forma, eles passam a ser os fiadores da legitimidade pretendida pela EA, tanto para o público interno quanto para o efeito de reconhecimento externo, operando como um *corpus* discursivo unificador de uma memória comum (os grifos são da autora) (CARVALHO, 2002, p. 152).

Da mesma forma entendida por CARVALHO, o documento divulgado por LUTZENBERGER, sob o título de “A farra do desperdício”, com publicação tanto no Brasil, quanto pela Universidade de Los Andes, na Venezuela, serviu de mote e ponto de partida para despertar minha atenção para a educação ambiental. Ou seja, similar aos significados atribuídos pela autora aos grandes marcos internacionais, documentos e conferências e às práticas a eles associados, “A farra do desperdício” transformou-se para mim num *mito de origem*, e que, *a posteriori*, pode também ser considerado fiador da legitimidade de meu futuro como pesquisador.

## REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, Jean. *Para uma crítica da economia política do signo*. Lisboa: Martins Fontes, 1972.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Tempos Líquidos*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Vidas desperdiçadas*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Vida líquida*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BETTS, Jaime. *Consumismo e patologia da razão*. In: ZILIOOTTO, Denise Macedo (Org.). *O Consumidor: objeto da cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- CARSON, Rachel, *Primavera Silenciosa*. Barcelona: Diagonal, 2001.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CHASSOT, Attico Inácio. *Alfabetização científica: questões e desafios para a educação*. Ijuí: UNIJUÍ, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Educação consciência*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Catalisando transformações na educação*. Ijuí: UNIJUÍ, 1993.
- CHASSOT, A. I.; OLIVEIRA, J. R. (Org.). *Ciência, ética e cultura na educação*. São Leopoldo: UNISINOS, 1998.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 10. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*; Trad. Tomaz Tadeu da Silva, 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. 'Space of experience' and "'Horizon of expectation': two historical categories", In: R. Koselleck, *Futures past: on the semantics of historical time*, Cambridge (Mass.)/Londres, The MIT Press, 1985b.

LAYRARGUES, Philippe. *O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental*. Publicação do GPEA – UFMT, HYPERLINK <"http://www.ufmt.br/gpea/pub/philippe\_latinhas.pdf"> - Acessado em 23.11.07

LUTZENBERGER, José Antonio. *Fim do futuro? Manifesto ecológico brasileiro*. Porto Alegre: Movimento, 1980.

\_\_\_\_\_. *Ecologia: do jardim ao poder*. 11. ed. Porto Alegre: L & PM, 2001.

LOUREIRO, F.; LAYRARGUES, P.; CASTRO, R. (Org.) *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl. *O Capital – Volume 1*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/index.htm>. Acessado em 13.10.07.

NEUTZLING, Inácio (Org.). *Água: bem público universal*, São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

NOGUEIRA, Marcos. *O imbróglio do embrulho: cortar o saco para salvar o mundo*. Superinteressante, São Paulo, n. 246, p. 38-39, dez. 2007.

OZ, Amos. *De amor e trevas*. Trad. Milton Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PEREIRA, Adriana Lopes. *Consumidor e a mídia de massa*. In: ZILLOTTO, Denise Macedo (org.). *O Consumidor: objeto da cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. Trad. Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1995.

SACRISTAN, Gimeno. Globalización y educación. *Revista de Educación*. Número extraordinário de 2001, p. 121-142.

SAHLINS, Marshall. *A primeira sociedade da afluência*. Disponível em: <<http://www.appropriate-economics.org/materials/Sahlins.pdf>>. Acessado em 25.11.07

SILVA, Tomaz Tadeu da. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. *A entrevista na educação: uma arena de significados*. In: COSTA, Marisa Vorraber et al. *Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SYMANSKI, Heloisa (Org.). *A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva*. Brasília: Líber Livro, 2004.

TRIGUEIRO, André (Org.), *Meio ambiente no século XXI: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

VIEIRA, Jairo B. *José Antonio Lutzenberger: um estímulo ao movimento ambientalista brasileiro na década de 1970*. Brasília: UPIS, 2004.

ZILIOOTTO, Denise Macedo (Org.). *O consumidor: objeto da cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.